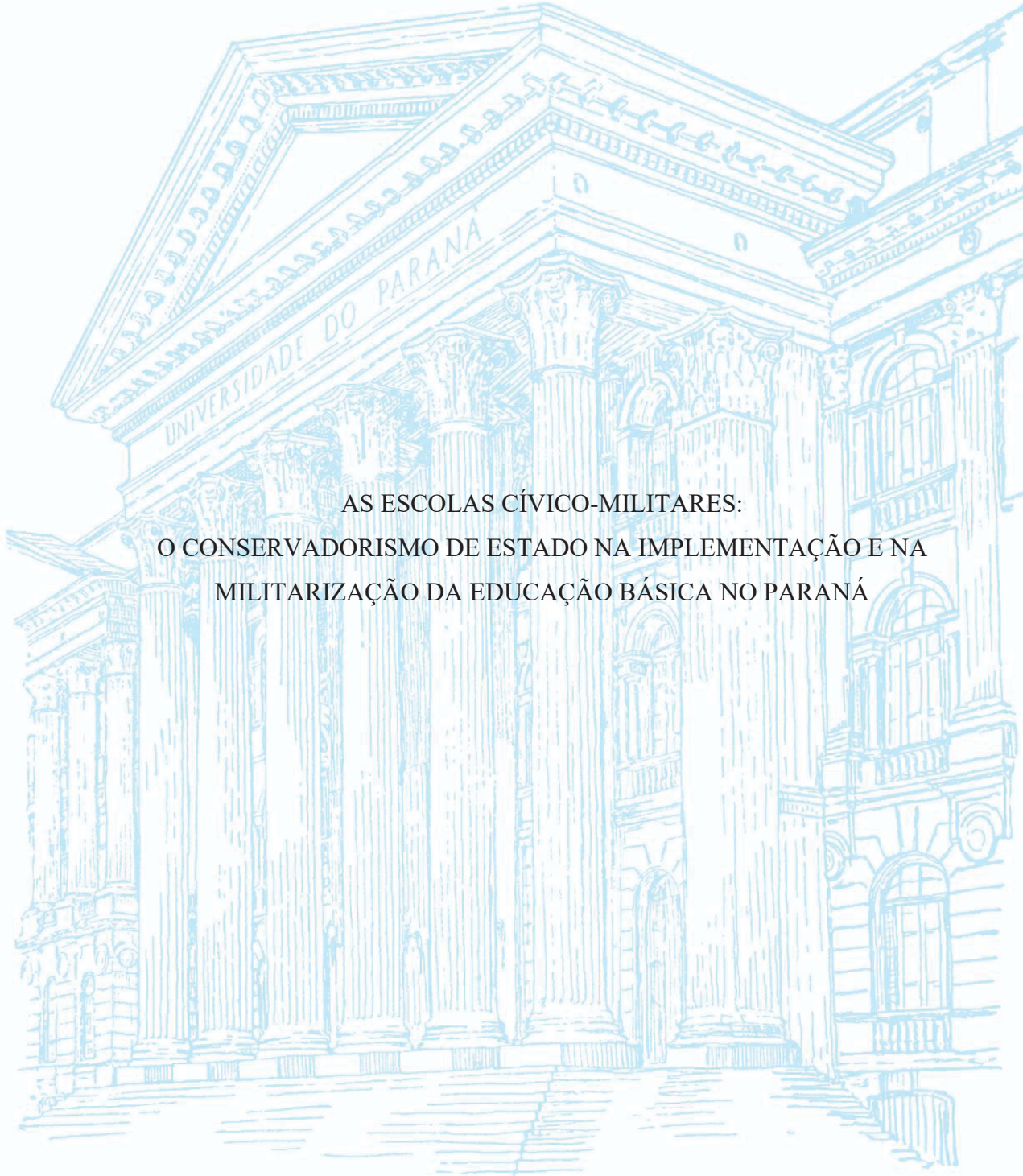


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JEBER LUIS DIEHL



AS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES:
O CONSERVADORISMO DE ESTADO NA IMPLEMENTAÇÃO E NA
MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO PARANÁ

CURITIBA
2024

JEBER LUIS DIEHL

AS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES:
O CONSERVADORISMO DE ESTADO NA IMPLEMENTAÇÃO E MILITARIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO PARANÁ

Dissertação de Mestrado apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Czajka.

CURITIBA
2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diehl, Jeber Luis

As escolas cívicos-militares : o conservadorismo de Estado na implementação e na militarização da educação básica no Paraná.
/ Jeber Luis Diehl. – Curitiba, 2024.

1 recurso on-line : PDF.

Mestrado (Dissertação) – Universidade Federal do Paraná,
Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Czajka.

1. Escolas cívico-militares. 2. Conservadorismo. 3. Militarismo.
I. Czajka, Rodrigo. II. Universidade Federal do Paraná. Programa
de Pós-Graduação em Sociologia. III. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **JEBER LUIS DIEHL** intitulada: **As escolas cívico-militares: o conservadorismo de Estado na implementação e na militarização da educação básica no Paraná**, sob orientação do Prof. Dr. RODRIGO CZAJKA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 09 de Dezembro de 2024.

Assinatura Eletrônica

09/12/2024 17:32:17.0

RODRIGO CZAJKA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

09/12/2024 17:48:38.0

SUELI GUADELUPE DE LIMA MENDONÇA

Avaliador Externo (UNESP)

Assinatura Eletrônica

09/12/2024 18:02:32.0

MARCELO AUGUSTO TOTTI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE EST. PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO)

AGRADECIMENTOS

Esta seção é uma homenagem a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, fizeram parte deste percurso acadêmico, parte importante da minha vida, ao qual me dediquei por um período em que a exigência de tempo muitas vezes foi traduzida em forma de ausência. A contrapartida é que, além do conhecimento — é claro —, a pesquisa me apresentou novas pessoas. Cada uma delas deixou uma contribuição e aprendi muito durante o percurso. Fiz novos amigos; um deles, meu orientador, Rodrigo Czajka (UFPR), a quem sou imensamente grato pelos ensinamentos, pelo direcionamento e pela paciência que teve em toda essa trajetória.

Agradeço particularmente aos membros da banca, Prof^a. Dra. Sueli Guadalupe de Lima Mendonça (Unesp) e Prof. Dr. Marcelo Augusto Totti (Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho) pelas contribuições valorosas no trabalho e por aceitarem fazer parte da banca.

Agradeço aos funcionários do Departamento de Sociologia, que sempre me atenderam com muita eficiência e gentileza.

Às minhas filhas, que são fonte de inspiração em tudo que faço.

Finalmente, agradeço por fazer parte da Universidade Federal do Paraná, por ter passado por aqui.

RESUMO

Esta dissertação analisa o fenômeno do conservadorismo na política brasileira como um núcleo de condensação das ideologias burguesas. O Golpe de 1964, a deposição do ex-presidente João Goulart (Jango) no mesmo ano e o golpe parlamentar sobre o mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) conduziram uma intensa guinada da direita nacional à tomada do poder. Nesse contexto, houve uma propaganda contra a esquerda nacional e a afirmação do conservadorismo como onda legitimadora de poder. Dentre as ações legitimadoras, estão as escolas cívico-militares, um programa que transforma escolas públicas em escolas militarizadas. A aliança política entre alguns governadores e o ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) facilitou a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM). No estado do Paraná, o governador Ratinho Junior (2019-) adota o modelo escolar militarizado como política de Governo. Sem precedentes, o Paraná é o estado da federação que lidera o *ranking* brasileiro em números de escolas cívico-militares. O aparelhamento de órgãos de Estado, como o Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE/PR), é uma demonstração da confortável posição de mando que encontramos durante a pesquisa.

Palavras-chave: Estado; conservadorismo; militarismo, escolas cívico-militares.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the phenomenon of conservatism in Brazilian politics as a nucleus of condensation of bourgeois ideologies. The 1964 Coup, the deposition of former president João Goulart (Jango) in the same year, and the parliamentary coup over the mandate of former president Dilma Rousseff (2011-2016) led to an intense shift of the national right to the seizure of power. In this context, propaganda against the national left and the affirmation of conservatism as a legitimizing wave of power became evident. Among the legitimizing actions are the civic-military schools, a program that transforms public schools into militarized schools. The political alliance between some governors and former president Jair Bolsonaro (2019-2022) facilitated the implementation of the National Program of Civic-Military Schools (PECIM). In the state of Paraná, governor Ratinho Junior (2019-) adopts the militarized school model as government policy. Unprecedentedly, Paraná is the federative state that leads the Brazilian ranking in number of civic-military schools. The rigging of state bodies, such as the Paraná State Education Council (CEE/PR), is a demonstration of the comfortable position of command that we found during the research.

Keywords: State; conservatism; militarism; civic-military schools.

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------|--|
| ALEP | Assembleia Legislativa do Estado do Paraná |
| AMAN | Academia Militar das Agulhas Negras |
| AMP | Associação dos Municípios do Paraná |
| APMF | Associação de Pais, Mestres e Funcionários |
| APP | Sindicato dos Professores |
| BNCC | Base Nacional Comum Curricular |
| CEDCA | Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente |
| CEE/PR | Conselho Estadual de Educação do Paraná |
| CGU | Controladoria Geral da União |
| CEMEIV | Corpo de Militares Inativos Voluntária |
| DEDUC | Diretoria de Educação |
| DIAP | Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar |
| DPGE | Diretoria de Planejamento e Gestão Escolar |
| ECIM | Escolas Cívico-Militares |
| ENAP | Escola Nacional de Administração Pública |
| ENEM | Exame Nacional do Ensino Médio |
| EsSLog | Escola de Sargentos de Logística do Exército |
| EsPCEx | Escola Preparatória de Cadetes do Exército |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FIESP | Federação das Indústrias do Estado de São Paulo |
| FUNDEPAR | Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional |
| IDEB | Índice de Desenvolvimento da Educação Básica |
| IBAD | Instituto Brasileiro de Ação Democrática |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IME | Instituto Militar de Engenharia |
| INEP | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas |
| IPEA | Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas |
| IPPUR | Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional |
| ITA | Instituto Tecnológico de Aeronáutica |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases da Educação |
| MBL | Movimento do Brasil Livre |

| | |
|---------|--|
| MEC | Ministério da Educação |
| MEIV | Militares Estaduais Inativos Voluntários |
| MOBRAL | Movimento Brasileiro de Alfabetização |
| MP | Ministério Público |
| NRE | Núcleos Regionais de Educação |
| OSPB | Organização Social e Política Brasileira |
| PABAEE | Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar |
| PEC | Proposta de Emenda Constitucional |
| PECIM | Programa de Escolas Cívico-Militares |
| PM | Polícia Militar |
| PMDB | Partido do Movimento Democrático Brasileiro |
| PPP | Projeto Político Pedagógico |
| PSDB | Partido da Social Democracia Brasileira |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| PUC-Rio | Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro |
| QPM | Quadro Próprio do Magistério |
| SEB | Sistema Educacional Brasileiro |
| SEED | Secretaria Estadual de Educação |
| STF | Supremo Tribunal Federal |
| TC | Tribunal de Contas |
| TER | Tribunal Regional Eleitoral |
| UBES | União Brasileira dos Estudantes Secundaristas |
| UDN | União Democrática Nacional |
| UEG | Universidade do Estado da Guanabara |
| UERJ | Universidade Estadual do Rio de Janeiro |
| UFPE | Universidade Federal de Pernambuco |
| UNB | Universidade de Brasília |
| UNDIME | União dos Dirigentes de Educação Municipal do Paraná |
| UNE | União Nacional dos Estudantes |
| UREMG | Universidade Rural do Estado de Minas Gerais |
| URSS | União das Repúblicas Soviéticas Socialistas |
| USAID | Unit States Agency for Internacional Development |
| USP | Universidade de São Paulo |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| CAPÍTULO I: AS INTERFACES DE GOLPE DE 1964 E AS FORÇAS CONSERVADORAS..... | 13 |
| 1.1 OS MILITARES ENTRE O PROGRESSO ASSISTENCIALISTA E A PARCERIA COM OS EUA | 19 |
| 1.2 O MANDATO INTERROMPIDO DE DILMA ROUSSEFF..... | 27 |
| 1.3 A DITADURA E AS REFORMAS NA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO | 35 |
| CAPÍTULO II: DE BOLSONARO ÀS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES..... | 43 |
| 2.1 PROGRAMA DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES..... | 52 |
| 2.2 <i>THINK TANKS</i> : O ULTRACONSERVADORISMO DIGITAL | 58 |
| CAPÍTULO III: O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E SEU PAPEL NA IMPLEMENTAÇÃO DO PECIM..... | 65 |
| 3.1 APARELHAMENTO DE ESTADO | 70 |
| 3.2 DEMOCRACIA REPRESENTATIVA..... | 76 |
| CONCLUSÃO..... | 89 |
| REFERÊNCIAS | 94 |

INTRODUÇÃO

Em outubro de 2020, presenciamos, em uma escola pública da região metropolitana da capital paranaense, a consulta pública a favor da criação de escolas cívico-militares. Lá estavam presentes personagens costumeiros que frequentam uma escola (professores, alunos) e um corpo estranho àquela comunidade: um representante da Secretaria Estadual de Educação (SEED) que tinha uma lista com nomes de pais, alunos e professores votantes. Uma única pergunta deveria ser respondida: a favor ou contra a mudança dessa escola para o modelo cívico-militar. Daquele período pandêmico até os dias de hoje, são mais de 300 escolas militarizadas em todo o estado do Paraná. Trata-se de uma política educacional muito questionável, a qual nós trataremos neste trabalho como produto do conservadorismo extremo na política e na sociedade brasileira.

Segmentamos a pesquisa em três grandes partes. Em primeiro lugar, buscamos fontes que comprovam o conservadorismo no Golpe de 1964 e a participação de militares no poder. Alguns de seus projetos são colocados em discussão ao longo do texto, como os acordos entre o Ministério da Educação (MEC) e a U.S. Agency for International Development (USAID), bem como o Projeto Rondon. Com a faceta anticomunista, os militares tomaram conta da política brasileira por mais de 20 anos. A Ditadura Militar colocou os militares, digamos, permanentemente no cenário nacional. Essa discussão está presente ao longo do trabalho. A antidemocracia promovida pela caserna tem espaço em alguns segmentos sociais.

Além disso, abordamos o golpe contra a democracia na ocasião do afastamento da primeira mulher eleita presidente do país, evento que reflete o conservadorismo extremo dos setores econômicos e políticos no Brasil, representados por setores da burguesia nacional inicialmente liderados pela Federação das Indústrias de São Paulo (FIEP), que enfrentou ferozmente as políticas econômicas adotadas pelo Governo e progressivamente ganhou forças nas ruas. Diante de marchas e protestos liderados pelas classes médias, o Congresso Nacional capitulou Dilma Rousseff. Esse episódio foi determinante para que políticas ultraliberais, que incluem as políticas voltadas para a militarização de escolas, fossem pautadas em várias esferas da vida da população brasileira em vários estados da federação.

No primeiro capítulo, buscamos entrelaçar ideias conservadoras presentes na política nacional como potência histórica no golpe de Estado contra João Goulart, presidente brasileiro com tendências progressistas que foi duramente atingido por forças contrárias à sua agenda de Governo. Também nesse capítulo, trouxemos vários exemplos da trajetória militar durante os mais de vinte anos que governaram o Brasil pós-golpe: programas assistencialistas,

aproximação com os Estados Unidos da América (EUA) e sua ingerência em projetos educacionais realizados em parceria com este país. Ainda no primeiro capítulo, buscamos traçar uma linha em torno da capitulação do mandato de Dilma Rousseff (2011-2016) e o conservadorismo como causa do seu *impeachment*.

O segundo capítulo tratou do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) e sua aproximação com militares, alguns deles com papel proeminente no primeiro escalão do Governo (Conheça [...], 2020). Bolsonaro também foi o responsável pela criação do Programa de Escolas Cívico-Militares (PECIM), lançado em 2019 por meio de decreto. O PECIM previa a participação de membros da reserva das forças armadas na gestão de escolas públicas. Mesmo em dias atuais, com a extinção da parceria entre o MEC e o Ministério da Defesa, alguns estados com políticas consideradas ultraconservadoras, como o Paraná, adaptaram-se e mantiveram a militarização de escolas públicas em andamento. Ratinho Júnior, governador do estado do Paraná (2019-), é um aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro e signatário de algumas de suas ideias.

No terceiro capítulo, investigamos a implantação das escolas militarizadas no estado do Paraná. Nosso foco foi analisar algumas atas disponíveis no portal do Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE/PR). Neste espaço, revelaram-se tomadas de decisões aparentemente bem alinhadas com o poder político vigente no sistema executivo no estado do Paraná. Personagens e falas são aqui reproduzidas na intenção de compreender melhor todo o processo da militarização de escolas públicas em escolas cívico-militares. Observamos, nessa questão, a ausência do debate crítico por parte do CEE/PR, que revelou um alinhamento político muito bem instrumentalizado dentro do conselho. A banalidade com que o tema fora tratado também não foi ignorado: nas entrelinhas, é notável uma grande teatralidade, encenação de corpos e personagens com decisões tomadas antecipadamente.

O objetivo deste trabalho foi identificar o conservadorismo como fio condutor na política brasileira e compreender a forma como ela é conduzida em variadas frentes, principalmente na conservação do poder por determinadas classes. A análise foi desenvolvida com um recorte que considera a implementação das escolas cívico-militares no Paraná. A proximidade dos militares ao poder também é retratada neste espaço como força e potência. Porém, questões como o fetiche pelo militarismo, como o denominamos, não foram respondidas. Não esqueçamos de que, recentemente, acampamentos em frente a quartéis bradavam a palavra de ordem "Intervenção Militar Já".

A principal argumentação deste trabalho se baseia na identificação do conservadorismo político ao longo da breve democracia brasileira e como sua presença

redundou em escolhas governamentais fundadas na política do atraso — tais como a transformação de escolas públicas em microquartéis sediados nas periferias de grandes cidades como solução de melhoria em escolas públicas.

Nossa metodologia se baseia em revisões bibliográficas, consultas a plataformas digitais e análises de documentos, que fundamentaram a argumentação principal sobre escolas cívico-militares. O que procuramos evidenciar não é exatamente *o que são* essas escolas, e sim *como se constituíram* naquilo que são. As falas coletadas por vezes se confundem entre questões objetivas e subjetivas. Abordar poder e conservadorismo às vezes pode implicar na sujeição a tentações que tivemos cuidado em não reproduzir — ora com sucesso, ora não. Nossa perspectiva é de que a historicidade aqui representada é imperativa para a construção de possibilidades como as das escolas cívico-militares, reflexo político das elites que comandam o país.

A relação entre militares e poder é latente e estamos vivenciando isso. Tal relação se deve em parte à velocidade da circulação de notícias em tempos de internet e à aproximação a velhas práticas envolvendo a caserna, tão ligadas à política atual e que retornam ao cotidiano da vida social da população. Estamos nos referindo ao conceito do hipermilitarismo, cunhado no artigo "Militarização das escolas públicas do Brasil: desmilitarizar as escolas para salvar a educação pública e a democracia" (Santos; Alves; Lacé, 2023), relacionado a várias estruturas sociais brasileiras, como as escolas públicas espalhadas pelo país. A presença de militares durante o governo Bolsonaro em vários segmentos de Estado coloca essa hipótese em discussão neste trabalho.

O pós-Golpe de 1964 e o afastamento da presidente Dilma Rousseff foram usados aqui como situações-problema: primeiro, para mostrar o caminho aberto pelos militares na política; e, em segundo lugar, para destacar como o espaço público se transformou em uma plataforma para que ondas conservadoras demonstrassem o quanto não estão dispostas a ceder espaço a políticas de rupturas que poderiam aliviar demandas reprimidas de pessoas que vivem na base da pirâmide social brasileira. A negação aos direitos sociais incorporada como discurso pelas elites e classes médias, somada à presença dos militares na vida política nacional, permitiu que políticas como a militarização de escolas públicas se tornassem algo banal e ideologicamente construído. São ações de Governo que contam com aparente legalidade e respaldo de outras agências de Estado.

CAPÍTULO I: AS INTERFACES DE GOLPE DE 1964 E AS FORÇAS CONSERVADORAS

O conservadorismo tornou-se moeda corrente na política nacional, atraindo adeptos quando a disputa é o campo do poder na sociedade brasileira. A narrativa antiesquerda e anticomunismo é usada como mote aglutinador das direitas em momentos distintos da breve história republicana. As elites brasileiras quase sempre influenciaram os rumos da política nacional para resguardar seus interesses e privilégios, participando direta ou indiretamente do afastamento de alguns presidentes eleitos democraticamente pela população. Para ilustrar esses momentos de instabilidade política, podemos citar João Goulart (Jango) e Dilma Rousseff, que foram destituídos do cargo para o qual foram eleitos pela população. São fenômenos semelhantes, com motivações semelhantes, que ocorreram em condições diferentes.

Alguns desdobramentos políticos em decorrência desses acontecimentos estão aqui descritos: o conservadorismo e o autoritarismo que cercam o poder. Às vezes com mais apetite, às vezes menos, as elites contam com a participação das classes médias e testam os limites da democracia para terem favoravelmente o Estado controlando pelas suas pautas. O desenho do Estado brasileiro tende a uma forma que passa longe daquela que pretende resolver as grandes mazelas nacionais, seja na distribuição de riquezas seja na atuação frente às políticas públicas de desenvolvimento (Rocha, 2023). Se os atores eram diferentes em tempos distintos, demandas como Pátria, família e Religião foram usadas na tentativa de desacreditar os presidentes golpeados e as políticas públicas em curso nos seus mandatos. Essas rupturas políticas são uma constante na política nacional; são demandas que invertem pautas, quase sempre um pouco mais à direita.

As elites propõem suas pautas e seus representantes controlam também aparelhos públicos através dos quais definem políticas públicas. Não é que representantes da esquerda não o poderiam fazer; mas esses registros, em face de sua pequena participação no comando da política, não nos deixam parâmetros de comparação. O que temos, verdadeiramente, é o controle das direitas na maioria dos governos estaduais, em que temas como a militarização de escolas públicas ganham espaço e avançam pelo país.

Jango, presidente golpeado pelo Regime Militar, não demonstrou com firmeza suas reais intenções relacionadas às grandes questões sociais de que tinha conhecimento, nem onde deveria se debruçar com mais energia. É improvável que João Goulart não soubesse responder com clareza na eminência de ser deposto pelos militares; Jango não tinha a simpatia das elites brasileiras e tampouco ele a tinha por elas. As reformas sociais, apontadas em sua agenda, não

passaram de uma intenção de governo? O próprio Jango não saberia responder. Os historiadores que analisam a trajetória política de Jango, como Marcos Napolitano (2021, p. 15), dizem que o então presidente tinha mais intenções do que ações, "um latifundiário com saudável preocupação social". De qualquer maneira, Jango e seu governo sinalizavam para a esquerda, mas dividia opiniões mesmo entre ela¹.

Para o desenvolvimento da pesquisa, interessa-nos mostrar como o conservadorismo nacional atravessa o tempo de maneira implacável e reposiciona seus atores na política. Enquanto Jango foi golpeado pelos militares, Dilma Rousseff, a primeira mulher eleita presidente, foi afastada do poder pelo parlamento. Isso se deu sob injúrias e adjetivação de "comunista". Isolada no planalto, teve seu desafeto com o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Assim, Dilma Rousseff foi deposta, conforme publicou a imprensa (Ferraz, 2019). O conservadorismo brasileiro e suas práticas tensionam nossa política para uma eterna crise.

Autores como Marilena Chauí discutem a cidadania como privilégios de classe em que as relações sociais assimétricas do povo brasileiro é parte de uma violência invisível do "clientelismo, a naturalização da violência que por vezes é entendida como qualidades positivas do caráter nacional" (Chauí, 2019, p. 262). A violência invisível está ligada à naturalização, seja ela pelos privilégios reclamados pelas elites por trás dessa violência, seja pela presença de militares em escolas públicas, ou ainda pela relação das políticas públicas que invertem a ordem das reais necessidades da população².

O autoritarismo e a presença dos militares, estes sempre muito próximos do poder, representam de alguma forma o que denominaremos de "ideologia de Estado". Ou seja, cumprem funções com aparente legalidade e se transformaram ao longo dos anos em uma espécie de fiança da governabilidade brasileira. O fio condutor que nos guia nesta pesquisa é o conservadorismo de direita pelo qual ideias políticas são conduzidas historicamente. Daí nossa análise de períodos de ruptura democrática³, pois, "segundo a tradição marxista, ideologias são intimamente relacionadas à dominação de classes" (Giddens, 2017, p. 228).

Sob a ótica de Napolitano (2021), temos a visão de que a esquerda nunca governou de fato e que estar no poder não quer dizer necessariamente estar no controle das coisas. O que tudo indica é que Jango tinha lá suas preocupações sociais; longe de consolidar sua agenda de

¹ Jango dividia muitas opiniões em relação ao pensamento da esquerda nacional, àquilo que era esperado no âmbito das políticas públicas (Chauí, 2019).

² O estado do Paraná incorporou na sua propaganda de Governo o discurso de que escolas cívico-militares são centros de melhoria na qualidade do aprendizado dos estudantes.

³ Afastamento de Dilma Rousseff e Jango do cargo.

reformas, flertava com o populismo de esquerda sob a tutela da espada: sua agenda apontava para um revisionismo de uma maior democratização da cidadania e da propriedade (Napolitano, 2021, p. 17). Tal qual ocorreu no governo de Dilma Rousseff, as direitas agiram: "No momento que as esquerdas ameaçaram transformar suas agendas reformistas em projetos políticos, as direitas agiram" (Napolitano, 2021, p. 17). Liberdade, mas dentro da lei. Hierarquias sociais permanecem estabilizadas, a exemplo do governo Bolsonaro, e ocorre uma invertida contra as classes trabalhadoras organizadas.

Nos anos 1960, a distinção de classes já era bem delineada no Brasil, e as diferenças econômicas no país pré-golpe eram bem retratadas na estética do Cinema Novo, por exemplo, que mostrava ao grande público um Brasil pobre e esquecido pelo Estado. O Nordeste foi temporariamente um tema preferencial dos intelectuais e cineastas promissores. Por isso, filmes como "Deus e o diabo na terra do sol" (1964) e "O pagador de promessa" (1962) são bons exemplos desse período⁴ (Napolitano, 2021, p. 27).

O Cinema Novo era usado como voz discordante na política nacional e denunciava um país desigual, mas, em tempos do governo de Jair Bolsonaro, a cultura nacional foi duramente castigada. Houve corte de verbas e de incentivos, o setor ficou à mingua, houve ataques sucessivos à Lei Rouanet (Brasil, 1991) e a artistas que dela se beneficiavam (Relembre [...], 2022). O país conservador e religioso aparece na forma de discurso e de exposições de arte e lançamentos de livros que passam a ser atacados e questionados por seu conteúdo moral e político (França, 2020). O tempo de Bolsonaro é o das direitas; pastores ganham status de líderes comunitários e as direitas se revelam e ganham espaço na discussão política.

Além de a cultura passar por um reposicionamento de valores⁵, organizações sindicais passaram por fortes ataques no período do governo Bolsonaro. Essas associações foram duramente combatidas a despeito de serem organizações comunistas e ligadas ao Partido dos Trabalhadores (PT), mas sofreram derrotas e perda de direitos. Em um ritual simbólico do sarcasmo social, a classe trabalhadora assiste neste momento a uma inversão de valores tão caros na sua trajetória de conquistas. O discurso usado pelo ex-presidente era o de que não é fácil ser empresário no Brasil, que os trabalhadores têm muitos direitos e que isso inviabiliza qualquer tentativa de empreender e crescer.

Retornando ao tema do Golpe de Estado de 1964, o Brasil frequentemente esteve às voltas com trocas no comando político do país. Exemplo disso é Jânio Quadros, que, enrolado

⁴ O Nordeste foi tema preferencial do Cinema Novo brasileiro. As lentes do cinema criticavam o esquecimento dos povos nos interiores do país (Napolitano, 2021, p. 27).

⁵ O discurso religioso sobre cultura passa a fazer parte do cotidiano das mídias no país.

em suas posições políticas, passou a ser acusado por setores conservadores de preparar um autogolpe e de se aproximar de comunistas como Che Guevara. Jango renunciou. Já seu vice, João Goulart não teve fôlego para se firmar no cargo. Conforme Napolitano (2021, p. 33), uma "composição de forças reacionárias ligadas a igreja, militares e sociedade civil, criavam a instabilidade necessária para que Jango não se tornasse de fato presidente da República". O cargo da Presidência da República, desalinhado com camadas elitizadas da população, tornou-se um problema — nominalmente, um problema de todo um país. São as concessões às quais Marilena Chauí se refere.

Alguns setores se organizavam e faziam frente às ideias autoritárias no Brasil pré-golpe. Aqui um trecho do jornal "Última Hora" que marcou resistência contra o intervencionismo na política nacional. Adalgisa Nery, colunista do jornal, foi uma figura expoente no seu tempo e no debate político de sua época, um tema que parece ser atual depois de quase 60 anos depois.

Nos cinemas manufaturaram filmes documentários com verdadeira arte de fotomontagem. Cortaram cenas de vários e num só resumiram sua intenção. A propaganda fascista anda solta, fantasiada de democracia cristã. E como esta qualidade de democracia cristã exige enormes quantias, o poder econômico espalha dinheiro às cascatas. [...] O que assistimos é um terrível e melancólica propaganda norte americana invadindo todos os setores da vida nacional. E tal coisa, evidentemente, não traz nenhum benefício ao nosso país, uma vez que brasileiros não podem ser absolvidos nem domesticados pelo comunismo ou capitalismo ianque, e sim, pelos sentimentos autenticamente nacionais. A invasão do IBAD na vida dos brasileiros torna-se no momento tão dramática e fatal para o Brasil como se estivéssemos dominados pelo 'colera morbus' (Última Hora, 1962 *apud* Campoi, 2017, p. 229).

João Goulart assumiu o Governo depois de instituído o parlamentarismo⁶, uma forma de evitar que ele se constituísse realmente no cargo. A partir daí até o retorno ao sistema presidencialista, a agenda do seu governo mirou em importantes de causas nacionais, como as reformas agrária, bancária, eleitoral e tributária. Assim, ele buscou marcar território e receber apoio popular diante de um congresso de maioria conservadora que dificultava qualquer pauta reformista (Napolitano, 2021, p. 38). Ocorre que, com a retomada do sistema presidencialista, em 1963, Jango buscou desesperadamente o apoio popular em agendas reformistas para se manter no cargo.

A pauta relacionada à reforma agrária contava com um apelo nacional imenso, mas era desacreditada pela oposição política ao governo Jango: "a constituição é intocável" (Napolitano,

⁶ Um subterfúgio para diminuir os poderes presidenciais de João Goulart.

2021, p. 41). Jango tinha adversários antipáticos ao seu governo, como era o caso da União Democrática Nacional (UDN), um partido político e feroz oposição ao presidente, cujo líder, Carlos Lacerda, chegou a sugerir intervenção americana no território brasileiro.

Logo mais, trataremos dos acordos bilaterais relacionados ao sistema educacional envolvendo os dois países. Jornais daquele período davam como certa a queda de Jango. Na edição de 13 de setembro de 1963, o Jornal do Brasil pedia um "basta" daquele governo subversivo. Goulart contava com apoio do jornal Última Hora, seu aliado nas matérias trabalhista e reformista. Esse mesmo jornal era apoiador de Leonel Brizola, cunhado de João Goulart, e, ao que tudo indica, sempre se posicionou mais à esquerda do que Jango. João Goulart, rapaz de São Borja (Rio Grande do Sul), quase não assumiu o cargo presidencial ao voltar da China, e ficou dias esperando um ato conciliatório para assumir o cargo. Assumiu, sim, mas como presidente em um sistema parlamentarista, que na época ficou conhecido como "golpe branco" (Lobato, 2019, p. 4).

Mesmo com oposicionistas fortemente presentes em várias frentes, em períodos que antecederam sua queda, João Goulart contava com uma boa margem de aprovação da opinião pública favorável ao seu governo: 45% da população considerava ótimo ou bom seu mandato frente à Presidência da República. Napolitano (2021) sugere que essa margem de aprovação tornaria Jango um forte candidato à reeleição caso terminasse seu mandato.

Seus adversários políticos tinham essa conta bem delineada no cálculo do golpe que se aproximava. Por toda sorte, Jango era um "comuna" (comunista) subversivo para seus adversários. Não tão distante no tempo e espaço, essa ideia de Governo comunista ainda orbita o imaginário nacional e, com certa habilidade, criam-se discursos assim para desacreditar ideias progressistas. Implantam-se escolas no sistema público de ensino com ares militares sob a justificativa de que essa medida é melhor para os estudantes.

Jango contava com o apoio de uma parte do oficialato das Forças Armadas brasileiras. Pouco provável, mas um dos pecados capitais do presidente foi ter negligenciado esse apoio, que era composto por trabalhistas simpáticos às ideias da esquerda e ao próprio João Goulart. Já seus opositores, entre eles o general Castello Branco, eram fortemente antirreformistas. Ou seja, Jango estava em um emaranhado político e cercado de generais golpistas deliberadamente contra seu governo. As ruas seriam os últimos capítulos do mandato de João Goulart como mandatário máximo da política nacional (Napolitano, 2021, p. 53).

Vale lembrar que os anos 1960 não fogem do contexto da Guerra Fria e da bipolarização que o mundo vivia: capitalismo *versus* comunismo, ou Estados Unidos da América *versus* União das Repúblicas Soviéticas Socialistas (URSS). Jango viveu dias difíceis:

inflação galopante, contrariedade dos americanos ao seu governo e desconfiança de segmentos da esquerda (Lobato, 2019, p. 16).

O tema envolvendo a movimentação da direita e sua forma de se posicionar, naturalizando ou desacreditando qualquer sinal que mencionasse políticas públicas mais ousadas, são tratadas por autores como Theodor Wiesengrund Adorno, que pensou os movimentos fascistas como pressupostos dos movimentos radicais de direita no mundo. Apesar de ter considerado o cenário pós-guerra dos EUA e da Europa, seu ponto de partida é o Capital e a concentração de renda. Essas questões se "expressam na consciência subjetiva de classe, essas sempre pretendendo fixar privilégios e possivelmente fortalecê-los" (Adorno, 2020, p. 46). Fala das classes que nutrem ódio e ressentimento daqueles que ousaram e se opuseram aos poderosos, ressentimento e medo de perder o status social.

Movimentos ligados à esquerda e à direita temiam o golpe em ambos os lados. Conservadores e reformistas disputavam as ruas no início de 1964, e Brizola teve um papel importante na defesa do governo de Jango. Mesmo que a relação entre eles fosse permeada de diferenças ideológicas, ambos estiveram juntos no discurso para mais de 200 mil pessoas na Guanabara pedindo apoio ao presidente.

Nesse contexto, também foi à rua a direita brasileira, o Brasil e suas marchas. Uma das mais simbólicas reuniões conservadoras se deu dias antes do golpe de Estado, liderado por militares brasileiros que se denominavam anticomunistas. As reformas ensaiadas na agenda do governo Jango ficariam em estado de espera. O dia 19 de março reuniu cerca de 500 mil pessoas contrárias ao governo e às reformas que anunciava. Assim, a família era o mote aglutinador das pessoas, uma espécie de centro condensador que tinha como proposta dar liga entre aqueles que ainda tinham dúvida de que o governo de João Goulart deveria ser deposto. Ou seja, a união cívica das direitas encontra situação correlata em dias atuais, em que as elites brasileiras e o seu desejo de manutenção do sistema de privilégios unem-se à classe média, preocupada com o andar debaixo caso sua ascensão fosse levada a cabo pelo governo (Napolitano, 2021, p. 55).

Generais conspiradores e seus aliados políticos, como Carlos Lacerda e o então governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, trataram de se movimentar para pôr um ponto-final no governo constitucional de Jango. Em 2 de abril, o Congresso Nacional considerava vago o cargo de Presidência da República do Brasil. A paralisia institucional e a fraca e inoperante esquerda eram o resumo do golpe sem confronto. A massa de trabalhadores pouco fez, não havia articulação e o presidente Jango preferiu uma saída diplomática. "Marcha de Deus virou marcha da vitória no Rio de Janeiro" (Napolitano, 2021, p. 65). Jango e as promessas de reforma agrária foram rechaçadas pelo congresso, em uma tentativa de angariar mais apoio

popular. No dia 13 de março de 1964, Jango anunciou a desapropriação constitucional de terras à beira de rodovias e ferrovias para realocar famílias de pequenos proprietários rurais. A atitude o fez perder mais apoio no congresso, e o centro se debandara para a oposição (Lobato, 2019, p. 22).

Alguns desses episódios do governo de João Goulart nos mostram que a manutenção dos privilégios fora preservada a qualquer custo, mesmo que isso tenha significado o afastamento de um presidente eleito pelo voto majoritário da população. A simples intenção de reformar questões agrárias — essa ainda sob questionamentos nos dias atuais —, eleitorais e bancárias demonstraram a força da oposição.

1.1 OS MILITARES ENTRE O PROGRESSO ASSISTENCIALISTA E A PARCERIA COM OS EUA

Os dias seguintes ao golpe foram intensos em relação ao tratamento que os militares deram às universidades brasileiras. O entendimento do Estado policialesco que se firmava no país era voltado ao expurgo comunista e suas ideias. As universidades brasileiras abrigavam 142 mil estudantes em 1964, um número cada vez mais crescente acompanhado pela intensa urbanização pela qual o Brasil passava.

A "Operação Limpeza" foi o batismo dado pelos militares pós-golpe àquilo que se pretendia para as universidades. Sob a ótica de Rodrigo Patto Sá Motta, o movimento de esquerda mais resistente estava justamente entre os estudantes espalhados por diversas instituições de ensino no Brasil. Não foram poucos os episódios envolvendo força policial contra alunos de diversos campus. Os prédios da Universidade de São Paulo (USP) e Universidade de Brasília (UnB), por exemplo, foram invadidos. Não foi novidade, pois aquilo que se denominava "perigo vermelho" já era alvo de cuidados e atenção por parte dos militares que destituíram Jango.

As universidades já eram alvo de preocupação dos golpistas, e até livros considerados subversivos eram evidências claras de conspiração. Os mais procurados eram obras de orientação marxista. Não faltaram troças para episódios ridículos protagonizados por agentes do Estado: bastava que um livro tivesse capa vermelha para ser considerado suspeito. É lógico que há uma pitada de humor sobre o assunto, e muitas charges foram publicadas nos jornais da época fazendo sátira a essas operações. Um dos livros apreendidos que levantou suspeita para o Regime Militar foi "O vermelho e o negro", de Stendhal (Motta, 2014, p. 28).

No que toca à invasão de universidades em 1964, a situação mais dramática foi da UNB. O campus foi transformado em cenário de guerra, com ocupação por tropas da polícia militar (PM) mineira e do exército, de armas em punho. Vários professores e estudantes foram presos, muito embora alguns dos procurados já estivessem se evadido. Parte deles logo foi liberada, enquanto outros permaneceram detidos por mais tempo, em instalações militares, submetidos a interrogatórios e a humilhações. Testemunha dos acontecimentos, o professor Roberto Salmeron elaborou relato vivido sobre aquela que seria a primeira de uma série de invasões sofridas pela UNB. Os soldados interditarão a biblioteca à procura de textos subversivos. Entre os livros retidos constavam o Vermelho e o Negro de Stendhal, O Círculo Vermelho de Conan Doyle [...] (Motta, 2014, p. 31-32).

A caçada a livros e a autores considerados potenciais ameaças comunistas ficou conhecida como "terrorismo cultural". Nas Instituições de maneira geral, não havia consenso sobre o momento vivido no Brasil nos dias pós-golpe. Não era incomum professores de diversas universidades se posicionarem favoravelmente à intervenção militar no país, sobretudo em cursos considerados mais conservadores e elitizados, como Medicina.

Na USP, o apoio majoritário da Faculdade de Medicina era previsível, pois ali se encontrava um dos mais fortes núcleos da direita universitária. Na verdade, as manifestações de apoio empolgaram a maioria das lideranças acadêmicas na Universidade de São Paulo, e ao que parece, a única congregação a se abster de tal gesto foi a Faculdade de Filosofia (Motta, 2014, p. 35).

Por outro lado, muitos estudantes foram retirados de universidades ou abandonaram seus estudos. O rancor contra a esquerda e o sentimento anticomunista determinava que estes deveriam ser expurgados da política nacional. Figuras como Paulo Freire (2022) e Darcy Ribeiro, cada qual à sua maneira e em seu estado, faziam frente ao regime que se formava. O pernambucano Paulo Freire travou um debate acalorado na cidade de Recife quando responsável pela rádio universitária da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com um outro Freyre, o autor de "Casa Grande e Senzala". No Diário de Pernambuco, Gilberto Freyre, favorável ao afastamento de João Goulart, provocou as esquerdas favoráveis ao governador daquele estado, Miguel Arraes (Motta, 2014, p. 34).

Entre o franqueamento do conservadorismo e a ruptura democrática, os militares foram ocupando seu espaço. Após o dia 31 de março, nos primeiros anos da Ditadura Militar, a educação como um todo e as universidades foram alvo de embates ideológicos articulados pelos golpistas. Se a repressão foi moderada em alguns casos, isso deveu-se muito à autoridade estadunidense no Brasil, que tinha uma certa ascensão sobre os militares⁷: intervenção não

⁷ Os americanos passaram a monitorar as ações autoritárias dos militares. O golpe era uma cruzada contra o comunismo e não poderia se transformar em um aparelho tirânico na América Latina.

poderia ser sangrenta demais, pois a pauta naquele momento era o expurgo comunista — esse sim deveria ser o mal a ser combatido.

Para os militares e conservadores em geral, as universidades eram centros de formação na esfera de influência das esquerdas. Os centros acadêmicos tinham a pecha de flertarem mais à esquerda com a política nacional, tendência que deveria ser mudada segundo o pensamento do governo que se iniciou em 1964. O Projeto Rondon deveria, ao menos em tese, melhorar a imagem dos militares junto a jovens universitários no país. Portanto, a exemplo do que diz Motta, e concordamos com ele, havia no trabalho do Projeto Rondon um brilho oculto de caráter simbólico cheio de significados para os estudantes e também para o governo militar.

A aliança entre militares e a educação, correlata nas escolas cívico-militares, teve seu ápice: "até dezembro de 2019, foram contabilizadas 240 escolas públicas militarizadas em funcionamento no Brasil, distribuídas em 14 unidades federativas. Dessas, 65,58% são estaduais e 35,42% municipais" (Alves; Santos; Bordin, 2022, p. 11).

Lembramos que esses números, embora elevados, são de 2019, e não contabilizam, por exemplo, as escolas militarizadas no estado do Paraná do ano seguinte, em 2020. Celebradas por governos estaduais civis, as escolas militarizadas tiveram aporte militar em outros momentos na sociedade brasileira sob a exaltação do nacionalismo tal qual idealizado no projeto Rondon.

Mas, afinal, o que foi o Projeto Rondon? Se fizermos uma busca no *site* do Governo, em especial no Ministério da Defesa, encontraremos algumas das características do projeto. A primeira delas é a proposta da propaganda "Projeto Rondon: lição de vida e cidadania" (Brasil, c2024). Outra curiosidade está na participação das Forças Armadas na logística e segurança. Não menos importante é o fato de o projeto estar hospedado na página de Ministério da Defesa. O Projeto Rondon pode ser entendido aqui como um embrião na relação entre militares e projetos voltados à educação brasileira. Nesse caso, o *marketing* usado foi um sucesso.

Em 1967, data em que se iniciaram os trabalhos, o objetivo principal era conter o radicalismo estudantil contra os militares. O golpe e a posterior repressão repercutiram com muita reprovação, para dizer o mínimo. Um golpe que se comprometia em defender a democracia se transformou em uma ditadura. A ideia era ter a aprovação da população e dos EUA. Para isso, era necessário demonstrar um pouco de simpatia pelos estudantes. Assim, os militares lançaram um apelo patriótico e idealista para os jovens universitários, e as Forças Armadas deram início a um projeto desenvolvimentista que, segundo sua ótica, levaria jovens médicos e dentistas aos pontos mais distantes do território nacional. Na prática, o projeto representou a interiorização das universidades. Esse modelo operacional, cujo custo e logística

eram complexos, só poderia ser executado pelo Estado; os militares pretendiam despertar o nacionalismo como boa prática no meio estudantil.

Esse não foi o primeiro modelo ou experiência que pretendia levar assistencialismo à população carente em regiões distantes dos grandes centros brasileiros, a exemplo dos serviços de saúde. Havia algumas peculiaridades: o controle do projeto era dos militares, e não das universidades, e até o próprio nome constrói relações simbólicas com o Exército Brasileiro. Motta chama a isso de "fronteiras ideológicas", cuja expansão leva serviços para as fronteiras do Norte e Oeste do país (Motta, 2014, p. 90).

Inicialmente, o projeto foi discutido na Universidade do Estado da Guanabara (UEG), antiga Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). A intenção dos militares era dar ares acadêmicos ao Projeto Rondon. Por isso, professores da UEG e de outras universidades também se fizeram presentes. A *expertise* dos militares buscava melhorar sua posição no meio universitário e, conforme Motta (2014, p. 90), produzir consciência nacional dos estudantes.

A Operação Rondônia, projeto-piloto cujo nome foi atribuído por causa do nome do território na época, contou com 29 estudantes, majoritariamente dos cursos de Medicina e Engenharia, e dois professores da UEG, que saíram em julho de 1967 a bordo de um avião do Ministério do Interior. A operação inicialmente tinha uma previsão de trinta dias nas terras de Rondônia, mas alguns casos de malária entre os participantes fizeram a viagem de volta ser antecipada.

A operação teve sucesso de mídia e repercussão positiva, dando impulso ao projeto que passou a ter data marcada para a segunda fase, o Projeto Rondon II, de janeiro de 1968, que recebeu inscrição de mais de 20 mil universitários brasileiros já em dezembro de 1967, sendo que a meta para essa fase era de 300 pessoas. A estratégia usada pelo Governo aparentemente foi um sucesso. O lema estampado na camiseta dos participantes era "Integrar para não entregar", uma ligação simultânea ao lema militar e antiesquerda.

O Governo brasileiro naquele período sempre fez questão de enfatizar que o projeto era gestado dentro do mundo ou da esfera acadêmica das universidades, tentando desvincular o viés político que nas entrelinhas é evidente. De certa forma, insistimos nessa ideia ao longo do texto, pois conseguimos identificá-la em outros projetos envolvendo militares na educação brasileira. A posição política de quem sustenta a neutralidade de viés, mesmo nos dias de hoje, ainda é de disfarçar a inclinação política e ideológica quando o tema é relacionar militarismo e educação.

No seu auge, o Projeto Rondon ganhou *status* de fundação, tendo um número considerável de funcionários no seu quadro. Para calar a crítica de ser um programa meramente

assistencialista e politiquero, os militares começaram fixar *campi* avançados em regiões assistidas, que mais tarde se transformaram em universidades. Em 1977, havia 22 *campi* avançados pelas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país.

O eixo do projeto se tornou parte integrante do que os militares chamavam de revolução. Motta revela que todos os cuidados eram tomados na seleção dos jovens estudantes que integrariam as fileiras do projeto. Os cuidados eram sempre no sentido de barrar possíveis infiltrados da esquerda; os comunas não poderiam de forma alguma ter acesso, sob alegação de sabotagem (Motta, 2014, p. 94). Mesmo o Projeto Rondon tendo arrebanhado milhares de estudantes que participaram das operações, é difícil decifrar se o objetivo de tornar os militares mais simpáticos aos olhos da opinião pública funcionou. Os anos de 1967 e 1968 foram especialmente ruidosos nas ruas por parte dos estudantes.

Se a Operação Rondon tinha interesses ocultos por parte dos militares que ocuparam o poder no Brasil em 1964, outros projetos viriam, mas mais audaciosos. O acordo Brasil-USAID tinha uma forte ligação com estruturas educacionais brasileiras. Acordo semelhante se estendia a vários países latino-americanos, embora tenha sido no Brasil que esse acordo resultou no envio de vultuosas quantias de dólares americanos para o nosso país.

A forte ligação entre militares brasileiros e o Estado americano possibilitou a entrada desses recursos. Por certo, o que se pretendia era criar mecanismos mínimos de modernização em vários setores da economia e da sociedade brasileira, em especial na educação. Os EUA pretendiam conter os avanços das esquerdas no seu quintal latino, elaborar um esquema modernizante em algumas nações e conter o avanço comunista no continente americano. No entanto, o que não estava bem claro era a posição autoritária do Estado brasileiro para a maioria democrata nos Estados Unidos. A Revolução Cubana colocou os EUA em prontidão para rechaçar esse avanço. Os investimentos na área da educação, de certa maneira, eram o plano para conter o crescimento dos pensamentos comunistas que rondavam os jovens estudantes — isso na concepção da política externa estadunidense.

Seria ingenuidade rejeitar o fato de que um projeto como o da USAID, com propostas de intercâmbio entre pesquisadores brasileiros e americanos, somado aos investimentos vultuosos, seria melhor do que não o ter. É praticamente consenso que a troca de experiências define um padrão de excelência no meio acadêmico. A questão aqui é discutir os propósitos políticos do acordo entre o MEC e a USAID, que seriam usados com intenções políticas. Esse projeto parecia mais intervencionista do que desenvolvimentista (Motta, 2014, p. 111):

A presença da USAID gerou celeuma porque implicava envolvimento oficial do governo de outro país na educação brasileira, evidentemente movido por interesses próprios, e não por filantropia. Nesse caso, os objetivos políticos por vezes sobrepujaram os interesses econômicos, embora ambos estivessem embricados. O clima político no contexto propiciou interpretações hipercríticas dos acordos, em cujos textos que, na verdade, utilizavam expressões politicamente anódinas, como modernizar, reformar, buscar eficiência. Foram percebidos designios secretos de controlar mentes juvenis para facilitar a dominação imperialista (Motta, 2014, p. 111).

No início da década de 1950, os americanos lançaram um projeto batizado de Ponto IV. Esse programa tinha como objetivos injetar recursos econômicos em países considerados subdesenvolvidos e criar relações com nações pobres — parecia uma base para conter o avanço das relações desses países com a ex-URSS. O mundo bipolarizado estava em disputa entre as duas maiores potências do planeta, já que a Guerra Fria representava o desejo pela área de influência de cada uma das potências envolvidas.

A Revolução Cubana em 1959 gerou algumas consequências no continente americano, e os EUA temiam novas revoluções socialistas na América Latina. Em 1961, o presidente norte-americano John F. Kennedy (1961-1963) anunciou mais um pacote de "ajuda" técnica e econômica para nações pobres. O USAID não era mais um projeto inovador e modernizador, e a operação como um todo também pretendia diminuir o ímpeto da URSS na América. A partir daí, o controle do Projeto Ponto IV passou para agência USAID, que ficaria encarregada dessa tarefa.

Um dos propósitos da USAID era treinar policiais e militares caso somente a ajuda financeira e a cooperação técnica não fossem suficientes para conter o avanço do comunismo. Segue o elenco de metas da versão escrita em 1969:

Apoiar a estabilidade e o crescimento do Brasil e garantir a manutenção de uma disposição amigável do país em relação aos Estados Unidos, proteger e expandir os investimentos privados e a posição comercial norte-americana no Brasil, garantir a cooperação brasileira numa série de ações conjuntas de natureza militar e estratégica, importantes para a segurança dos Estados Unidos, assegurar, quando compatível, a cooperação brasileira no campo internacional (*apud* Motta, 2014, p. 113).

Em linhas gerais, esses projetos tinham fundamentos políticos que estavam acima de qualquer coisa, e a educação era peça fundamental no fortalecimento dos laços entre Brasil e Estados Unidos. Eram seus objetivos: um sistema educacional mais moderno e mais efetivo, particularmente nos níveis superior e secundário; e encorajar a formação de um conjunto de educadores e estudantes orientados para os Estados Unidos (Motta, 2014, p. 114).

Partindo dos objetivos, observamos uma relação estruturada para derrotar qualquer avanço das esquerdas no Brasil. Trata-se de uma influência ideológica que os EUA procuravam para cada vez mais ampliar sua simpatia entre professores e estudantes brasileiros.

A USAID teve seu início em 1961 e ganhou mais fôlego na administração de Jonh F. Kennedy. Mas, para todo efeito, quase uma década antes, os americanos já atuavam em território brasileiro em convênios envolvendo o MEC e o Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAE), provavelmente o que equivale nos dias de hoje ao Ensino Fundamental. Assim, os primeiros professores brasileiros embarcaram rumo aos EUA com destino à Universidade de Indiana em 1956. A base da formação desses professores era direcionada ao tecnicismo como uma filosofia americana. Segundo Motta (2014, p. 116), a preocupação americana estava voltada para a Educação Básica, em que se pretendia uma reformulação tecnicista, longe de estudos clássicos e teóricos.

A estratégia de implantação do programa previa a criação de um centro piloto no Instituto de Educação em Belo Horizonte e o estabelecimento de centros similares em São Paulo, Belém, Manaus, Rio de Janeiro e Porto Alegre. A reconstrução da história do Pabae mostrou que apenas o centro piloto se efetivou. Verificou-se, no entanto, que o programa exerceu influência em âmbito nacional (Paiva; Paixão, 1995, p. 11).

O tecnicismo como modelo de ensino deixou traços bem marcantes no desenvolvimento da Educação Básica brasileira. Materiais didáticos foram produzidos e professores recebiam cursos de capacitação (Paiva; Paixão, 1995).

Neste momento, a educação superior não era parte da cooperação entre as agências dos dois Governos. Entregar mão de obra qualificada para as indústrias era a finalidade desses acordos, ao menos inicialmente. O incremento voltado para o Ensino Superior partiu dos reitores da USP e do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Como detalhe, em 1962, a atual Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) teve a primeira dissertação de mestrado defendida. Isso se deveu aos custeios (financiamento) e aos professores da Universidade de Purdue (Indiana, EUA). Os docentes americanos atuavam efetivamente na universidade mineira. O Golpe de 1964 gerou muitas incertezas sobre o prosseguimento dos acordos Brasil-EUA.

Existem muitas questões envolvendo o projeto. Na mesma medida, as dúvidas que essa parceria deixou para trás incluem entender se o financiamento americano em questões brasileiras era positivo. De fato concreto, sabemos que as coisas não saíram como pretendidas pelo Estado americano e pelas autoridades brasileiras. O projeto USAID tinha várias frentes de atuação na educação elementar, nas universidades e no setor agrícola. A respeito do

empreendimento da modernização e da obtenção de respeitabilidade no maior país latino-americano, de certo modo houve avanços, principalmente na infraestrutura.

De acordo com Ribeiro (2006, p. 17), o acordo de ajuda multilateral efetivado pelos americanos no pós-guerra — primeiro com os europeus, depois com países asiáticos e por fim com os países de Terceiro Mundo na América Latina — se ancora no seu próprio desenvolvimento e na garantia de segurança que essas relações determinariam.

O governo do General Castello Branco, abriu de vez as relações com os Norte-Americanos, a política externa dos EUA na contenção da comunização no continente americano era amplamente apoiado pelo Estado brasileiro. Os investimentos da USAID na Recente vimos ocorrer uma série de reavaliações da política externa norte americana, provocadas pelas visíveis transformações na natureza e na substância desta. Em uma das mais influentes versões destas interpretações, defende-se a ideia de que a estratégia americana durante a guerra fria foi a de identificar os interesses de seus aliados ou do chamado 'bloco ocidental', no qual se incluía a América Latina, com os próprios interesses americanos, em uma política de 'generosidade' econômica e estratégica. Os EUA teriam, assim, adotado a 'convicção de que seu próprio bem-estar dependia do bem-estar de outros países, que a prosperidade americana não podia existir na ausência de uma prosperidade global' (Ribeiro, 2006, p. 17).

Investimentos na educação brasileira só ficaram para trás em números de dólares destinados à agricultura brasileira. Havia equipes de planejamento para todos os setores: professores, técnicos e pesquisadores recebiam treinamentos em universidades americanas, projetos para melhorias e ampliações em cursos de licenciaturas eram ofertados em faculdades de Filosofia.

A ligação MEC com a agência americana USAID começou ruir com a movimentação de milhares de estudantes liderados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), que saíram às ruas principalmente nos anos de 1967 e 1968. O modelo adotado pelo Estado brasileiro na americanização da política e na economia era motivo de muita contestação. O próprio Castello Branco adotou uma política mais discreta em relação ao acordo, parte disso temendo a opinião pública desfavorável ao nacionalismo brasileiro tão defendido pelos militares. Pelo lado dos EUA, os democratas temiam o endurecimento do regime autoritário no Brasil. A edição do Ato Institucional Número 5 (AI-5), de 1968, tratou de esfriar um pouco mais a relação. Os americanos que pregavam a liberdade estavam insatisfeitos com o autoritarismo militar em algumas repúblicas latinas. Conforme Motta (2014), a extrema-direita e seus extremismos também poderiam desencadear um regime antiamericano.

A partir da administração de Richard Nixon (1969-1974) nos Estados Unidos, algumas medidas foram adotadas em relação à política internacional, que incluía o Brasil. O excesso de repressão, aos olhos estadunidenses, comprometia as metas desenvolvimentistas. Segundo

levantamento de Motta (2014, p. 135), entre 1964 e 1968, a média anual de recursos enviados ao Brasil foi na ordem de US\$ 186 milhões de dólares; em 1969, não houve empréstimos; e, nos dois anos seguintes, a cifra das remessas foram de US\$ 75 e US\$ 67 milhões; já em 1972, os investimentos caíram para zero novamente.

Se o principal objetivo era modernizar o Brasil e melhorar seus indicadores sociais, isso não foi alcançado. Nem os dólares americanos, nem o nacionalismo militar inverteram a lógica do sistema capitalista. O conservadorismo político que sustentou os militares no poder não deu conta de colocar a maior potência latino-americana na rota do desenvolvimento com igualdade. Nas universidades, o movimento antiamericano era considerável e resistente. Podemos dizer que havia uma cumplicidade pelos interesses do Governo americano e dos militares brasileiros. Por um lado, o Brasil aceitava sem maiores problemas as remessas de dólares e investimentos americanos; por outro, os representantes dos EUA minimizavam ou moderavam um pouco da violência dos militares contra os antissistemas — aqueles que não aceitavam o Regime Militar no Brasil.

O pesquisador Rodrigo Patto Sá Motta reproduziu um documento que revela que, quando cessou o acordo USAID entre Brasil e EUA, em 1975, o total de dólares americanos enviados foram na ordem de US\$ 760 milhões, que podem estar subestimados (Motta, 2014, p. 139). Assim, a cifra pode chegar até US\$ 2 bilhões. O montante de 18% foi destinado à educação; destes, 70% foi direcionado para a educação elementar, principalmente na construção de escolas e aquisição de equipamentos.

O acordo USAID com o Brasil foi constituído para gerar uma visão positiva dos EUA no Brasil. Essa estratégia ficou bastante comprometida pela irracionalidade repressiva do Estado brasileiro. De qualquer forma, o balanço dos analistas dividia opiniões, e parte da comunidade acadêmica brasileira se beneficiou com o programa, principalmente em relação ao intercâmbio entre as universidades dos EUA e profissionais brasileiros. Isso, de certa forma, ampliou em muito o quadro de mestres e doutores nas instituições de ensino no território brasileiro. Também há registros de professores universitários que encontraram abrigo em universidades americanas fugindo de perseguições políticas no Brasil.

Pelo lado americano, se o êxito não foi total, ao menos a "cubanização" tão temida por eles não se concretizou. Pelo nosso lado, não podemos afirmar se isso iria ocorrer sem a presença americana no Brasil.

1.2 O MANDATO INTERROMPIDO DE DILMA ROUSSEFF

A promessa neoliberal dos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e Fernando Collor de Melo (1990-1992) fracassou redondamente do ponto de vista da austeridade econômica prometida. Juros elevados e programas de privatizações — algumas dessas cumpridas — prometiam entregar um país fora da crise herdada do Regime Militar (Bastos, 2017). Os acordos bilaterais envolvendo Brasil e USA, como o USAID durante o Regime Militar, atendiam a um projeto político e, por que não, econômico. O desenvolvimento do Brasil, como pretendiam os americanos, no campo da educação passava pela qualificação da mão de obra e marcava a presença dos EUA em solo brasileiro. A emergência da esquerda no cenário político nacional interrompe, ao menos parcialmente, a ação daquele país no Brasil. Mas, como nos referimos no texto: "a esquerda governou de fato"?

O governo Dilma Rousseff, a exemplo do que ocorreu com Jango, teve seu mandato interrompido por forças conservadoras. Ele, afastado por militares; ela, pelo parlamento. Podemos dizer que, em ambos os casos, várias ondas (forças contrárias) contribuíram para desacreditar seus governos de alguma forma, criando a instabilidade desejada até chegar na opinião pública com linguagens factoides, verdadeiros arranjos políticos para tomar o poder. Como aponta Bastos (2017), "o estado está aparelhado pelo capital". O Capital tende a se impor independentemente das forças contrárias. É nesse cenário de desconfiança das políticas adotadas, aliado à incapacidade eleitoral das direitas e sua sanha de voltar ao poder a qualquer preço, que foram produzidas uma série de ataques à presidente então eleita. Os atores envolvidos e a forma com que ela foi retirada do poder para qual foi eleita traduziram um sentimento de ódio e a total falta de respeito aos princípios da democracia. Seu governo, sobretudo o segundo mandato, foi de grande ruído. Políticos como Michel Temer⁸ articulavam novos rumos para a política nacional, tratada por duros oposicionistas. Dilma Rousseff oferecia às classes menos abastadas a possibilidade de se tornarem uma espécie de classe média. Mas seu fim foi agonizante, com um parlamento decidido a interromper seu governo. Seus oposicionistas não mediram esforços para sangrar e selar o destino da primeira mulher eleita presidente no país.

Primeira mulher a ocupar o cargo de presidente, segundo a imprensa paulista, Dilma Rousseff por vezes era retratada ou desqualificada como uma personalidade muito forte. Acenava pouco para o jogo político, e as visitas costumeiras de deputados e senadores ao gabinete presidencial ficaram cada vez mais raras; ela era técnica (Ferraz, 2019 p. 11). Dessa forma, era tratada sem nenhuma consistência crítica e muitas vezes fora de contexto. Frases ou

⁸ Vice presidente, Michel Temer (PMDB) assumiu a presidência após a deposição de Dilma.

palavras atribuídas a Dilma Rousseff na mídia a desqualificavam, como se ela não tivesse competência e altura para o cargo. Seu primeiro mandato foi exercido entre 2011 e 2014, e alguns episódios a partir de 2013 parecem ter gerado grande influência para que forças contrárias ao seu governo se movimentassem até seu afastamento do cargo para o qual foi eleita pela população.

Apesar de reeleita em 2014, seu segundo mandato começou sob intensa contestação: estava por um fio e era questão de tempo para que seus opositores promovessem um processo de *impeachment*, talvez um dos mais traumáticos de toda a política nacional. A direita fala e age.

Vejamos alguns acontecimentos que, de alguma maneira, foram a senha para iniciar um intenso movimento contra a presidente. Inicialmente contra o aumento das passagens de ônibus em São Paulo e depois contra o sistema político, as manifestações de junho de 2013 inauguravam o ativismo digital na organização de grandes manifestações no país. Nessa agenda, também ocorreram atos contrários à realização da Copa das Confederações no Brasil entre os dias 15 e 30 de junho. Foi uma espécie de teste para a Copa do Mundo, que também teria o Brasil como país sede do evento (Fantti, 2013).

O movimento "Não vai ter Copa" (2014), através dos manifestantes, trouxe para a superfície do debate a comparação entre estádios e construções de hospitais no país do futebol. A direita começava a se mostrar (TV Cultura, 2014). A União Brasil de Caminhoneiros realizou um bloqueio em 9 estados brasileiros interrompendo o abastecimento de mercadorias em várias cidades — esse movimento se intensificou nos anos posteriores (Gohn, 2014, p. 34). Esses movimentos, dos camisas amarelas, por exemplo, permaneceram como símbolo das direitas em defesa de suas convicções, muitas delas raivosas e sem sentido. O verde e amarelo foi capturado pelas direitas como símbolo antiesquerda no Brasil e marcou o território político e a moral da sociedade conservadora brasileira.

Alguns acontecimentos aqui mencionados ilustram situações da vida política do país em que a tomada de poder foi caricata de uma sociedade conservadora que, aparentemente, não estava disposta a ceder espaço e pretendia ganhar o debate público quando o tema era os beneficiários menos favorecidos. Atores diferentes em tempos diferentes e organizados por um núcleo-base antipovo e antidemocracia. A grande imprensa nacional, como entendemos por sua grande circulação em todo o país, noticiava de várias maneiras a instabilidade política que Dilma Rousseff estava vivendo no planalto.

Em pesquisa divulgada pelo jornal a Folha de S. Paulo no dia 2 de dezembro de 2015 (Nery; Gragnani, 2015), 65% da população era favorável ao impedimento da presidente Dilma

Rousseff. Nesse mesmo dia, Eduardo Cunha, presidente da Câmara de Deputados em Brasília, acolheu o pedido contra a presidente, o que lhe custaria a perda de mandato obtido legitimamente pelo voto popular. Michel Temer, seu vice-presidente, abandonou o governo em um jogo político para beneficiar seu partido (PMDB) e ele próprio, o que acabou ocorrendo em 2016, em Dilma Rousseff não terminando seu mandato.

Entre panelaços da classe média e traições políticas, Dilma Rousseff perdeu apoio frente a um parlamento liderado por Eduardo Cunha, provavelmente uma das cenas mais dantescas já televisionadas em cadeia nacional. O plenário da Câmara do Deputados aprovou por 367 a favor e 137 contra a abertura do processo de *impeachment* (Nery; Gragnani, 2016).

A burguesia tutelada por entidades como a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), com ampla capacidade de mobilização, encabeçou o grande empresariado brasileiro. A contrariedade desses poderosos grupos e a nova matriz econômica adotada pelo governo Dilma Rousseff no seu segundo mandato motivaram o bordão "não vamos pagar o pato"⁹ (Bastos, 2017, p. 3).

Havia também uma grande pressão por ajustes fiscais e a restauração da capacidade de lucro. Dilma Rousseff, desde seu primeiro mandato, dava sinais de que queria combater o capital especulativo e ampliar os investimentos em infraestrutura (Bastos, 2017, p. 4). Eram claros os sinais de que Dilma Rousseff desagradava o grande mercado. Os meios de comunicação não poupavam gafes ou qualquer coisa que pudesse virar *memes* satirizando-a. Com isso, ela perdeu popularidade e o seu mandato.

O que vem depois do golpe parlamentar e o afastamento da presidente em relação à Educação Básica no Brasil tenciona para uma velha prática das forças conservadoras brasileiras, mesmo que com nomes diferentes, como no caso das escolas cívico-militares. Vejamos. Certas práticas direcionadas à educação no pós-Golpe Militar de alguma forma buscaram corroborar políticas conservadoras para manter o espírito dos jovens brasileiros longe de pensamentos comunistas ou esquerdistas. Eram necessárias políticas para a contenção do avanço dessas ideias, segundo a concepção dos militares que acabavam de assumir o controle do Estado. Também trabalhamos com a hipótese de que a fetichização sobre o militarismo no Brasil escala degraus acima entre os signatários conservadores brasileiros. Para a educação, o Regime Militar que se instalou depois da queda de Jango foi totalmente intervencionista, principalmente nas universidades brasileiras. Não são poucos os relatos de perseguições e demissões entre aqueles

⁹ Bonecos infláveis em forma de pato desfilavam junto aos camisas amarelas pela Avenida Paulista em manifestações pedindo o fim do governo de Dilma Rousseff.

que eram antissistema (Motta, 2014, p. 23). São outros tempos, mas a educação ainda é usada como alvo dessas práticas que negam sua real função para além do utilitarismo do capitalismo.

O que unia os militares naquele momento era o afastamento de Jango. No mais, as ideias de novo governo foram postas de forma bem heterogêneas. Mesmo uma parte dos militares não era totalmente ou frontalmente contra as ideias de reformas que o país necessitava; todos eram praticamente anticomunistas, mas não necessariamente antirreformistas (Motta, 2014, p. 15).

Isso se explica, até certo ponto, pela grande diversidade de ideias que a base da reconstrução nacional seguiu depois do golpe. A relação com os americanos e sua influência política e econômica no continente americano deu o compasso das medidas que seriam adotadas. A primeira medida definiu que nações periféricas não se transformariam em presa fácil para o comunismo através da educação modernizadora. A segunda idealizou que, mesmo sendo um governo militar e autoritário, isso por si só conteria o avanço de pensamentos de esquerda no Brasil (Motta, 2014, p. 65).

Para Marcelo Braz, o mês de agosto marca uma série de tragédias na política nacional. Fora a ironia de que, entre algumas dessas tragédias, o golpe contra Dilma Rousseff não é associado a uma das coincidências do agourento mês de agosto, como ele mesmo se expressa, o autor atribui esses fatos a legados do passado (Braz, 2017, p. 87).

A agenda de reformas sociais, a exemplo do que aconteceu em 1964, mais uma vez foi interrompida pelas forças políticas conservadoras atuantes em várias frentes, fossem elas políticas ou econômicas. Novas agendas foram criadas; a esquerda recuou diante do barulho promovido pelo discurso intimidador das direitas, que foi às ruas, promoveu marchas e elegeu Bolsonaro presidente em 2018. A pauta desse governo evidenciou que investimentos em pesquisa e cultura, por exemplo, não faziam parte de suas metas. Professores foram acusados publicamente de serem doutrinadores sob queixa de usarem seus conhecimentos para iniciarem jovens a uma espécie de carreira comunista. Sobre isso, veremos mais adiante o projeto da Escola Sem Partido.

As condições mais adequadas para a hegemonia do grande capital entre nós. As formas podem ser variadas, dependendo das possibilidades disponíveis às classes dominantes. Elas podem ser criadas por uma quartelada civil, por manobras judiciais, por arranjos parlamentares ou mesmo combinando-as. E há mais um elemento que os liga: em todos os casos os ataques à democracia contaram com o apoio ostensivo e militantes dos grandes meios de comunicação (Braz, 2017, p. 87).

Projetos muitas vezes reacionários foram desenvolvidos com o discurso projetado para intimidar e isolar seus oponentes, transformando o Brasil em um grande palco para atores até então contidos ou isolados.

Nesse contexto, iremos destacar algumas das características e a forma de pautar políticas públicas voltadas à educação nacional, sejam elas em universidades ou na Educação Básica. Nossa chave está na expressão cultural liberal conservadora do sistema político ideológico socialmente estabelecido e dominante nas terras brasileiras. Estamos falando de um modo operante que desvirtua suas próprias regras de seletividade, que é capaz de distorcer todo um sistema e ainda assim tratá-lo dentro da normalidade.

Outra maneira de dizer isso é que, para legitimar o discurso dominante, é preciso desacreditar do contraditório, não o qualificar. Ou seja, o exame em relação às coisas adota uma ideologia como verdadeira. Segundo István Mészáros (2008, p. 57), a sociedade está impregnada de ideologia; nada está isento de posições que se possa tomar, não agimos somente pela discussão das coisas como se fossem bula de remédio. Dizer as coisas com aparente normalidade é procurar desviá-las do que realmente se pretende.

Alguns pensadores, como Christian Laval, estudam a educação oferecida pelo Estado, investimentos privados e família. Fazemos aqui um parêntese para a educação pública militarizada no Paraná, que caminha em um contexto neoliberal de se pensar a política e também como produto alinhado ao sistema capitalista. Trata-se uma cultura do utilitarismo humano, em que alguns privilegiados adquirem saberes considerados importantes. Assim, alguns indivíduos se encaixam no sistema e serão tratados como frutos de investimentos no capital humano. Serão diplomados e provavelmente absorvidos de alguma forma pelo sistema capitalista. Embora o autor fale em ruptura simbólica entre mercado e diploma¹⁰, não entraremos nessa discussão. Outros, menos privilegiados, irão para o mundo do trabalho rapidamente.

Mas onde encaixamos as escolas cívico-militares na "era do capital humano"? (Laval, 2019, p. 51). Parece-nos claro que o atual estado das coisas na política brasileira, sobretudo no governo Ratinho Junior, no estado do Paraná, é a adoção de um liberalismo distorcido em relação à educação. Ou seja, para teóricos da área econômica, a educação é basilar na formação do indivíduo: entende-se que educação não é custo, é investimento. Christian Laval condena qualquer tentativa de educar baseada nas tradições de uma sociedade notadamente desigual como é a brasileira.

¹⁰ A informalidade dos empregos gera uma desvalorização dos diplomas.

Qualquer política de igualdade real deve objetar teorias que justifiquem, de uma maneira ou de outra, a desigualdade educacional em nome de formas de inteligência, tradições culturais, gênero, liberdade das famílias etc. Conter o fenômeno inigualitários que hoje fraturam o sistema escolar, e igualizar as condições concretas de educação nas famílias e entre os estabelecimentos, são questões intimamente ligada ao futuro da sociedade. Deixar como está uma sociedade cada vez mais hierarquizadas, desigual, sujeita a competição permanente, submetida aos imperativos de valorização do capitalismo, condena as instituições de ensino a alinharem-se a esse modelo dominante (Laval, 2019, p. 74).

A educação militarizada em escolas públicas paranaenses, como veremos mais à frente, tende ao respeito às hierarquias e a uma boa apresentação física com estratégias autoritárias. Além de uma boa educação ao se reportar aos superiores, boas maneiras higiênicas etc. são valorizadas nesse modelo. Esses componentes, que resultam em qualidade de mão de obra, como diz Laval (2019, p. 52). Os interesses no capital humano destinado a suprir as demandas do sistema capitalista são múltiplos.

A política brasileira toma rumo considerando esses interesses múltiplos, originados em um sistema pensado para conservar privilégios. Entre os atores que se sucederam após o afastamento de Dilma Rousseff, está o governador do estado do Paraná, Ratinho Júnior, como é conhecido. Em um país dividido entre a derrota da esquerda e a voz dos bolsonaristas¹¹, o Governo paranaense adota uma política muito questionável do ponto de vista de Mészáros (2008), que acabamos de citar. Pra dizer pouco, referimo-nos a essa política pública como ultraconservadora.

O mandatário do poder executivo do Paraná deu início a uma intensa campanha que resultou na militarização de cerca 200 escolas públicas naquele ano. Sob o pretexto de que escolas militares são melhores, o governador levou adiante um projeto bem alinhado com forças conservadoras que dominavam o país naquele momento. Trataremos desse assunto como algo que orbita um núcleo denso, poderoso e dominante nas políticas públicas: o conservadorismo e suas relações com os militares brasileiros.

Em suma, a escola passa a funcionar a partir da lógica do quartel ou, para utilizar uma perspectiva freiriana, da pedagogia do opressor do Estado (Alves; Santos; Bordin, 2023 p. 53).

Devemos aqui uma dose de explicações em relação aos termos conservadorismo e autoritarismo. Estes são aspectos da política que necessariamente não caminham juntos. Mas, por vezes, e isso inclui o Brasil, na junção de duas formas de governar, um lado agradava prontamente as elites nacionais e outra mantinha seus desafetos políticos sob controle.

¹¹ Pessoas identificadas com as ideias propagadas pelo presidente Jair Bolsonaro e identificadas com a ideologia da extrema-direita.

Para fazer uso desse campo conceitual há que distinguir entre conservadorismo e autoritarismo, nas políticas implantadas pelo Regime Militar. O impulso conservador foi importante na montagem do Estado pós-64, expressando anseios nos grupos que almejavam manter o status quo e a ordem tradicional. No entanto, em vários momentos, as demandas conservadoras entraram em contradição com os propósitos modernizadores, às vezes levavam a pior, enquanto o autoritarismo estava sempre presente, não obstante certas ambiguidades e a influência moderadora da opinião liberal. Por isso, há motivos para oscilar na escolha da melhor adjetivação para o Regime Militar brasileiro: modernização conservadora ou autoritária? (Motta, 2014, p. 12).

Por mais incomum que seja, a historiografia brasileira atribuiu uma conciliação entre o conservadorismo e o autoritarismo. O primeiro se expressa nas demandas elitistas da sociedade brasileira. Houve um momento em que a característica do governo militar foi tida como modernizadora-autoritária — isso por si só é contraditório. Mas, se pensarmos em termos de composição heterogênea das ideias das quais o Estado autoritário se apropriou, fica menos estranho de compreender. Segundo Motta (2014, p. 13), a estratégia para essa composição está na chave das esvaziadas disputas agudas, ou seja, o personalismo visa agradar determinados grupos em detrimento de normas universalizantes. Sobre os conflitos, "se nega, se contorna" práticas ou traços peculiares da cultura brasileira. Essas estratégias os ajudaram a encobrir as tramas das elites, postergar as soluções do bem-estar social e dar a impressão de que as coisas estão sempre caminhando.

O ponto central da hipótese é que a influência de tais características da cultura brasileira ajuda a explicar o caráter modernizador-autoritário do Estado durante o Regime Militar, inclusive em sua manifestação específica nas universidades. Um jogo de acomodação que não se enquadram na tipologia binária resistência versus colaboração (Motta, 2014, p. 13).

Autores como Lília Schwarcz transpõem toda nossa historiografia como ponto central na construção autoritária e conservadora da sociedade brasileira. Diga-se aí que nos referimos às políticas adotadas pelas elites que comandam a política nacional. Uma de suas raízes está na prática do mandonismo, que se estabeleceu logo nas primeiras décadas de colonização brasileira. A concentração fundiária e a mão de obra escrava fizeram dos brancos que habitavam essas terras pessoas com poderes constituídos — o que, segundo a autora, reflete até hoje na grande concentração de renda e, por que não dizer?, da política autoritária praticada pelas elites políticas (Schwarcz, 2019, p. 41).

Se analisada pelas lentes weberianas, a autoridade de líderes políticos como a do governador Ratinho Junior do estado do Paraná seria aquela relacionada à "autoridade legal-

racional", uma autoridade laureada por regulamentos legais. No entanto, como discutem (Giddens, Sutton, 2017, p. 303), essa legitimidade se sustenta através das normas, e essas, por sua vez, são uma forma ideológica. Queremos dizer com isso que, mesmo em um sistema democrático como o que se apresenta no Brasil de hoje, muitas políticas autoritárias estão baseadas no mandonismo histórico e no impulso ideológico de muitos dirigentes políticos como o apresentado pelo governador Ratinho no programa das escolas cívico-militares. O conservadorismo nesse caso reflete formas de governo amplamente dedicadas ao capitalismo e que propõem práticas de cercamento social, cada qual no seu lugar.

1.3 A DITADURA E AS REFORMAS NA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

Iremos pautar, a partir de agora, o resultado da mudança na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) ocorrida a partir de 1971 com a Lei nº 5.692 (Brasil, 1971), que estabelecia mudanças nos currículos e novas diretrizes para a educação brasileira. Essa lei feita sob a tutela da ditadura conjuntamente com os ditames americanos e pretendia entregar rapidamente ao mercado de trabalho uma mão de obra capaz de suprir as novas demandas que o capital em expansão necessitava. Contudo, há divergências sobre o êxito dessa tentativa. Nesse contexto, foram mobilizados currículos adaptados em faculdades de formação na área de licenciatura para formar professores polivalentes.

Uma questão tão importante quanto a reforma educacional era o grande número de analfabetos e pessoas que não tinham acesso à educação no Brasil¹². O país do futuro se ressentia de mão de obra minimamente preparada para se adequar ao novo momento do capitalismo em expansão.

Sob o lema "este é um país que vai pra frente", a ditadura conseguiu relativo sucesso a seu favor no início dos anos 70, pois obteve um crescimento econômico positivo e alavancou as reformas educacionais, ainda que insuficientes, sem maiores problemas. Com ampla maioria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, as reformas foram todas aprovadas e os movimentos antiditadura passavam por momentos delicados com o cerco promovido pelos militares. Para ilustrar em que consistiam essas reformas e a escassez de mão de obra em função

¹² Segundo recenseamento geral de 1970 (IBGE, 2023), havia 19.496.938 pessoas frequentando alguma instituição de ensino desde o elementar até o Ensino Superior. Dessas, aproximadamente 14 milhões estava no ensino elementar, 5 milhões no Ensino Médio e quase 600 mil no Ensino Superior. O mesmo censo revelou uma população de 30 milhões de analfabetos. Some-se a isso o abandono escolar de forma precoce no sistema educacional, que se ainda hoje é elevado, em 1970 passava da casa de milhões.

do rápido crescimento econômico, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral)¹³, segundo a tese de doutoramento de Germano G. (2011, p. 163), causou um grande alarde nacional, demonstrando o que pretendiam os militares. Incluir, mas sem qualidade, é o mesmo que manter a exclusão.

A lógica do Estado brasileiro passava pelo impulso econômico que o país tomou no fim dos anos 60 e início dos anos 70: uma lógica hegemônica e dominadora que lançava bases com ligação direta e orgânica com a população. Os livros usados pelo Mobral utilizavam uma forma de pregação e familiaridade ao tratar o aluno: "meu amigo, este livro vai lhe contar muitas coisas. Coisas para ajudar as pessoas como você, gente que sofre, mas também por que luta e trabalha, vence, ri e vive, gente que tem muito valor" (*apud* Freitag, 1984, p. 92-93).

A mensagem transcrita foi transmitida a alunos do Mobral que tinham acesso ao material. É uma forma de comunicar a alguém próximo, em um tom amigável, que, mesmo que o interlocutor sofra com a pobreza em que vive, ele não deve se preocupar, pois existem muitos iguais a ele, que trabalham e vencem. O discurso comunicava, provavelmente, que a situação de miséria em que os alunos viviam não era motivo de preocupação, já que no final a gente é feliz e tudo fica bem: estamos cuidando de você. São aspectos como esse que constroem uma espécie de fetichização que a população tem em relação aos militares até os dias de hoje no país. Afinal, a mensagem deixa nas entrelinhas que "estamos aqui para te ajudar", vide a militarização por que passam escolas públicas em vários estados da federação atualmente. Os militares nas escolas "estão aqui para ajudar".

O valor do trabalho está impregnado no texto, que grita e pede lealdade ao sistema como se fosse uma qualidade inerente ao ser humano, a pessoas de valor. Embora não dividam as benesses das elites, são pessoas fundamentais para que a engrenagem do trabalho não pare de rodar.

Para efeitos práticos, comparando o Brasil com outras nações que superaram e alcançaram estágios avançados na educação como um bem público, os militares avançaram com a ambição de uma potência: organizar um exército de analfabetos e compor uma massa de trabalhadores em curto espaço de tempo. Obviamente, não saiu como o desejado.

Germano G. (2011, p. 167) trouxe números da realidade educacional brasileira no início dos anos 70, em que 30% das crianças com idade entre 7 e 14 anos não tinham acesso a nenhuma escola. A evasão, somada à repetência, constituía números assustadores. A cada 1000

¹³ O Mobral foi um programa desenvolvido pelos militares que pretendiam diminuir o grande número de analfabetos adultos na sociedade brasileira. Sua implementação é anterior à LDB 5.692/71 e seu funcionamento já havia iniciado um ano antes da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

crianças que ingressavam no Ensino de 1º Grau, menos da metade, 446, alcançava o 2º ano de Ensino Primário¹⁴. É um desastre do ponto de vista estrutural e social. Nas palavras do então ministro da educação Jarbas Passarinho, em 1971, "isso era um dever do Estado, a democratização do ensino um imperativo ético e um imperativo político" (*apud* Germano G., 2011, p. 169).

Com a Lei 5.692/71, o tempo escolar foi ampliado, bem como sua obrigatoriedade. A partir de então, a educação formal abrangia crianças de 7 anos de idade até os 14. Na prática, a obrigatoriedade do Ensino Primário e do Ensino de 1º Grau iria até o 8º ano. Várias reformas vieram com o passar dos anos, mas o Ensino Médio, como é conhecido nos dias atuais, só teve assegurada sua obrigatoriedade nos anos 1990 com a nova LDB. Apesar da quantidade de alunos que o Governo Militar pretendia que estivessem nos bancos escolares na reforma de 1971, seu projeto era imoral do ponto de vista da repressão que a ditadura promovia contra a população. O currículo escolar também era tutelado pelas autoridades de Estado. Um pecado para quem se autointitulava defensor do Brasil. Entendemos que democratização do ensino não se restringe somente à ampliação do número de vagas.

Também entendemos que a obrigatoriedade de ensino até os 14 anos demonstra a pouca vontade que o conservadorismo, representado pelos militares naquele período, deixava transparecer. A idade-série representava coeficientes mínimos para que o indivíduo conseguisse entrar em condições no mundo trabalho e desobrigasse o Estado de se comprometer com maiores investimentos com a maioria dos brasileiros.

O aparelhamento no ensino público pode ser medido de muitas maneiras: estrutura física, formação de professores, currículo, vagas disponíveis etc. Porém, o resultado mais desejável seria uma inclusão política da sociedade em relação ao projeto educacional. Os militares constituíram uma educação ideológica baseada na concentração de renda que se intensificava no país e que privilegiou o topo da pirâmide social brasileira. O aumento do número de matrículas não seguiram os investimentos necessários na educação fundamental.

Para ilustrar a situação, recorreremos a alguns dados obtidos junto ao censo escolar de 2023 divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP). Os dados foram compilados pelo jornal O Globo, que traz a seguinte informação: mais de 1,3 milhões de estudantes brasileiros não têm acesso a água potável nas escolas em todo o país. A maioria

¹⁴ A nova LDB 5.692/71 também instituiu um programa de Ensino Supletivo para Jovens e Adultos, que visava diminuir a distorção idade-série gerada pelos altos índices de reprovação, além de contribuir para que alunos evadidos dos bancos escolares pudessem concluir seus estudos de 1º e 2º grau. Em 1974, o Governo Militar propôs a criação dos Centro de Estudos Supletivo (CES).

dessas unidades se localizam em terras indígenas ou quilombolas, e 74% do total das escolas nessa condição estão em áreas rurais (Alfano, 2024).

Sistema excludente, o Governo Militar chegou ao seu fim em 1985, deixando pelo caminho um lastro para uma sociedade militarizada. Através de uma eleição indireta e com a missão de realizar a transição democrática, José Sarney (1985-1990) assume o posto da Presidência da República. O fim do Governo Militar revelou números assustadores. Segundo Germano G. (2011, p. 170), 43,4 milhões de pessoas, equivalentes a 32,3% da população total da época, viviam em situação de pobreza no Brasil em 1986, com renda igual ou inferior a meio salário mínimo. Esse dado expressa bem a relação entre escolaridade e renda nos últimos anos do Governo Militar no Brasil. Segundo Germano G. (2011), relatórios de 1982 do Banco Mundial revelam que 5,8% das pessoas que tinham renda superior a 10 salários mínimos concentravam 46,8% das matrículas no Ensino Superior. A renda familiar tinha e tem uma relação direta com a permanência do estudante no sistema escolar e universitário. Mesmo os acordos MEC-USAID concentrando a maior parte dos recursos no Ensino de 1º Grau, eles não revelaram um impacto capaz de alterar essa lógica.

Para alguns autores, o ano de 1964 ainda não terminou Arantes (2010). Com um texto rico e repleto de uma divertida e ácida crítica aos tempos de chumbo, o escritor dá voz ao cárcere, ao sumiço de pessoas e a milhares de prisões sem explicações até hoje. O autor trata do golpe como o evento em que vidas ficaram no alcance do terrorismo de Estado, do poder punitivo. O ano de 1964 foi uma verdadeira ruptura civilizatória da democracia, ao passo que as oligarquias e as elites emaranhadas com o processo golpista pretendiam e ainda pretendem civilizar a população ao seu modo. Segundo Arantes (2010, p. 211), "a nação precisa ser protegida dela mesma".

Em publicação recente, Chaves e Araujo (2022) discutiram a lógica do Estado e do fundo público como entidade mediadora em crises sistêmicas e sem data para acabar. As autoras abordaram a intervenção do governo Bolsonaro nas universidades públicas durante a pandemia provocada pela coronavírus (Covid-19), um momento de grande instabilidade no país. Nosso texto traz alguns elementos sobre os militares, que pouco fizeram em relação à grande instabilidade social gerada pela excessiva concentração de renda no país e pela inclusão via sistema educacional público. A lógica de Estado apresenta algumas semelhanças quanto ao seu papel desempenhado frente a essas crises, que se manifestaram em um momento de ruptura na democracia e em uma pandemia catastrófica.

A lei 5.692/71 promoveu alterações curriculares significativas tanto para o Ensino de 1º Grau quanto para o Ensino Médio, este último teve uma ligação direta com o mercado a partir

das reformas. O Ensino Médio deveria assumir características que possibilitassem ao aluno uma iniciação para o trabalho, para desenvolver habilidades profissionais.

O ensino acadêmico ficou em segundo plano, e a atualização tecnológica dos estudantes deveria ser realizada na escola.

A lei 5.692/71, ao ser decretada pelo Congresso Nacional, assume uma configuração ainda mais radical à preparação para o trabalho, em consonância com as necessidades do mercado, tanto é assim que o artigo 5º do parágrafo 1º estabelece o seguinte: o currículo pleno terá parte da educação geral e outra de formação especial, sendo organizado de modo que: a) no ensino de primeiro grau, a parte de educação geral seja exclusiva nas séries iniciais e predominantemente nas finais, b) no ensino de 2º grau, predomine a parte da formação especial. Diz mais no parágrafo 2º alínea a, acerca da formação especial: Terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau (Germano G., 2011, p. 180).

Paralelamente a essas reformas, os militares pretendiam inculcar valores patrióticos para a educação brasileira. Com isso, o ensino das disciplinas de Organização Social e Política Brasileira (OSPB)¹⁵ e Educação Moral e Cívica entraram no currículo imbuídas de um conservadorismo repleto de intensões. Uma das intenções, sem dúvida, inculcava valores para o trabalho e para a manutenção dos privilégios incorporados no pensamento das elites brasileiras. Segundo Saviani (1984), a escola se tornou instrumento da materialização do capitalismo. Na medida que a educação se transformou em um meio que chegava a todas as classes sociais, a ideologia dominante se disseminou com certa facilidade. O ocultamento de conceitos também pôde se manifestar conforme o desejo de quem dominava o sistema. Um caminho encontrado pelos militares foi a instrumentalização dos livros didáticos, muito bem utilizados pela Ditadura Militar no Brasil entre 1964 e 1985.

Vejamos como é citada a proposta de escolas cívico-militares a serem implementadas no estado do Paraná a partir de 2020. Na estrutura curricular, há elementos semelhantes aos utilizados na disciplina de OSPB.

A proposta dos colégios e escolas Cívico-Militar é ofertar uma Educação Básica de qualidade, o desenvolvimento de um ambiente escolar adequado e que promova a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, a gestão de excelência dos processos educacionais, pedagógicos e administrativos e o fortalecimento de valores humanos e cívicos (SEED, 2022).

¹⁵ A disciplina de OSPB e seu ensino durou de 1962 até 1993. Os ensinamentos sobre nacionalismo e amor à pátria foram estratégias usadas pelos militares na educação dos jovens brasileiros (Germano J., 2011).

A proposta não reflete uma educação isenta; ao contrário, amplia a propaganda de um modelo de escola militarizada que busca excelência — expressão que não condiz com o papel desempenhado pelas forças de segurança do país.

Livros didáticos de OSPB apresentavam uma temática do país do futuro ou um país que poderia ser melhor, como o que se prega em relação às escolas cívico-militar. As causas e problemas sociais não faziam parte dos debates que ilustravam os livros (Perucchi, 2009). As disciplinas curriculares ganharam ares utilitaristas, e conceitos acadêmicos ficaram em segundo plano para que a aplicabilidade dos conhecimentos fosse imediata.

Enquanto disciplinas como Sociologia e Filosofia foram suprimidas dos currículos, História e Geografia foram transformadas em Estudos Sociais. Segundo Ileizi Silva (2005), a ideologia desse saber era de um Brasil sem conflitos e harmônico, "Bonito por natureza".

O exorcismo do comunismo no Brasil pretendido pelos militares já se desenhava na educação elementar desde 1962 nos livros didáticos de OSPB, que faziam parte do cotidiano escolar. O golpe ainda não tinha se realizado por completo, mas a força que os militares exerciam sobre o governo Jango não causou estranheza (Perucchi, 2009). Vejamos um trecho do texto que trata da implantação da disciplina de OSPB.

A consciência cívica para ser eficaz tem de ser esclarecida. Ela supõe um saber das bases institucionais em que repousa a comunidade e do complicado aparato governamental, político e administrativo que define a vida das sociedades modernas. Se a inserção na sociedade implica, necessariamente, uma relação do homem ao Estado, ativamente como sujeito de direito, seja com obediência à sua regulamentação e aceitação de seus constrangimentos inevitáveis, ela não se fará conscientemente sem um conhecimento mínimo de estrutura deste Leviatã que é o estado moderno, e seus fins e de sua função na vida social (Teixeira, 1960).

A ditadura, através do Parecer nº 136/64 (Brasil, 1964), criou a disciplina de Educação Moral e Cívica, uma tentativa civilizatória de recriar uma educação ideal para o homem ideal na conjuntura brasileira.

Para objetivar a educação moral e cívica, implica no art. 1º e explica no art. 38º n. III da LDB, deve-se partir das seguintes considerações preliminares: a) a formação moral e cívica decorre da ação educativa da escola, considerada todas as suas possibilidades e recursos; b) a formação moral e cívica é objeto de todos os graus; c) a formação moral e cívica não fica isenta da influência de certos órgãos formadores da opinião pública, como rádio, televisão e cinema. Nem da cooperação da família e comunidade em geral (Teixeira, 1964).

No ano de 1966, sob o Decreto nº 58.023/66 (Brasil, 1966), Castello Branco instituiu a educação cívica, em que família e pátria se tornaram objetos de enaltecimento para boa convivência entre as pessoas.

Art. 2º A educação cívica visa a formação de educandos e no povo em geral o sentimento de apreço à Pátria, de respeito às instituições, de fortalecimento da família, de obediência à lei, de fidelidade ao trabalho e de integração na comunidade, de tal forma que todos se tornem, em clima de liberdade e responsabilidade, de cooperação e solidariedade humanas, cidadãos sinceros, convictos e fiéis no cumprimento de seus deveres (Brasil, 1966).

Em 1969, a ditadura impôs o Decreto-Lei nº 869/69 (Brasil, 1969), que tornava a disciplina de Educação Moral e Cívica obrigatória¹⁶ para todos os estudantes de 1º grau:

Art. 2º A educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade: a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração em Deus; b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade; c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana; d) O culto a Pátria aos símbolos, tradições, instituições, e aos grandes vultos da sua história; e) O aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade; f) A compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e do conhecimento da organização sócio-político-econômica do país; g) O preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas, com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando o bem comum; h) O culto da obediência à lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade (Brasil, 1969).

Apelo ao espírito religioso, exaltação do nacionalismo e valores éticos foram princípios defendidos no decreto, mas que em nada interferem, por exemplo, na dura realidade social em que viviam milhares de brasileiros. Fala-se em fidelidade e obediência à lei, mas são palavras sem crédito em razão do sistema político nacional, pois não altera a lógica do capitalismo, que é excludente para milhares de brasileiros.

As disciplinas de OSPB, ofertadas para o Ensino Médio, e de Educação Moral e Cívica, obrigatória para todos os alunos do Ensino Primário (Fundamental), traziam consigo um alto teor de ideologia do Estado brasileiro ocupado pelos militares a partir de 1964. Ou seja, as ideias disseminadas a partir da educação tinham claros objetivos de conter quaisquer alterações significativas na sociedade brasileira. As disciplinas são representações dominantes

¹⁶ A disciplina de Educação Moral e Cívica torna-se obrigatória para todos os estudantes de 1º grau, o que hoje equivale ao Ensino Fundamental. O objetivo principal era difundir valores compreendidos pelos militares como fundamentais para a formação humana: princípios, valores, consciência etc.

preparadas para moldar pensamentos e consciências a partir de uma retórica, e não do mundo social como ele realmente é.

Tratando da questão relacionada à vida material, dizemos que é o seu modo de produção que determina o caráter mais geral da vida social, política e espiritual. Não são as consciências dos homens que determinam suas realidades objetivas, mas o contrário.

A análise realizada por Perucchi (2009) na pesquisa documental de sua dissertação sobre as características dos livros de OSPB assegura nosso entendimento sobre os objetivos da ditadura nos rumos educacionais brasileiros: legitimar a ordem vigente de dominação.

CAPÍTULO II: DE BOLSONARO ÀS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES

No dia 1º de janeiro de 2019, tomou posse o 38º presidente da República brasileira, Jair Bolsonaro (2019-2022). Em exercício como deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, o novo presidente se elegeu no segundo turno se autoproclamando defensor da família, do trabalho e da religião e negando políticas públicas para as minorias — o que, segundo o próprio Jair Bolsonaro, eram resultados de políticas esquerdistas promovidas pelo PT enquanto esteve à frente da política nacional (Novo [...], 2018). A partir de sua posse, a Educação Básica sofreu uma série de interferências, como o PECIM. Nos dedicaremos mais a esse programa no decorrer do texto.

Logo que assumiu o poder, Jair Bolsonaro deixou bem claro como seriam seus quatro anos de governo: tratou de satanizar as esquerdas brasileiras e suas conquistas políticas (Sudré, 2019); sua menção cotidiana dos anos de ditadura era de que o Brasil estava livre do comunismo, representado pelas esquerdas. Naquele ano, podemos afirmar que o país deu um passo largo para a direita, que foi se revelando ao longo do mandato e se firmando como um ultraliberalismo.

É pública a ligação da família Bolsonaro com organizações paramilitares, conhecidas como milícias, no estado do Rio de Janeiro. É um bom exemplo para exemplificar o quanto o novo presidente da República estava comprometido. Na disputa eleitoral de que Jair Bolsonaro era candidato para a reeleição, o observatório político capitaneado pelo cientista político Orlando Alves dos Santos Júnior, professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) e integrante do Observatório das Metrôpoles, ambos da UFRJ, destacou em pesquisa o número favorável de votos para Jair Bolsonaro em áreas controladas por milicianos favoráveis ao seu governo. Essa mesma organização paramilitar foi acusada de impedir a fiscalização de funcionários de Tribunal Regional Eleitoral (TRE) contra a boca de urna em favor do seu candidato (Abreu, 2022).

Essa organização criminosa que atua como força paralela ao Estado controla diversas regiões do estado do Rio de Janeiro e é um berço político do ex-presidente Jair Bolsonaro. Em sua maioria, é constituída por policiais da ativa ou ex-policiais. São grupos armados que, a despeito de realizarem justiça onde o Estado falha, transformaram-se em um poder paralelo e que faz enfrentamento nas áreas controladas por eles. São grupos que representam não só simbolicamente, mas também fisicamente, uma ameaça à democracia e à estabilidade política. Seu viés ideológico tende para grupos de extermínio que se estabelecem pela força que representam.

Outro episódio, esse envolvendo ataques a mulheres por parte de Jair Bolsonaro, ocorreu em 2016 na ocasião da votação que decidia sobre a cassação do mandato da então presidente da República Dilma Rousseff. A fala do deputado Jair Bolsonaro foram as seguintes:

[...] Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve... Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra a *Folha de S. Paulo*, pela memória do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff! [...] Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos, o meu voto é "sim"! (Brasil, 2016; Estadão, 2019).

Naquele dia, a Câmara dos Deputados encaminhou ao Senado Federal seu parecer favorável à cassação da presidente Dilma. Algumas das falas do deputado em 2016 se repetiram durante seu mandato como presidente do Brasil eleito em 2018. Não só as falas foram repetidas, como algumas de suas políticas foram ao encontro do que expressava o então deputado federal.

Quando Bolsonaro disse "perderam em 64, perderam agora", estava se referindo ao Golpe Militar de 1964. Quem perdeu? A esquerda? Provavelmente o comunismo? Essas palavras não perderam a importância para ele e também não faziam o menor sentido. Na prática, para o ex-militar, era jogar pra plateia, usar um discurso ideológico antiesquerda para agradar eleitores.

Dois anos mais tarde, em 2018, Jair Bolsonaro se elegeu presidente da República do Brasil. A exaltação ao militarismo, Deus, Pátria e Família foram seu mote de campanha e de governo. O Brasil ainda mais à direita nesses tempos. O governo de Bolsonaro foi formado por ampla maioria de homens, brancos e héteros, com a participação de muitos militares do primeiro ou no segundo escalão. Em 2018, o número total de militares na administração federal era de 2.372 e foi para 3.041 em 2021 — crescimento de 28%. Em cargos civis, aumentou de 638 para 1.085¹⁷.

A política de governo que iremos nos deter neste momento trata do aparelhamento de Estado por milhares de militares ocupando cargos dentro da hierarquia burocrática. Bolsonaro, além de oferecer alianças e cargos para militares, distribuía simpatia às direitas brasileiras. Suas políticas não alcançaram as camadas populares, mas era um governo populista que conversava com a elites e com os militares — portanto, com o centro e com a força econômica.

Tentamos reunir aqui elementos históricos, alguns dispersos e fora de contexto. Ocorre que é vital entender um pouco sobre essa guinada ou retorno das direitas ao poder no Governo

¹⁷ Esse estudo revelado na matéria da Revista Veja, foi realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), coordenado pela pesquisadora Flávia de Holanda Schmidt (Ferraz, 2022).

Federal pós-mandato de Dilma Rousseff. Esse momento definiu novas políticas e formas de governar. A ideologia é tratada pela direita como coisa de esquerdista, ou pode ser um fenômeno entendido como uma conversão da direita brasileira para tentar dar uma aparente naturalidade à forma de governo de Bolsonaro, que vendia para seus seguidores uma ideia de governo não ideológico. Isso é observável em sua maneira de conduzir determinadas políticas públicas, como foi o caso da Educação Básica, com programas que transformavam escolas regulares em escolas militarizadas. Isso por si só talvez seja uma ideologia capaz de introduzir em escolas públicas de Educação Básica características de quartel.

Conforme Hegel (*apud* Eagleton, 2019, p. 12), "todos os grandes eventos históricos acontecem, por assim dizer, duas vezes, a primeira como tragédia, a segunda como farsa". Exceto pela terrível coincidência de, novamente, um ex-militar se tornar presidente na história nacional, ironicamente, a tragédia foi um deslocamento violento de forças para um ultraliberalismo político promovido pelo governo de Jair Bolsonaro. Os defensores e críticos das teorias ideológicas, como diz Eagleton, partem de uma criação da direita política. Por sinal, uma das bandeiras defendidas por Bolsonaro é a de que a esquerda é uma ideologia avessa aos princípios religiosos, familiares e patrióticos.

As escolas cívico-militares, defendidas por sua gestão e já existentes anteriormente ao seu mandato, podem ser vistas por um ângulo ideológico: escolas ideológicas, se assim podemos dizer. "O que induz homens e mulheres a confundir-se de tempos em tempos, com deuses ou vermes, é a ideologia" (Eagleton, 2019, p. 13). O valor das ideias, acompanhadas de uma ação sob os alicerces do militarismo no Brasil, confundem a real intenção dessas escolas, a que chamaremos de um projeto de nação.

O governo Bolsonaro chegou a contar com oito militares¹⁸ de primeiro escalão no seu quadro político, todos com fortes bases de influência política, como, por exemplo, o senhor Tarcísio de Freitas, ministro da Infraestrutura e capitão da reserva do exército, Wagner Rosario, ministro da Controladoria Geral da União (CGU), também capitão da reserva do exército e almirante da Marinha. O senhor Bento Albuquerque foi ministro de Minas e Energia; já o tenente-coronel Marcos Pontes ocupou a pasta de ministro da Ciência e Tecnologia; o general Luiz Eduardo Ramos foi ministro da Casa Civil; Augusto Heleno, general do exército, foi chefe do Gabinete Institucional. O general do exército, Braga Neto, foi ministro da Defesa; e Hamilton Mourão, general do exército, tornou-se vice-presidente da República na chapa

¹⁸ Dentre eles, o general Eduardo Pazuello foi ministro da Saúde durante um dos períodos mais duros da pandemia (Covid-19), que matou aproximadamente 700 mil pessoas no Brasil (Otoboni, 2020).

vencedora das eleições de 2018 no Brasil (Conheça [...], 2020). A aproximação com militares continuou por todo o mandato de Jair Bolsonaro.

O governo de Jair Bolsonaro se notabilizou pela grande participação de militares em vários escalões da hierarquia pública acumulando funções e gratificações. Tão importante quanto, foi a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 141/2015 no dia 3 de julho de 2023 pelo Senado Federal em Brasília. Essa medida tornava oficialmente possível que membros das Forças Armadas pudessem acumular cargos na área da saúde e educação, sem que isso trouxesse prejuízos para suas carreiras (Brasil, 2015b). O benefício também foi estendido a policiais e bombeiros.

Esse tema é parte do entendimento que temos sobre o alinhamento do governo com as alas militares e do gabinete presidencial com o Senado Federal, que aprovou uma PEC engavetada há pelo menos cinco anos. O mandato do senhor Jair Bolsonaro estava em sintonia com os demais poderes, que votaram pela cassação da presidente Dilma Rousseff dois anos antes (Senado [...], 2019).

O alinhamento do Estado com militares da ativa ou da reserva também é uma demonstração de força, e todo o significado que isso representa se contrapõe ao que muitos autores apontam como falsa consciência, que seria a negação da ideologia. Eagleton diz que "ideologias, para serem verdadeiramente eficazes, devem dar algum sentido, por menor que seja, à experiência das pessoas, devem ajustar-se em alguma medida, ao que eles conhecem como realidade social" (Eagleton, 2019, p. 31).

Sob essas perspectivas, procuramos entender algumas das causas ideológicas envolvendo o governo Bolsonaro. Ou seja, buscamos entender se há adesão ao pensamento e às ideias do Estado naquele momento por parte da população brasileira. Entendemos que o acolhimento vai ao encontro de algum consentimento promovido por esse discurso ideológico. Nessa chave, vamos de encontro às políticas desenvolvidas por Bolsonaro e suas investidas na ampliação de escolas cívico-militares, mais conhecidas através do PECIM, em 2019, que explicaremos adiante.

Bolsonaro fazia, de algum modo, uma eficiente comunicação com a população e com sua realidade social; suas ideias encontravam legitimidade e reconhecimento em milhares de pessoas. Não queremos fazer apontamentos sobre uma suposta ideologia, certa ou errada, mas podemos dizer que ela era dominante naquele momento e dava demonstrações de poder. A realidade reflexiva de Bolsonaro também demonstra suas origens: ele encampou o militarismo como uma de suas muitas bandeiras, por exemplo, através das benesses em cargos públicos e projetos educacionais e previdenciários amplamente favoráveis aos militares.

Eagleton (2019, p. 39) diz que, "em algum nível a verdade e a falsidade possam ser aplicadas ao discurso ideológico, mas que em algum método desse discurso o afetivo pode superar o cognitivo". Trata-se de uma performance discursiva para a manutenção do poder. Essa estratégia foi muito usada por Bolsonaro ao longo dos anos, e alguns desses discursos tinham não só um claro interesse político, mas também um endereço, um espaço a ser ocupado na narrativa dos seus seguidores — e essa narrativa flutuava bem em diversas camadas sociais.

Segundo Chauí (2008, p. 42), Marx entende ideologia como um conjunto de ideais que não se separam das condições históricas, do mundo das ideias e das sociedades na sua produção. O filósofo alemão Hegel é a base dessa construção. Segundo a autora, Marx denominou a revolução filosófica em curso na Alemanha. Hegel é o impulso usado por Marx na formulação de determinados princípios, como das diferenças entre contradição e oposição: a primeira é a negação interna dela mesma, enquanto a segunda estabelece um sistema de oposição. A negação é a supressão do ser por ele mesmo, uma negação interna, por assim dizer. Há uma dependência da negação do outro para expressar a própria existência.

A autora, em "O que é ideologia?", traz para o debate reflexões sobre o que Hegel entendia por movimento histórico, a saber: a superação e a produção da contradição em que a história é uma volta sobre si mesma e reconhece a si mesma como consciência, uma reflexão perfeita. O espírito refletido em forma de obras: "o espírito é o sujeito da história" (Chauí, 2008, p. 43). Sobre a expressão "alienação", a autora diz que "é na obra de Hegel, a impossibilidade de o sujeito histórico identificar-se com sua obra, como se fosse um poder apartado dele, não o reconhece. Daí a contradição ser algo exigido na compreensão da realidade: é o espírito quem sintetiza essa realidade. Denominada por Hegel de conceito, na dialética hegeliana, os polos são contraditórios.

A cientista entende que a contradição promovida pelo Estado é um resultado¹⁹. Ele é uma unidade última, uma comunidade sintetizada em realidade coletiva, mas baseada nos interesses individuais. É uma comunidade universal de interesses, produto da sociedade. Nele, estão harmonizados os interesses objetivos e subjetivos dos indivíduos, o aspecto moral e o político. Também aqui teremos a definição do surgimento, entendido por Hegel, do público e do privado, ou seja, o Estado, e não o proprietário, cuidando da contradição gerada pelo proprietário. Podemos avaliar que houve uma tentativa de recriar condições históricas para que ordens pudessem ser subvertidas.

¹⁹ Ideologia é um mascaramento da realidade social que permite a legitimação da exploração e da dominação. Por intermédio dela, tomamos o falso por verdadeiro e o injusto por justo (Chauí, 2008).

Existe uma lógica na militarização das escolas públicas durante o governo Bolsonaro? É preciso dizer que essa política não começou e não termina no seu mandato. Há uma gradativa evolução no tempo e espaço que mostra a ampliação militar na educação brasileira. Esse é um tema que nos causa um certo desconforto para tratarmos abertamente. Porém, entendemos que, se gera desconforto, é um problema; um dos problemas é entender que a maioria das escolas cívico-militares do país estão no estado do Paraná. Houve a participação da comunidade escolar? Podemos até discutir as estratégias usadas pelo governo na forma que se deu a consulta, mas é fato que a população aderiu na maioria dos casos a escolha dessa categoria de escola. Corroborando com a filósofa Marilena Chauí, entendemos que o sujeito histórico não se reconhece como tal.

Os principais artigos relacionados ao tema da educação militarizada tratam o assunto como um traço na e da sociedade conservadora. Alves, Santos e Bordin (2023, p. 43) tratam essa ascensão dentro de uma lógica de Estado que está hipermilitarizando a Educação Básica como política de Estado.

Em paralelo ao governo Bolsonaro, várias assembleias legislativas, estaduais ou federais alinhadas ao Poder Executivo aumentaram significativamente o número de membros das Forças Armadas e da Polícia Militar ocupantes de cadeiras na esfera legislativa nacional (Estudo [...], 2018).

O estado do Paraná, cujo número de escolas militarizadas cresceu de maneira exponencial durante o governo Jair Bolsonaro, também trouxe o 1º mandato do governador Ratinho Junior, bastante alinhado com o ultraliberalismo de Bolsonaro. A bancada militar na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP) era bem representativa: coronel Lee, delegado Fernando, delegado Francischini, delegado Jacovós, delegado Recalcati, soldado Adriano, soldado Fruet e subtenente Everton (Paraná, 2023).

Portanto, eram ao menos 8 representantes diretos, eleitos sob a alcunha de pertencimento das suas respectivas áreas de atuação: Polícia Militar, Civil e Federal. Em regra, todos eram aliados políticos do governador Ratinho Junior, compondo um crescimento expressivo da presença de militares ou policiais como representantes do legislativo paranaense. Tal composição também revela muito sobre processos políticos e históricos da nossa sociedade.

Aqui também temos uma questão: esses representantes eleitos pelo voto popular demonstram que a população paranaense, pelo menos uma parte dela, deposita em militares um crédito, esperando um resultado melhor nas proposições de políticas públicas das quais esses possam eventualmente participar.

Segundo Alves, Santos e Bordin (2023), houve um crescimento de 108% no número de cargos ocupados por militares no governo Bolsonaro em relação à sua antecessora Dilma Rousseff. Entendemos que há uma supervalorização da temática e dos valores militares em várias frentes nesse momento no cenário nacional brasileiro. Ocorre que uma série de políticas de Governo passa a ser priorizada e outras tantas invisibilizadas, como a quantidade de ex-colegas de Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), que ocuparam altos cargos na administração pública (Alves, Santos e Bordin, 2023).

Alves, Santos e Bodin (2023 p. 50) também discutem sobre uma névoa espessa que envolveu muitas escolas públicas espalhadas pelo Brasil: o programa PECIM, de 2019. Esse programa vendeu a ideia de que escolas militarizadas trazem consigo bons resultados e melhoram a qualidade da educação. O que ocorre de fato é que, nas escolas militares, dirigidas por corporações militares elitizadas e aparelhadas com ótima infraestrutura, alunos alcançam bom desempenho acadêmico. Além disso, essas escolas apresentam resultados acima da média de escolas públicas, o que não quer dizer que escolas públicas militarizadas podem obter a mesma performance em testes de larga escala, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ou Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

No dia 3 de novembro de 2021, o governador do estado do Paraná falou publicamente sobre o seu projeto de implementar escolas cívico-militares na rede pública estadual de ensino. Sua fala foi publicada na Agência de Notícias do Estado do Paraná.

Há mais de uma década, o estado do Paraná ocupava o sétimo lugar na educação brasileira. Quando assumi o governo, me propus a melhorar, inovar. A média das escolas cívico-militar é de 20% melhor do que uma escola convencional. Esse é um projeto vencedor (Jovem Pan, 2020).

O governador generalizou e colocou no mesmo patamar todas as versões de escolas militares em uma coisa única. Trata-se de uma deixa política e bajuladora. Sem um modelo singular de escolas militares, algumas delas permanecem ligadas a corporações como a Marinha, Exército, aeronáutica ou as Forças Militares estaduais, vinculadas à Polícia Militar ou ao Corpo de Bombeiros. Essas escolas, historicamente, até por sua condição conjuntural, apresentam bons resultados acadêmicos. Em recente análise do *ranking* das escolas com melhor IDEB no estado do Paraná, o sindicato dos profissionais da educação (APP-Sindicato) mostrou

que a presença ou não de militares nas escolas interferiu nada ou quase nada²⁰ na nota de desempenho dos alunos na prova realizada pelos alunos (APP-Sindicato, 2023).

São onze instituições de formação militar do Exército, compostas por academias preparatórias para o exercício e carreira militar, como a AMAN ou a Escola de Sargentos de Logística do Exército (EsSLog), que são entidades ligadas ao Ministério da Defesa, e não da Educação. Já as instituições educacionais que atuam na Educação Básica, segundo Alves, Santos e Bordin (2023, p. 51), têm obrigação de seguir as mesmas normas designadas pela LDB, Lei nº 9394/96.

As instituições federais do Exército que atuam na Educação Básica espalhadas pelo país compõem uma rede de 14 escolas atendendo a aproximadamente 15 mil alunos do Ensino Médio e Fundamental. São escolas com superestruturas que abrigam preferencialmente alunos civis, porém filhos de militares. Os valores ideológicos dessas instituições são todas do Exército brasileiro.

Uma dessas escolas está localizada no bairro do Tarumã, em Curitiba, no estado do Paraná. Na ocasião do seu 57º aniversário, o colégio disponibilizou em sua página na internet uma cerimônia onde alunos e ex-alunos fazem uma performance ao estilo militar. As imagens também mostram parte da estrutura física, com ginásio de esportes e uma piscina olímpica. No pavilhão central onde se localizam as salas de aula, logo na entrada, é possível ler os seguintes dizeres: "Pátria, Honra, Dever e Disciplina". Alguns alunos, nesse mesmo dia, desfilaram em suas montarias portando consigo um mastro. É possível que também tenham ali aulas de equitação, já que as manobras eram realizadas em perfeita sincronia (Hertt, 2017)

O colégio estabelece duas vertentes no seu projeto político-pedagógico: a preparatória e a assistencial. A primeira diz respeito ao ensino preparatório para a vida, e o segundo à profissão militar, em especial ao ingresso na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx) e no Instituto Militar de Engenharia (IME) (Brasil, 2023). Segundo Alves, Santos e Bordin (2023, p. 51), escolas como essa apresentam condições diferenciadas, selecionam, cobram taxas e são financiadas com recursos do Ministério da Defesa. O custo de aluno por ano é três vezes maior do que um aluno de escola pública.

Um outro modelo, dos colégios da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, compõem uma categoria de escolas que atendem prioritariamente a filhos e filhas de policiais militares e

²⁰ Ao comparar as 30 melhores notas no IDEB de 2021, índice que mede, em valores, a proficiência de disciplinas como Português e Matemática no estado do Paraná, a melhor nota entre as escolas estaduais é do Colégio Estadual de Laranjeiras do Sul, com uma média de 6.2. Por outro lado, no Colégio Estadual Candido Rondon, um colégio militarizado localizado na cidade de Campo Mourão, a nota foi de 5.5.

bombeiros. Essas instituições, além de serem estruturas ligadas às esferas estaduais, são mais numerosas, pois quase todos os estados da federação possuem mais de uma unidade. Elas seguem parcialmente a legislação (LDB) e possuem princípios definidos por regimentos da PM (Alves, Santos, Bordin, 2023, p. 51).

Historicamente, os militares se fazem presentes na Educação Básica. Prioritariamente, essa relação se estabelece para que seus descendentes possam se manter na carreira militar. Uma instituição emblemática mantida pelo Ministério da Defesa é o Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ). Sob o Decreto nº 10.202 (Brasil, 1889), que trazia a rubrica imperial, foi aprovado o regulamento do Imperial Collegio Militar — a grafia segue o padrão da época. O artigo 1º do decreto deixa bem claro como se daria a admissão dos alunos.

Art. 1º Fica creado nesta Côrte, sob a denominação de Imperial Collegio Militar, um instituto de instrucção e educação militar, destinado a receber, gratuitamente, os filhos dos officiaes effectivos, reformados e honorarios do Exercito e da Armada; e, mediante contribuição pecuniaria, alumnos procedentes de outras classes sociaes (Brasil, 1889).

Fica evidente o privilégio na forma de ingresso para filhos de membros das forças armadas desde aquele período (1889) na instituição. No mesmo decreto, foi definido que, após o período de instrução, os alunos estavam aptos a prosseguir seus estudos em Academias de Ensino Superior das Forças Armadas.

Seguimos com algumas das características do Projeto Pedagógico (PP) do CMRJ²¹, de saída e em linhas gerais. Seu PP se define por valores e princípios alinhados com as Forças Armadas Brasileiras: fala em cidadãos patrióticos em defesa da pátria. Essa máxima sobre irá se repetir em quase todas as corporações de ensino militar, mas em nenhuma delas encontramos evidências de a que pátria exatamente se referem. Há uma intencionalidade nisso? O que é recorrente no PP é aquilo que o exército entende como ideal de aluno, isso é, resguardar seus interesses simbólicos projetados no aluno.

“Filhos desamparados, necessitados”: essa era a bandeira de Duque de Caxias sobre a segurança, que deveria ter "capitães e oficiais subalternos" (Brasil, 2021, p. 9) defendendo o Brasil com suas vidas. Seus descendentes não estariam desamparados tendo sua educação assegurada em unidades próprias para os filhos da caserna.

²¹ Para 2025, o desafio é projetar o SCMB para um cenário de vanguarda educacional sempre fundamentado nos valores e nas tradições do Exército Brasileiro, sua instituição mantenedora. Ao falar do Exército Brasileiro, reportamo-nos a uma instituição “Braço forte, mão amiga”, que tem na força de seu braço o dever de defender a soberania brasileira e, na sua mão, a valorização de uma geração que é forjada, desde os colégios militares até as Escolas de Formação Militar, para prosseguir como cidadãos patrióticos e cômicos de seus ideais.

Não foram criadas simultaneamente as corporações de ensino militar, 14 espalhadas pelo país; isso se deu ao longo dos anos. Durante a trajetória desses colégios, ocorreram algumas tentativas de cessar suas atividades.

Reações contrárias aos novos estabelecimentos de ensino aconteceram. Nos orçamentos de 1915 e de 1916, foram apresentadas emendas visando à extinção de três colégios militares, então existentes. Felizmente, não lograram êxito as duas tentativas e o Senador pelo Piauí, Abadias Neves, surgiu em defesa daquelas instituições. Com base judicioso parecer do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Bento Manoel Carneiro Monteiro, aprovado integralmente pelo Ministro da Guerra, General José Caetano de Faria, a questão foi arquivada. E o que foi melhor, animou o Governo Federal a criar o Colégio Militar do Ceará (Lei nº 3674, de janeiro de 1919) (Brasil, 2021, p. 10).

Outros movimentos ocorreram a partir desse evento de 1915. Em 1938, outras instituições foram extintas, restando o Colégio Militar do Rio de Janeiro. Esse evento é tratado como perseguição política. Porém, uma reviravolta ocorreu na década de 50, quando os militares conseguiram ampliar o número dessas instituições, inaugurando unidades em Curitiba (PR), Recife (PE) e Salvador (BA). Também foram criadas Escolas Preparatórias em Fortaleza (CE) e Porto Alegre (RS) (Brasil, 2021). Os anos 50, como vimos, tem uma importante presença militar na política. Não por acaso, o número de escolas militares pelo país aumentou consideravelmente nesse período.

As instituições militares que atuam na Educação Básica de ensino no país estão ligadas ao Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB). Na prática, esse sistema regula os conceitos e o posicionamento dessas instituições; é o PP. Já as questões operacionais ficam restritas a cada uma das 14 unidades, reservados seus interesses (Brasil, 2021).

No PP das unidades, não encontramos com clareza as facilidades para o ingresso de filhos de militares. Fala-se em concurso de admissão para alunos de 6º ano do Ensino Fundamental e 1º ano de Ensino Médio, que disputarão as vagas remanescentes, não ocupadas por filhos de militares.

A distinção que fizemos até o momento revela escolas militares com estreita ligação com as corporações. Seu financiamento é público, mas, diferentemente de outras instituições básicas de ensino público, têm repasse a partir de secretarias de segurança ou do Ministério da Defesa. Com isso, o PECIM se dissemina rapidamente pelos estados da federação, assunto de que iremos nos ocupar agora.

2.1 PROGRAMA DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES

Tanto quanto na década de 50, em 2019, os militares também ficaram muito próximos da política nacional. O governo Bolsonaro sempre rasgou elogios em seu discurso em prol dos militares, incluindo-os em várias pastas importantes do poder decisório. O programa de Governo que tratamos a seguir é praticamente impossível de se pensar à luz da democracia, e ganha fôlego com o posicionamento do então presidente Jair Bolsonaro e seus aliados políticos — que, em relação à educação pública, usaram o discurso anticomunista, empenhando seu tempo na introdução de militares em instituições que em nada lembram as cooperações militares tratadas anteriormente.

A primeira questão que levantamos sobre o PECIM é a incorporação da gestão escolar por membros da segurança pública. Uma inovação que o programa traz, ao contrário dos modelos de escolas militares citadas anteriormente, é que não há nenhum vínculo com corporações militares. A gestão administrativa ou pedagógica é transferida para um membro estranho à comunidade escolar. Alves, Santos e Bordin (2023, p. 52) revelam que, a partir da adesão ao programa, as escolas tendem a ter sua administração disciplinar e pedagógica realizada por membros das Forças Armadas na reserva.

Mas, afinal, o que propõe o PECIM para as escolas públicas civis? Um ato de governo, em 2019, sob o Decreto nº 10.196 (Brasil, 2019b), ligou a Secretaria da Educação Básica (SEB) à recém-criada diretoria de políticas para escolas cívico-militares. Dessa forma, foi formalizado o vínculo: as escolas civis que aderissem ao novo modelo seriam acompanhadas e avaliadas para sua adesão ao sistema militarizado (Brasil, 2019b). Nada mais oportuno para alguns governadores que gozavam da simpatia e proximidade com o presidente Jair Bolsonaro.

O programa das escolas cívico-militares coloca na ponta as escolas participantes sob a nomenclatura ECIM. A ideia inicial da parceria entre MEC e Forças Armadas era contar com a participação destas e de oficiais da reserva do âmbito federal que se inscrevessem para a função desejada — gestão ou monitoria. A previsão inicial era de 54 escolas que adotariam o modelo ECIM adaptados ao modelo militar a partir de 2020. Alves, Santos e Bordin (2023, p. 55) esclarecem que a intenção inicial do Ministério da Educação era o repasse de 1 milhão de reais por ano a cada escola que aderisse ao programa. Esse segundo montante seria usado para custear pagamento do pessoal. Demais valores deveriam ficar sob a responsabilidade dos governos estaduais para que as escolas pudessem contar com infraestrutura adequada.

O caminho dos recursos seria destinado pelo Governo Federal ao Ministério da Defesa, que faria a distribuição para os agentes designados para as funções as quais exercem. No estado do Paraná, a ação política sobre a incorporação de escolas civis ao quadro do ECIM ganhou números importantes. Para a pesquisadora Silva (2023), a onda neoconservadora se evidenciou

a partir do governo Ratinho, um aliado político do governo Bolsonaro disposto a dar amplo apoio ao que iria se tornar o maior programa de escolas cívico-militares do país.

Assim, das 2011 escolas estaduais, 207 são hoje aderentes ao programa, sendo 195 no modelo estadual e 12 no modelo federal. Esse número representa 10% da rede estadual (Silva, 2023, p. 85). Sabe-se, portanto, que essas 12 escolas iniciaram o convênio MEC-Ministério da Defesa, e as demais 195 se tornaram ECIM por conta de uma adaptação do Governo estadual. Leis, editais, consulta pública e mobilização nas mídias formaram um conjunto de ações organizadas pelo Governo paranaense para viabilizar o programa em seu território.

Ratinho Junior entende que as escolas cívico-militares são em média 20% melhores. Sua afirmação toma como base o desempenho obtido em testes de larga escala que avaliam o ensino básico. Ocorre que, como descrevemos anteriormente, o Brasil conta com 14 escolas militares espalhadas pelo país e inúmeras escolas militares nos estados da federação que são dirigidas e financiadas por corporações, instituições essas que contam com estruturas superiores à realidade da maioria das escolas públicas brasileiras.

Recém-publicada a Lei Ordinária nº 20.338 de 06 de outubro de 2020 (Paraná, 2020a), que institui o programa dos colégios cívico-militares no estado do Paraná, o Governo paranaense empenhou-se em uma maciça divulgação em diversas mídias sobre a elaboração de uma consulta pública envolvendo toda a comunidade escolar, para que pudessem escolher entre o novo modelo cívico-militar ou manter a escola apenas sob o controle civil. Foram realizadas consultas em 216 escolas (Consulta [...], 2020).

Uma reportagem no site G1 Paraná (Colégio [...], 2020) alertou para uma prorrogação dos prazos para a realização da consulta pública até dia 27 de novembro de 2020, às 20h de uma quarta-feira. A dilatação nos prazos para realização da consulta tem a ver com a pequena participação da comunidade escolar, que ficou aquém da pretendida pelo governo do estado do Paraná. A reportagem também revela que, das 216 escolas onde foi realizado o processo, 25 optaram por manter-se no modelo civil de escola e refutaram o modelo militarizado.

Das 216, cinco não atingiram o quórum necessário estabelecido pela Secretaria de Educação, isto é, metade mais um. O APP-Sindicato se manifestou na reportagem contrariamente ao programa, alertando para o não cumprimento dos prazos legais em que as consultas foram realizadas.

Um bom exemplo da onda neoconservadora que tomou conta da política brasileira é a política pública na educação paranaense que tomou conta de mais de 10 % da rede das escolas. A emblemática militarização pela qual as escolas estão passando ao adotar o PECIM com tamanho apetite é retratado por Silva (2023) no artigo "Pedagogia do quartel: formação de

corpos dóceis nos colégios cívico-militares no estado do Paraná". Assim, com a neutralidade curricular típica do liberalismo, a educação de fábrica busca a eficiência racional — onde e quando se busca — em resultados em exames e avaliações (Silva, 2023, p. 87). Segundo a pesquisadora, existe nos documentos um alto teor moral.

A instrução normativa conjuntiva nº 002/2020 da SEED, em conjunto com a Diretoria de Educação (DEDUC) e Diretoria de Planejamento e Gestão Escolar (DPGE), publicaram a nova matriz curricular das escolas que iriam integrar o PECIM (Paraná, 2020b). A novidade foi o acréscimo da carga horária de 2 horas semanais, tanto para o Ensino Fundamental quanto para o Ensino Médio, da disciplina denominada de "Instrução militar". Segundo o documento, essa disciplina é específica e se dá em razão da filosofia militar do programa. Entendemos que essa filosofia se refere ao respeito às hierarquias, basilar nas Forças Armadas. Silva (2023, p. 86), assim define sua compreensão sobre essa questão:

O movimento secundarista de ocupação-MSO e os movimentos de greve e paralizações de professores desafiaram a ordem estabelecida e representaram uma grande ameaça aos grupos políticos liberais, que reagiram rapidamente em defesa de políticas conservadoras.

Esses movimentos sociais espontâneos ou organizados tendem a gerar incômodos às forças conservadoras no poder. É um processo de verticalização nas decisões que introduziram as ECIM no estado do Paraná. Por mais valoráveis que sejam as intenções do Governo em realizar uma consulta pública sobre o assunto, não houve debate sobre o que de fato significam essas escolas. Para Alves, Santos e Bordin (2023), pesquisadores da área da educação, a pedagogia de quartel em nada contribui para o debate democrático, que é próprio e legítimo no ambiente escolar. Se a militarização na educação não pretende formar um país bélico, o problema está na expansão das ideias que o programa representa.

Houve inúmeros casos em que, a partir do Decreto nº 10.004/2019 (Brasil, 2019a), que criou o PECIM, autoridades locais interferiram diretamente no processo de escolha de unidades a serem militarizadas (Brasil, 2019a). Uma delas foi o Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso, uma escola localizada aos arredores da parte continental da cidade de Belém. Os autores Tapajós e Silva (2023) demonstram como foi totalmente arbitrária a conversão em ECIM do maior centro educacional de Belém.

Sob a alegação de que era preciso resolver situações de violência e baixo índice de rendimento escolar — que, segundo os pesquisadores, não se aplica a essa escola —, houve interferência política do prefeito na escolha.

Os pesquisadores demonstraram algumas irregularidades no processo, como a não escuta da comunidade escolar (pais e alunos). Sobre a mudança, Tapajós e Silva (2023) argumentaram que houve, na realidade, por parte do poder executivo local, o Zenaldo Coutinho, prefeito na ocasião, uma ação política e oportunista. O artigo revela que o Liceu tem características muito peculiares: trata-se de uma escola que nasceu de um projeto nos anos 90 e cujo princípio basilar era o desenvolvimento sustentável para atender a filhos de ceramistas (artesões)²², que se constituem na grande atividade profissional daquela localidade. Portanto, concluem os pesquisadores, não há naquele espaço nenhuma relação com a pedagogia de quartel (Tapajós; Silva, 2023, p. 173).

No estado do Paraná, o representante do Governo no poder legislativo e presidente da comissão de educação, o deputado Hussein Bakri, em fala a rádio CBN de Curitiba, comentou sobre o ECIM no Paraná no dia 12 de julho de 2023.

‘O Paraná oferece várias opções aos alunos. Nós temos colégios técnicos, integrais, colégios agrícolas... E o colégio cívico-militar é uma opção, inclusive democrática, porque são os pais, os alunos, os colaboradores das escolas que votam para ver se querem esse modelo’ (Pichetti, 2023).

Esse pronunciamento se deu na ocasião em que o Governo Federal eleito em 2022 resolveu cancelar o programa que previa colaboração entre o MEC e o Ministério da Defesa. Na mesma reportagem, em manifestação contrária, a APP-Sindicato ressaltou que o modelo cívico-militar nas escolas elimina a eleição de diretores por parte da comunidade escolar, sendo indicados pela própria Secretaria de Educação e estabelecendo um modelo baseado na centralização das decisões.

Na fala do líder do governo Hussein Bakri aparece a expressão "democracia". Ele compara a militarização de escolas com escolas agrícolas e deixa subentender que o fato de a comunidade ter sido consultada sobre a mudança de escolas regulares públicas em escolas militarizadas é um ato da democracia.

A consulta pública conduzida pelo Governo do Paraná nas escolas pré-determinadas tinha data e mobilização para que acontecessem. Era composta de uma única pergunta, com sim ou não como resposta. Funcionários dos núcleos de educação acompanhavam nas escolas todo o processo. Isso, de certa forma, coloca uma trava em qualquer reação contrária à escolha dos pais, alunos e professores. Mais adiante falaremos sobre o que são núcleos de educação.

²² A ideia inicial esteve alicerçada no ensino escolar que contemplasse a produção oleira, contando com a parceria de mestres locais, entrelaçando esse conhecimento ao currículo formal (Tapajós; Silva, 2023).

Mesmo com algumas comunidades rejeitando a proposta da militarização em suas escolas, não podemos negligenciar que houve uma aceitação na maior parte delas. Elaboramos algumas suposições para esse panorama, que reflete os sintomas em recentes invasões armadas a escolas brasileiras, com violência contra estudantes e professores, como no Colégio Raul Brasil, em São Paulo²³ (Dupla [...], 2019).

Aliado também ao exorcismo do anticomunismo criado pela extrema-direita nas redes sociais, qualquer política liberal percebida pelos radicais de direita se transformou em alvo de ataques. Esse cenário foi acentuado no Brasil sobretudo após a eleição do presidente Jair Bolsonaro. Não foram poucas as discussões envolvendo doutrinação política nas escolas. Isso será debatido a seguir.

A pergunta proposta pelo Governo do Paraná na ocasião da escolha das escolas cívico-militares pelas comunidades escolares em 2020 não estabelecia nenhum outro tipo de investigação, por exemplo, se os pais apoiavam o projeto por temor à violência contra seus filhos dentro do ambiente escolar ou se repudiavam algum tipo de doutrinação política por parte da escola. Não esqueçamos que o ambiente político naquele período era extremamente favorável ao discurso radical, e o país estava mais à direita.

Em outros tempos, o discurso contra o comunismo também foi amplamente usado pelos militares como pretexto do Golpe de Estado de 1964. Motta (2021) traz uma discussão sobre pesquisas realizadas no Brasil em 1964, antes e depois do golpe. Vejamos. O governo Jango foi considerado ótimo ou bom por 42% dos paulistanos, isso entre os dias 20 e 30 de março. Jango tinha fôlego. Na mesma pesquisa, 40% dos entrevistados achavam que suas reformas de base eram de caráter urgente e necessárias.

Em maio do mesmo ano, já no pós-golpe, jornais como O Estado de São Paulo e O Globo fizeram pesquisas com a clara intenção de forjar um João Goulart. Perguntas associativas indicavam que 34% concordava que a maior causa da queda de Jango era a sua relação com o comunismo. A segunda resposta mais escolhida (21%) foi relacionando o presidente com a figura de um ditador, considerando que Jango iria fechar o congresso. Essas associações eram uma espécie de triunfo para os golpistas justificarem suas ações (Motta, 2019).

Que relação pretendemos fazer com as pesquisas de 1964 e a consulta de 2020 nas escolas públicas paranaenses? A primeira fazia uma associação clara do presidente Jango ao comunismo. A consulta, ao contrário, deixava uma áurea de escolha participativa e comunitária na decisão. No entanto, o momento político favorecia, em tempos de Bolsonaro e da direita no

²³ Dois jovens invadiram uma escola em Suzano, grande São Paulo, portando armas. Eles mataram oito pessoas e depois se suicidaram. Esse episódio deixou latente a insegurança que vivem as escolas brasileiras.

comando, o conservadorismo, que se torna um eixo que introduz de forma implacável velhas práticas e desmobiliza reações críticas frente a projetos como esse.

Perguntas associativas à presença de militares na gestão de escolas públicas poderiam criar um outro cenário, mas não um cenário que induz à aceitação sem questionamentos. Por exemplo: militares no comando de escolas é bom por quê? Você prefere uma escola militarizada ou uma escola que respeite as individualidades, com boa superestrutura física? Uma escola segura, não significa ter no centro da sua concepção pedagógica o militarismo como fonte de princípios. São questões que poderiam fazer parte do debate.

2.2 *THINK TANKS*: O ULTRACONSERVADORISMO DIGITAL

Novos movimentos autoritários e conservadores se autodenominam liberais na política e na economia. São segmentos que passaram a exercer protagonismo nas redes sociais após as manifestações de junho de 2013 e revelaram-se perversos em relação à educação: o Movimento do Brasil Livre (MBL) e outro correlato com intensões pouco alinhados com a democracia, o Escola Sem Partido. Ambos, cada qual à sua maneira, passaram a pautar ações combinadas com a explosão da internet — ações essas extremamente danosas ao debate plural em torno das escolas. Memes caricatos combinados a soluções fáceis se tornaram linguagem virais nas mídias digitais.

O comportamento de muitos jovens se reflete nas manobras dessas aves de rapina. Não deve ser difícil encontrar em qualquer escola pública brasileira ou em entidades privadas um professor de História que não tenha ficado em apuros diante de alunos sob acusações análogas ao termo "doutrinador". Antes de entrar no assunto ligado a esses movimentos de direita, vamos recordar as ocupações em escolas públicas envolvendo alunos secundaristas.

No estado do Paraná, em 2016, houve um ato muito importante e de demonstração de força: um movimento em torno do debate da PEC nº 241/2016. Durante o governo Michel Temer, milhares de estudantes ocuparam escolas públicas em protesto à aprovação da PEC na câmara e no senado. Estudantes ocuparam suas escolas, aulas foram interrompidas e o debate em torno da emenda que limitava o investimento em áreas sensíveis, como saúde e educação ficou, mais visível à população, evidenciando o que acontecia em Brasília e seus desdobramentos.

No Paraná, cerca de 800 escolas passaram pelo movimento de ocupação por estudantes secundaristas em forma de protesto (Tokarnia, 2016). Além da PEC, os alunos se mobilizaram em torno do debate que iria resultar na reforma do Ensino Médio, que estava em curso durante

o governo de Michel Temer, vice-presidente que assumiu o mandato após o afastamento de Dilma Rousseff.

Em artigo publicado em 2022, Sallas e Groppo analisaram os resultados gerais da pesquisa nacional sobre as ocupações secundaristas que ocorreram em 2015 e 2016. Os autores revelaram a pluralidade nas ocupações em vários sentidos — ao nosso ver, principalmente aquele relacionado ao caráter progressista do movimento. Este aspecto se revela nas entrevistas divulgadas no estudo.

O movimento desses jovens estudantes secundaristas, segundo Sallas e Groppo (2022), tem muita potência em seus significados. Para os autores, são experiências vividas em uma idade pré-juventude e que deixa marcas importantes para toda a vida. O artigo revela algumas características do movimento secundarista e os significados na trajetória de suas vidas.

As ocupações, na pesquisa, também revelam maturidade por parte desses estudantes secundaristas, um tabu de que com tão pouca idade esses alunos seriam pessoas imaturas ou, como bem descrevem Sallas e Groppo (2022), seres humanos em idade pré-política. No estudo, isso cai por terra. De qualquer maneira, a resposta do movimento foi outra: os secundaristas mostraram força e determinação. Os autores entendem como uma marca importante na trajetória individual e coletiva dos secundaristas. E, o mais significativo: "é uma experimentação da política e luta pela democracia na sua horizontal. Constituíram-se em sujeitos políticos.

O campo político fechou os olhos para o movimento secundarista e pouco fez a respeito das reivindicações dos estudantes. Em linhas gerais, o trabalho examina a diversidade na composição dos grupos dos estudantes que participaram ativamente das ocupações nas escolas em 10 estados da federação. A primeira evidência significativa da pesquisa é a participação feminina em relação aos homens: segundo os autores, houve uma predominância feminina nas ocupações.

Outra questão importante é a interiorização do movimento, com um deslocamento para regiões metropolitanas e interiores dos estados. Mesmo que no desenho geral as escolas centrais tenham sido predominantes nas ocupações, as escolas periféricas tiveram participação significativa, a que Sallas e Groppo (2022) sinalizam como evento positivo para muitos jovens da periferia. Esse foi um movimento espontâneo, talvez o primeiro encontro com atos políticos e democráticos das suas vidas. Na sua maioria, esses estudantes nunca tinham participado de nenhum movimento político ou partidário.

Para ilustrar esse ponto do estudo, recorreremos ao site da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), que divulgou uma lista com o nome de mais de mil escolas

ocupadas pelo movimento em todo o Brasil (UBES [...], 2016). No estado do Paraná, aproximadamente 800 escolas foram ocupadas; cidades do sudoeste paranaense, como Dois Vizinhos, teve oitos escolas participando das ocupações; Cianorte, outra cidade do interior paranaense e distante da capital, teve 7 escolas ocupadas pelo movimento secundarista (Sallas; Groppo, 2022). Teríamos em localidades assim o que chamam de movimento espontâneo na participação política por parte dos estudantes?

Tradicionalmente, o estado do Paraná se revela politicamente como conservador. Isso se levarmos em conta os votos em candidatos de representantes da direita que se elegem para cargos distintos. E, sim, achamos que essas ocupações pelo interior do estado revelam, se não totalmente, uma grande dose de espontaneidade dos alunos que participaram das ocupações.

O fato de as mulheres, no panorama geral da pesquisa, estarem no maior grupo entre os gêneros e franquiarem as lideranças nos colégios ocupados fala por si só. Um país com raízes profundas no patriarcalismo e no autoritarismo masculino é um fato altamente valorável, se pensarmos em termos de participação e representatividade.

Em contrapartida, movimentos de direita, como o MBL, com sua legião de pós-adolescentes, por mais de uma vez causaram desconforto aos jovens secundaristas do Movimento Ocupa. Em matéria na Revista Fórum (População [...], 2016), um grupo de membros do MBL tentou desestabilizar as ocupações de algumas escolas na capital do Paraná, levando alguns de seus membros e convocando a população para reagir às ocupações que eles, MBL, se posicionavam abertamente contra.

Esse caso ocorreu em 28 de outubro de 2016, na tentativa de desocupar o Colégio Estadual Pedro Macedo, localizado no bairro Portão da capital paranaense. Houve uma reação de pais, professores e simpatizantes do Movimento Ocupação. O fato se deu por volta das 19h quando, pessoas foram para a frente do colégio para impedir qualquer ação por parte do MBL contra o movimento secundarista (População [...], 2016).

Outra situação envolvendo o MBL durante as ocupações na cidade de Curitiba foi a tentativa de desocupar à força o Colégio Estadual Lysímaco Ferreira da Costa no bairro Água Verde. Neste, os integrantes do MBL chegaram a pular o muro da instituição de ensino e só foram retirados do local com a chegada da Polícia Militar. Na mesma matéria, é revelado que a Ordem dos Advogados Brasileiros (OAB) esteve no local para prestar auxílio aos estudantes da ocupação, alegando que a tentativa de desocupar à força é crime previsto no artigo 345 do Código Penal. Lembramos que o Movimento Ocupação foi promovido por estudantes secundaristas na faixa etária de 15 e 18 anos e estudantes daquelas escolas ocupadas (Manifestantes [...], 2016).

O Colégio Estadual do Paraná, maior instituição de ensino público de Ensino Básico do estado do Paraná, também foi alvo do MBL durante o tempo que esteve ocupado pelo movimento secundarista. Naquele período, Arthur do Val, representante do canal do YouTube "Mamaefalei", veio de São Paulo e esteve no colégio proferindo palavras de ordem sobre os direitos individuais de ir e vir que os estudantes secundaristas estariam cerceando (Do Val, 2016, localizável em 9 min 10 s; Kervalt, 2016). Arthur do Val mais tarde se tornou deputado estadual pelo estado de São Paulo. No entanto, teve seu mandato cassado na Assembleia Legislativa de São Paulo por questões sexistas envolvendo mulheres ucranianas daquele país.

Outro movimento relacionado às direitas brasileiras, o Escola Sem Partido, apareceu com uma ideologia de liquidação da escola pública e da atividade profissional do professor. Sob o risco de desagregação social, movimentos como esse são uma preparação de uma atmosfera de perseguição, que em outros tempos, "culminou na monstruosidade do nazismo e do fascismo". Uma ameaça, mesmo que pareça ser tola, não pode passar despercebida. Nela, sempre está contido algum sentido político e ideológico. Parece ser o caso da Escola Sem Partido (Frigotto, 2016).

Segundo Frigotto (2016), a Escola Sem partido é produto de uma complexa historicidade que já vem sedimentada nas relações sociais. Equivale dizer que é a ponta de um movimento presente em nossa sociedade autoritária. Para Frigotto (2016), a burguesia nacional, bem como o modo como opera, pertence a um sistema global capitalista em crise constante. Ela se abastece dessa crise usando o sistema a seu favor, além de lucrar com a dívida pública dos estados, moeda corrente do capital financeiro, e especular com a dívida recebendo altas doses de juros para si. Os Estados são entidades monetárias controladas por "Bancos Centrais e Ministérios de Economia" Frigotto (2016). Juridicamente, sustentam-se ao se tornarem cada vez mais determinados no controle social. Parte desse sistema e, sobretudo, quem opera a sua sustentação, é a mídia, que, segundo o autor, produz versões da realidade. Essa mesma mídia também é parte do capital, que é representado por ela.

A forma da estruturação do capitalismo brasileiro, colonizador e escravocrata, para Frigotto (2016), produziu uma das sociedades mais perversas e desiguais do mundo. A nossa burguesia, antinação, antipovo e antidireitos também é antiescola pública. Os avanços sempre marcham para trás no quesito de acesso à moradia, saúde, educação e cultura. A classe dominante brasileira está sempre alerta contra os direitos universais da humanidade.

Essa história revela-se nas instituições que se articulam politicamente e estão sempre alerta ao menor sopro de esperança para os pobres e periféricos brasileiros. Frigotto (2016) ilustra o acontecimento do golpe que afastou Dilma Rousseff do poder como uma forma de

conter avanços mínimos que foram colocados na política de Governo durante a trajetória de Lula e Dilma durante seus mandatos frente à Presidência da República. No campo da educação, novas lideranças também estavam em evidência entre as minorias. Assim, a escola pública deveria contar com ampla liberdade e poder ler autonomamente a realidade social, econômica, cultural e política do país. No entanto, a partir do golpe, sofreu um revés: entram em cena grupos dispostos a pautar *o que e como* a escola pública deveria oferecer. A classe dominante estava novamente no coração do Estado. A criminalização de movimentos sociais no país ganhou força e pessoas passaram a agir livremente de acordo com suas convicções políticas e ideológicas.

A educação liberal ou mercantilizada define o ser humano nessa engrenagem do sistema capitalista: "capital humano", um ser dotado de capacidade de desenvolvimento pessoal sem que haja sobre ele políticas definidas como intervencionistas. Ou seja, o Estado está fora e o indivíduo é quem gera sua empregabilidade. O Escola Sem Partido parte do princípio de que profissionais da educação são seres manipuladores que doutrinam perversamente ideias de esquerda na mente de idiotas submissos: a sala dos alunos.

O projeto Escola Sem Partido nasceu em 2004 e, como diz Penna (2017), é uma nova linguagem, uma forma de se posicionar. O pesquisador chama a atenção para a pouca importância que as pessoas ligadas ao debate educacional deram a essas ideias, talvez por acharmos tão absurda e quase nula para o debate. O fato é que o discurso simplista da internet dá espaço para que movimentos como esse passem do risível para ameaças reais. Penna (2017) afirma não se tratar só de um projeto inconstitucional: tem muito mais por trás disso. O que ocorre com a Escola Sem Partido e com o MBL no seu modo de operar, ao nosso ver, é a disputa pela opinião pública (Penna, 2017) no discurso.

Mas o que define uma escola sem partido? Os idealizadores do movimento pregam que o professor deve militar somente na instrução do aluno, alegando que a educação é outra coisa, que não cabe ao educador. Outro ponto definido pelo movimento é que o professor não deve fazer as relações como o mundo real, por exemplo ligar seu conteúdo a uma matéria de jornal ou noticiário. Ao realizar essa ponte ou conexão, agora o doutrinador (professor) entraria com seu discurso ideológico.

Miguel Nagib, idealizador do Escola Sem Partido, defende a neutralidade do professor. Penna (2017, p. 38) diz que essas mensagens são na realidade concepções de escolarização que operam muito próximo do neotecnicismo. Portanto, não discutem valores. Outra tese defendida por Miguel Nagib é a total desconfiança em relação ao professor: o mentor do movimento, de forma bem explícita, deixa claro que, ao estar sozinho em uma sala de aula com seus alunos,

não existe qualquer garantia de que seus princípios não irão ser preponderantes em relação aos estudantes.

Ao desqualificar o professor, Penna (2017) alerta sobre o rótulo criado em relação ao professor, que é baseado, sem meias palavras, no Código de Defesa do Consumidor, para proteger a parte mais fraca entre consumidor (aluno) e fornecedor (professor). Essa é a lógica do consumo de onde a Escola sem Partido nutre seus argumentos e defende suas teorias.

Outra linha de pensamento que prospera entre aqueles que defendem projetos iguais a esses é a escola de pensamentos liberais, representada por ideias como meritocracia, responsabilidade individual e neutralidade na transmissão do conhecimento. As primeiras associações são claramente políticas liberais na economia e na política, enquanto a neutralidade de professores está mais para cerceamento profissional. Penna (2017, p. 39) defende que essas ideias relacionadas a um modelo educacional é claramente uma proposta que defende o mercado.

Organizações que atendem pelo nome de Escola sem Partido tendem a ser menos importantes do que as ideias que defendem e pouco diferem do autoritarismo da Ditadura Militar. É uma outra roupagem para calar vozes e também não ajudam no debate tão necessário na escola pública, mas sim operam para manter seu controle. O Projeto de Lei nº 867/2015 (Brasil, 2015a), levado à Câmara dos Deputados pelo Deputado Izalci Lucas do partido PSDB, propôs uma alteração na LDB: incluir o programa Escola Sem Partido na lei.

Matéria publicada no portal Uol (Amorim; Oliveira, 2020) relata que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou um caso relacionado ao Escola sem Partido no estado de Alagoas: por 9 votos contra 1, o STF votou a inconstitucionalidade do projeto. Dessa forma, a tendência é que qualquer tentativa de validar o projeto em municípios e estados sigam o mesmo caminho. No entanto, uma de nossas defesas é de que esses projetos são sintomas da sociedade brasileira autoritária e conservadora. Nossa história dá essas credenciais (Amorim; Oliveira, 2020).

Essas credenciais podem ser ilustradas em um novo movimento entre estudantes secundaristas e universitários pós-ocupações, que ocorreu em 31 de outubro de 2022, em Curitiba. Dessa vez, com jovens de classe média estudantes de instituições privadas. Algumas reportagens divulgaram os protestos e como ocorreram (Alunos [...], 2022).

Alunos do Colégio Marista Santa Maria, uma instituição particular em Curitiba, organizaram um ato de protesto em 30 de outubro de 2022 contra a vitória de Lula, presidente eleito, quando foram apurados os resultados do segundo turno das eleições presidenciais. Lula é um candidato da esquerda brasileira e derrotou o então presidente, o senhor Jair Bolsonaro.

Alguns pais procurados pela reportagem do jornal Folha de S. Paulo narraram fatos que teriam ocorrido contra seus filhos na ocasião. Alguns alunos com uma bandeira vermelha, fazendo uma alusão ao PT, vencedor das eleições presidenciais, foram vítimas de agressões verbais e físicas por parte de uma grande maioria apoiadora do candidato derrotado. Como se deram os fatos: o grupo maior, formado por alunos, se reuniu no saguão principal durante o intervalo das aulas; "os jovens gritavam palavras de ordem como imbrochável"²⁴. Essa expressão é uma referência ao ex-presidente Bolsonaro que a teria usado em discurso de Sete de Setembro, data comemorativa a Independência do Brasil.

Segundo o jornal, pais de alunos também relataram que seus filhos receberam "empurrões e chutes" e que uma bandeira vermelha de apoio a Lula foi rasgada. Alguns alunos se disseram intimidados pelo grande grupo e que alguns teriam tido sinais de pânico. Uma mãe de uma das alunas que vestia vermelho na ocasião disse que sua filha foi xingada e recebeu cuspes de outros estudantes.

Em outro relato, uma mãe de aluno disse que naquele mesmo dia um grupo de apoiadores de Bolsonaro, vestindo camisetas amarelas, entrou na sala de um professor, sugerindo aos outros alunos que quem não quisesse assistir às aulas com "o professor petista" que virasse de costas para ele. A mesma mãe disse que tudo isso foi organizado em grupos de WhatsApp no domingo à noite, data da eleição, e que muitos pais apoiaram abertamente a manifestação que se realizaria no dia seguinte. Pelo que foi apurado na reportagem, outras escolas privadas repetiram o ato na capital paranaense. Esses fatos também estão repletos de significados: a elite está mais à direita do que nunca e assume posições conta qualquer evento que não esteja alinhado com seus princípios ideológicos.

²⁴ A expressão "imbrochável" foi usada pelo próprio Bolsonaro se referindo a ele mesmo em discurso proferido a seus apoiadores.

CAPÍTULO III: O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E SEU PAPEL NA IMPLEMENTAÇÃO DO PECIM

O Estado estatui, cria seus mecanismos de controle, regulamenta e determina normas através de seus agentes (burocracia). Entre tantas instituições, está o Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE/PR). O que é o CEE? Quais são suas finalidades? O CEE é um braço do Estado, um mecanismo da burocracia estatal. Este e outros conselhos foram implantados no Brasil poucos anos antes da Ditadura Militar de 1964.

A criação do Conselho Estadual de Educação do Paraná é resultado da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mas especificamente da Lei Federal nº 4024, de 20 de dezembro de 1961, que determina, em seu artigo 10, que os Conselhos Estaduais de Educação organizados pelas leis estaduais, devem se constituírem com membros nomeados pela autoridade competente, incluindo representantes dos diversos graus de ensino e do magistério oficial e particular, de notório saber e experiência, em matéria de educação (Paraná, 2023).

A Constituição Federal passou a adotar conselhos como membros efetivos do Estado a partir da década de 61. Conselhos, em tese, são órgãos consultivos, normativos etc. que emitem pareceres sobre os mais variados temas, conforme sua área de atuação. Poderíamos citar exemplos de conselhos como o da saúde ou da educação. Nosso caso é o Conselho Estadual de Educação do Paraná.

Com estas determinações, foi criado o Conselho Estadual de Educação (CEE), instituído pela Lei Estadual nº 4978, de 5 de dezembro de 1964, no governo de Ney Braga (31/01/1961 a 17/11/1965). Desde então, cabe ao CEE instituir normas regulamentadoras ao Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná (Paraná, 2023).

Com a redemocratização, a constituição cidadã de 1988 tratou do tema como uma válvula que regularia a transparência na adoção de políticas públicas e sociais no país. Em tese, podemos chamar isso de controle social, que se dá através de recursos públicos, do controle de seu destino e da eficiência nos serviços prestados. Legalmente, os conselhos têm relações com outros órgãos, como o Ministério Público (MP) ou Tribunal de Contas (TC). Em ambos os casos, os conselhos devem garantir direitos sociais da coletividade, como denunciar irregularidades com o dinheiro público e desvios de finalidades de políticas públicas, por exemplo.

Um conselho relacionado à educação tem tarefas bem específicas a esse tema tão caro a toda a sociedade brasileira. O texto que trata do regimento interno do CEE/PR relaciona suas atribuições a questões endógenas sobre as tarefas que lhes são designadas; resta saber se essas

questões se relacionam ao próprio conselho ou às questões definidas pelo Poder Executivo e seus projetos de governança relacionados ao contexto da educação no estado do Paraná.

Algumas das atribuições do conselho estão bem delineadas no corpo do seu regimento interno. Deliberar sobre normas de funcionamento, definir diretrizes, emitir pareceres e subsidiar outros órgãos são competências atribuídas ao CEE/PR — todas essas são funções relacionadas ao campo educacional no Estado, sendo esse o órgão responsável pela manutenção de todo o sistema de ensino, público ou privado, elementar, básico ou superior.

Bourdieu (2017), ao analisar corpos burocráticos como esse, o faz sob a luz de toda a sua representação. O Estado se inventa nessa burocracia. Como bem lembra o autor, conselhos também se constituem em órgãos políticos. Não por acaso, seus membros são nomeados pelo governador do Estado.

O CEE/PR é composto por duas câmaras: Educação Infantil e Ensino Fundamental; e Ensino Superior. Cada uma delas é ocupada por seis membros; o presidente não pertence a nenhuma delas, porém tem o direito de participar de todas tendo voz representativa em todas elas. Portanto, ao todo 18 membros e um presidente são membros efetivos do conselho.

Vejam os artigos 6º do regimento do CEE/PR: "Ocorrendo vaga antes da conclusão de mandato, a nomeação do substituto far-se-á para completar o mandato do substituído, obedecidas a legislação e as normas vigentes do regimento interno" (Paraná, 2012, art. 6). Esse substituto é um suplente que já foi previamente escolhido; sua nomeação depende do afastamento do titular e acolhimento por parte do presidente do conselho. O presidente é escolhido e nomeado pelo próprio governador.

As reuniões são definidas em calendário anual construído em assembleia do pleno, que por sua vez é constituído por todos os conselheiros. O governador pode convocar reuniões extraordinárias sem que constem em calendário; o chefe do Poder Executivo pode encaminhar pautas de acordo com sua vontade se for o caso; a autonomia do conselho vai até certo ponto. Esse tempo público, como denomina Bourdieu (2014, p. 34) é um calendário anual, mas que o poder do Estado pode redefinir a qualquer tempo.

Uma das recomendações para que a pessoa possa ocupar uma cadeira como membro do CEE/PR é ter formação na área de educação ou possua notório saber sobre o tema. No parágrafo 1º do artigo 4º, "As Câmaras são compostas por profissionais de notório saber e experiência na área educacional relacionada à respectiva Câmara" (Paraná, 2012, art. 4). Cada conselheiro tem mandato de seis anos.

As câmaras acolhem assuntos específicos definidos em razão da divisão que cada câmara ocupa. Porém, alguns assuntos são levados ao pleno, o que na prática significa que todos

os conselheiros, e também o presidente, irão compor um corpo formado por 19 pessoas; o debate tende a se ampliar.

Eventualmente, o presidente poderá, dependendo da importância do assunto e sua complexidade, criar comissões permanentes ou temporárias para analisar ou emitir pareceres relacionados a um determinado assunto, "constituir comissões especiais, temporárias ou permanentes, integradas por conselheiros e/ou funcionários do CEE/PR, para realizar estudos de interesse do Conselho" (Paraná, 2012, não paginado). Existe um corpo técnico-pedagógico que faz uma espécie de assessoria ao conselho: são funcionários que se debruçam sobre determinados assuntos para que os membros tenham maior conhecimento e clareza do assunto relacionado. Na prática, esses funcionários fazem o trabalho pesado ao se debruçarem sobre temas complexos analisando sua complexidade jurídica, por exemplo.

Conselhos são instrumentos criados em vários níveis da administração pública, podendo ser municipais, estaduais ou federais. O CEE/PR opera como instrumento, um órgão auxiliar dentro e sobre políticas públicas que estão ou serão implantadas. De acordo como a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), as principais funções desses órgãos são: "Os conselhos podem ser classificados conforme as funções que exercem. Assim, os conselhos podem desempenhar, conforme o caso, funções de mobilização, de fiscalização, de deliberação ou de consultoria" (ENAP, 2015, p. 12).

Se observarmos com atenção, essas funções se estabelecem impositivamente e podem até se relacionar umas com as outras, mas são tratadas separadamente nos estatutos que compõem a maioria desses órgãos. Se ações deliberativas são estratégias a serem tomadas na organização das políticas públicas, o papel consultivo talvez seja o mais próximo do que a expressão conselho sugere: emitir opiniões sobre determinado assunto, dar conselho, aconselhar.

Em tese, qualquer cidadão pode acompanhar ou levar demandas ao conselho. Teoricamente, as sessões devem ser abertas a toda e qualquer pessoa que queira ser representada naquele espaço. De todas as definições que encontramos relacionadas ao desempenho destinado constitucionalmente a esses órgãos, a prática de controle social sobre aquilo que o Estado estatui deveria ser a pedra no sapato do poder.

Espaços detentores de poder, os conselhos são atores que desempenham um papel ao qual são destinados pelo aparelho burocrático. Bourdieu (2014, p. 39) trata desse e outros espaços públicos como uma grande encenação cuja aparência nem sempre revela os bastidores dos interesses que estão sendo avaliados ou são objetos de análise: "Não é porque o oficial nunca é mais que oficial, não é porque a comissão não é o que quer fazer crer que é, que ela

não produz, ainda sim um efeito, pois apesar de tudo, consegue fazer crer que é aquilo que quer fazer crer” (Bourdieu, 2016).

Para todos os efeitos, órgãos como o CEE/PR acumulam, ao longo da sua trajetória de existência, *expertises* próprias do seu modo de atuação: são formas de encenar que deixam bem claros os interesses que devem ser defendidos. A pouca discussão em torno das escolas cívico-militares, que em 2023 passam de 200 unidades no estado do Paraná, demonstra o alinhamento do CEE/PR com o Poder Executivo.

Em 14 de setembro de 2020, o governador do Paraná, Ratinho Junior, enviou uma proposta de projeto de lei para a ALEP, que visava instalar um modelo de escolas denominadas de cívico-militares no estado (Ratinho [...], 2020). No CEE/PR, a discussão sobre o funcionamento das escolas cívico-militares chegou somente em fevereiro de 2021, tempo em que elas já começavam a funcionar em território paranaense — descaracterizando, ao nosso ver, a principal função a que se destina o conselho, de aconselhar e dar rumos sobre um tema destinado ao público e aos agentes sociais que irão se abastecer desta política pública.

Qual o objetivo do governador ao enviar o projeto, sem ser um especialista em educação? A grande chance é de que essa política seja mais vinculada em memória do mandatário do executivo Ratinho Junior, ligada à Ditadura Militar e em lealdade ao presidente Jair Bolsonaro. A questão é que esse mesmo projeto não se destinava a entidades onde os filhos da elite paranaense estudam; são os jovens de escola pública que estão no centro desse programa.

Do ponto de vista político, o presidente do CEE/PR exerce uma função bem interessante: ele é diretamente escolhido pelo governador do Estado. Isso não causa estranheza, ou ao menos não deveria, se as demandas do órgão tendessem ao não confronto com o Poder Executivo. São facultados ao presidente do conselho:

- I. Convocar, presidir, supervisionar e coordenar todos os trabalhos do Conselho, promovendo as medidas necessárias à consecução das suas finalidades;
- II. Presidir e dirigir as sessões do Conselho Pleno;
- III. Estabelecer a pauta de cada sessão plenária que deverá ser encaminhada aos Conselheiros com 72 horas de antecedência;
- IV. Resolver questões de ordem;
- V. Exercer o voto de qualidade, quando ocorrer empate nas votações;
- VI. Baixar portarias e normas decorrentes das deliberações do Conselho ou necessárias ao seu funcionamento;
- VII. Aprovar o plano de trabalho e a proposta orçamentária do Conselho, apreciados pelo Conselho Pleno na primeira reunião ordinária de cada ano, e encaminhá-los aos órgãos competentes;
- VIII. Constituir comissões temporárias ou permanentes, integradas por conselheiros, para realizar estudos de interesse do Conselho Pleno;

- IX. Constituir comissões especiais, integradas por conselheiros e/ou especialistas, para realizar estudo de interesse do Conselho Pleno;
- X. Constituir comissões especiais de verificação em estabelecimentos de ensino, vinculados ao sistema estadual de ensino do Paraná;
- XI. Representar o Conselho;
- XII. Autorizar despesas e pagamentos;
- XIII. Indicar o Secretário – Geral, que será nomeado pelo governador do Estado;
- XIV. Convocar os conselheiros suplentes quando necessário, no impedimento ou licença do titular (CEE/PR, c2024).

No artigo 3º do regimento com as principais atribuições do presidente do CEE/PR, consta que é sua a função de pautar as sessões que serão analisadas pelos conselheiros em suas respectivas câmaras ou no pleno. Atualmente, o CEE é presidido por João Carlos Gomes²⁵. O que pode ocorrer eventualmente, dada essa condição, é que a velocidade em que são priorizados os temas e a ordem em que os assuntos são colocados pela presidência podem ficar sob risco de agradar determinado segmento, ou então o Poder Executivo pode exigir maior atenção e fôlego sobre um tema que lhe seja de maior interesse.

Em seu artigo de número V, está expresso que o presidente tem o direito de desempatar as votações sempre que isso ocorra. Sem dúvida, é um poder bem acima dos demais conselheiros. Dependendo da situação da importância do assunto e do interesse público, o presidente passa a ter sua função ainda mais decisiva daquilo que se está em questão.

Na ocasião das sessões que analisaram as incorporações de escolas públicas no estado do Paraná pelas ECIM, a presidência era reponsabilidade da senhora Maria das Graças Figueiredo Saad, que é graduada em Direito e Pedagogia e foi professora do Quadro Próprio do Magistério (QPM) da rede pública estadual do estado do Paraná. Ela já ocupou o cargo de chefe regional do Núcleo de Educação de Jacarezinho, cidade do norte do estado do Paraná. Nesta mesma cidade, foi secretária municipal de Desenvolvimento Social.

²⁵ João Carlos Gomes, conselheiro titular e presidente do CEE/PR. Formação acadêmica: Graduação em odontologia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Mestrado em dentística restauradora pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp Araraquara). Doutorado em dentística restauradora pela Unesp Araraquara. Experiência profissional na área da educação: secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná (SETI) (2013-2018), presidente do Conselho Superior da Fundação Araucária e Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do estado do Paraná (2013-2018), presidente do Conselho de Administração do Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar) (2013-2018), vice-presidente do Conselho de Secretários de Ciência e Tecnologia do Brasil. (2017-2018), presidente da Associação Brasileira de Reitores das universidades Estaduais e Municipais Brasileiras (ABRUEM) (2009-2013), reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) (Gestão: 1991-1994; 2006-2010 e 2010-2013), coordenador do Centro de Odontologia Digital da Universidade Estadual de Ponta Grossa, professor titular do curso de Odontologia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), pesquisador e autor de diversas produções bibliográficas.

Sobre o cargo de Chefe de Núcleo²⁶, temos uma questão: trata-se de um cargo ocupado (chefe de núcleo) através de indicações políticas, cuja condição para exercer essa função é ter ligação com o Quadro Próprio do Magistério. "A Secretaria de Estado da Educação do Paraná é representada em diversas cidades do Estado pelos Núcleos Regionais de Educação (NREs). Ao todo são 32 NREs que têm a função de orientar, acompanhar e avaliar o funcionamento da Educação Básica e suas Modalidades" (SEED/PR, 2023).

3.1 APARELHAMENTO DE ESTADO

Nesses bastidores, existem muitos interesses de personalidades políticas locais, deputados e seus apadrinhados políticos. É pouco provável que um chefe de núcleo de educação, ou mesmo o presidente do CEE/PR, ocupe a função sem influência de forças políticas. Os núcleos regionais são órgãos intermediários entre a Secretaria de Educação e escolas. Sob a tutela desses núcleos estão dezenas de escolas de uma determinada região.

O alinhamento político entre o CEE/PR e o Governo fica evidente sob essa forma de constituição, pois dificilmente um órgão aparelhado desta maneira irá fazer oposição a certas políticas públicas colocadas sob sua tutela. Pode até parecer contraditório, mas essa função pública é totalmente legítima do ponto de vista da representação que exerce o Conselho Estadual de Educação: é o Estado demonstrando sua força no campo administrativo (Bourdieu, 2014).

Para Bourdieu (2014), o Estado é mais do que aquilo que ele faz: ele é sua estrutura e seus mecanismos. Um dos nossos propósitos é também compreender, dentro de seus limites, a estrutura do CEE/PR, em especial quando a sociedade fala sobre as ECIM no discurso dominante e sem perder de vista o serviço que essa estrutura presta ao poder dominante. A partir daí é que entenderemos essas estruturas. Existe uma ideologia dominante nesses conselhos? A primeira impressão é que sim — sua composição, seu ordenamento jurídico, enfim, seu fazer diário apontam para um aparelhamento ideológico do Governo sobre o CEE/PR.

²⁶ Maria das Graças Figueiredo Saad, conselheira titular do CEE/PR. Formação acadêmica: graduação em Direito pela Universidade de Marília (UNIMAR), graduação em Pedagogia pela Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de Jacarezinho (FAFIJA), graduação em Letras pela FAFIJA, Habilitação em supervisão escolar pela FAFIJA, Habilitação em Orientação Educacional pela FAFIJA. Habilitação em Administração Escolar pela FAFIJA. Especialização em Linguística e Literatura pela FAFIJA. Mestrado em Educação pela FAFIJA. Experiência profissional na área da educação: chefe de Núcleo Regional de Educação do Estado do Paraná, presidente do CEE/PR, diretora de instituições de ensino da rede estadual e privada do estado do Paraná, docente da Educação Básica nas redes estadual e municipal de ensino do Paraná, participação em eventos e congressos, autora de diversas produções bibliográficas.

De alguma forma, a sociedade organizada, ou sociedade civil, precede qualquer organização burocrática do Estado (Bourdieu, 2014, p. 66). Esse dado diz que a governabilidade é refletida em certas burocracias: o Estado é uma visão tacitamente democrática da sociedade civil e deveria lembrar-se da existência da sociedade civil. O que está implícito nessa hierarquia é que o que existe primeiro é a sociedade organizada, que se revela e se exprime no Governo.

Nada de novo nas democracias onde os governos são autônomos, mas não supremos. Bourdieu (2014) também usa a expressão "fetichismo" para revelar o poder por parte dessas organizações, dos limites da população sobre o Estado, e não ao contrário, daquilo que pode ou não pode ser. Conselhos são oficiais, são Estado, e, em hipótese alguma, queremos dizer que não cometem arbitrariedades ou não possam ir contrariamente à sociedade civil e favoravelmente ao Governo.

Existe uma áurea de respeitabilidade nos organismos burocráticos do Estado — sobre seus designados também. Esses burocratas, bem ou mal, representam a ordem estabelecida, um respeito pela ordem simbólica: "Um sagrado que beira a insignificância" (Bourdieu, 2014, p. 69).

Mais importante do que a respeitabilidade em si, são as pessoas que compõem essas comissões. No do CEE/PR, elas sabem jogar o jogo, compreendem bem as formas desse jogo e desenvolvem *expertises* típicas da burocracia que representam. Quem sabe se em nome da governabilidade os representantes do conselho são escolhidos a dedo porque se encaixam melhor na forma esperada pelo Governo ou atendam a requisitos desejáveis. Afinal de contas, o Estado como conjunto de agentes sociais tem entre suas funções exercer sua soberania (Bourdieu, 2014).

Sobre a composição do CEE/PR, seus membros apresentam uma grande diversidade de carreira profissional e formação. Algumas coisas chamam a atenção nos currículos desses conselheiros. A trajetória profissional dos membros titulares ou suplentes do conselho está na página oficial do órgão. A ideia aqui é explorar um pouco mais a linguagem usada pelo Estado nesse conselho na sua representação diante desse corpo oficial da burocracia.

Observando o currículo dos conselheiros, temos que, dos 18 membros que compõem o pleno, mais o presidente, há uma ideia dos arranjos que são organizados para que as coisas não saiam do controle, ou ao menos fiquem dentro da expectativa pretendida pelo Governo em relação aos processos decisórios relacionados à educação no estado do Paraná.

Dos 18 membros nomeados pelo governador do estado do Paraná para o CEE para um mandato de seis anos, seis já ocuparam cargos de chefia em núcleos regionais de educação. O

núcleo tem a função de orientar, acompanhar e avaliar o funcionamento da Educação Básica e suas modalidades (Paraná, 2023).

Esses núcleos são bases regionais da SEED espalhados por todo o Estado. Eles coordenam, inclusive, questões relacionadas à educação municipal — seu funcionamento, por exemplo — e aprova seus calendários escolares anualmente para assegurar o cumprimento da LDB.

Chefes de núcleos são indicações políticas do governo e, em geral, são apadrinhados de deputados ou prefeitos. Um deles, Roni Miranda²⁷, ocupa atualmente o cargo de secretário de educação. No conselho, aparece como membro titular, porém licenciado. Como tem influência em uma área que abrange diversos municípios, esses profissionais acabam tendo uma importância política estratégica, com trânsito livre em muitas escolas e, conseqüentemente, a milhares de pessoas. Em qualquer entrega de equipamento ou verba significativa em alguma escola, lá estará também o chefe de núcleo acompanhado de deputados e prefeitos.

Retornando à composição do CEE/PR, 1/3 dos seus membros ligados diretamente a núcleos regionais de educação (Paraná, 2023) já ocuparam cargos de chefia. Portanto, também entendemos que possuem uma relação direta com o Governo que os nomeou — uma relação política acima de tudo.

Se estendermos um pouco mais a relação na composição do CEE/PR com núcleos regionais de educação, teremos mais duas pessoas, que já ocuparam cargos de coordenadores nesses órgãos e que também são conselheiros.

Outro número expressivo na composição do CEE/PR é que, dos 18 membros efetivos, 12 já ocuparam cargos como docentes na rede pública estadual de ensino; seis ex-chefes de núcleo e dois ex-coordenadores estão entre esses 12 que apresentamos como professores da rede pública e são ou eram funcionários de carreira pública do estado do Paraná, conhecem bem o sistema de funcionamento das escolas públicas estaduais. Isso equivale a dizer que sabem, ou deveriam saber, quais são as fragilidades da educação pública neste Estado, pois conhecem o sistema por dentro. O CEE também dispõe do mesmo número de titulares, conselheiros²⁸

²⁷ Roni Miranda, conselheiro suplente do CEE/PR. Formação acadêmica: graduação em História pelas Faculdades Integradas Espírita. Especialização em Geografia e História do Paraná pelas Faculdades Itene de Cascavel. Experiência profissional na área da educação: docente da Educação Básica em instituições de ensino da rede pública estadual. Diretor de educação da secretaria de estado e do esporte (SEED). Chefe do Departamento de Acompanhamento Pedagógico da SEED. Chefe do Núcleo Regional da Área Metropolitana Norte. Assistente técnico no Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Norte. Diretor de instituição de ensino da rede pública estadual de ensino do Paraná.

²⁸ Não é somente entre os conselheiros titulares que existe uma aproximação com o governo Ratinho Junior: os suplentes também têm relações bem próximas com a estrutura governamental. Destacamos ao menos três desses candidatos a membros efetivos no CEE-PR. Anderfábio Oliveira dos Santos atualmente ocupa um cargo de confiança, por assim dizer. Professor de carreira do funcionalismo público do estado, já foi membro de um Núcleo

suplentes que podem assumir o mandato em caso de vagância do cargo. Alguns nomes são destaques dentro da própria máquina estatal²⁹.

Essa experiência na máquina pública ou, mais especificamente, na educação serve de baliza para o bom funcionamento do CEE/PR? Não parece ser uma condição preponderante para que esses professores sejam vozes discordantes quando o tema é política de Governo. A militarização de escolas públicas recentemente ocorridas no estado do Paraná passou pelo crivo do conselho sem maiores problemas, como veremos adiante.

Em contato com a APP-Sindicato, órgão que representa a categoria dos professores no estado do Paraná, através da sua presidente Walkiria Olegário Mazeto, nos foi disponibilizado alguns protocolos da entidade a qual a senhora Walkiria representa. Os protocolos são endereçados ao secretário estadual de educação e ao governador Ratinho Junior, enquanto um ofício é endereçado ao senador da república, Flávio Arns.

O primeiro documento data de 15 de outubro de 2021 e trata-se de um protocolo que tem como palavras-chave, além do interessado 1 (APP-Sindicato), o interessado 2 (Cidadão), dando a entender que qualquer pessoa poderia protocolar um pedido endereçado à SEED.

O documento é produzido eletronicamente em uma plataforma de atendimento que abre canal para diversas secretarias do Estado (e-protocolo). A solicitação do sindicato dos professores é bem simples. O texto dá a entender que o pedido protocolado era mera formalidade para o cumprimento do seu pleito. Tratava-se da indicação de dois representantes do sindicato (titular e suplente) para comporem o quadro do CEE/PR, uma vez que o mandato de Taís Maria Mendes (titular) e José Manoel de Souza (suplente) haviam se encerrado.

Tendo em vista o término dos mandatos dos representantes da APP-SINDICATO no Conselho Estadual de Educação CEE/PR, Taís Maria Mendes (titular) e José Manoel de Souza (suplente), nomeados pelo decreto 2522/2015, e considerando o constante na Lei nº 4.978, de 05 de dezembro de 1964 e no Decreto nº 5.499, de 03 de agosto de 2012, encaminhamos a indicação das representantes da APP-SINDICATO dos trabalhadores em educação pública do Paraná, para integrem o Conselho Estadual de Educação-CEE/PR, para o próximo mandato (APP-Sindicato, 2022).

Regional de Educação e, nesse momento, é chefe do Departamento de Desenvolvimento Curricular da SEED/PR. Neide Célia Perfeito é professora concursada do Estado, já ocupou um cargo de em um Núcleo Regional e atualmente é coordenadora de gestão escolar do Departamento de Gestão Educacional na SEED/PR, a exemplo de Anderfábio, também é suplente no CEE/PR.

²⁹ O terceiro suplente ao CEE-PR, que, a exemplo dos outros dois mencionados anteriormente, é Roni Miranda, Vieira professor concursado do Estado, ocupou recentemente um cargo de chefe de Núcleo Regional e atualmente é secretário da educação do estado do Paraná. Não queremos afirmar que núcleos regionais são determinantes para que o indivíduo se torne conselheiro; a questão é a proximidade que se estabelece com o Governo e a isenção nas tomadas de decisões.

O ofício nº 119 de 2021 é encaminhado por Hermes Silva Leão, então presidente do sindicato, para Renato Feder, que, na ocasião, ocupava o cargo de secretário estadual de educação. O que consta no corpo do texto produzido pelo sindicato dava a entender que se tratava de uma simples operação de substituição de membros. A resposta da secretaria revelou uma outra prática em relação ao pedido.

A resposta do secretário Renato Feder é um sinal de esquiva; ele nega o pedido de nomeação dos representantes do sindicato, tratando a questão usando argumentos como "As nomeações recentemente decretadas pelo governador respeitam a pluralidade de representação de diversos segmentos, em estrita observância ao que prescreve a legislação" (APP-Sindicato, 2022). Além de falar em pluralidade, a SEED se vale da lei estadual nº 12.904/2000 (Paraná, 2000), que autoriza a nomeação de dois indicados: um pela União dos Dirigentes de Educação Municipal do Paraná (UNDIME) e outro pela Associação dos Municípios do Paraná (AMP) — ou seja, dois indicados serão representantes de municípios e de seus dirigentes políticos.

Ainda no ofício, em resposta ao protocolado do sindicato, nº 4.514/2021, e valendo-se da legislação, a SEED diz que dois outros representantes são indicações da ALEP. Portanto, são indicações políticas de deputados que compõem a base do Governo. O protocolo endereçado à SEED não pergunta de onde e quantos seriam os indicados para ocupar uma das 18 vagas que compõem o quadro do CEE/PR. A Secretaria de Educação se vale de argumentos que constam no estatuto do conselho para negar a representatividade do Sindicato dos Professores na sua composição.

Finalizando sua resposta endereçada à solicitação do sindicato, a SEED conclui dizendo que:

Diante do exposto, conclui-se que os trabalhadores e trabalhadoras da educação pública do Paraná, estão representados no CEE/PR por seus pares recém indicados: profissionais de notório saber e reconhecida atuação na educação paranaense, tendo em vista que os membros do egrégio conselho, titulares suplentes, são servidores oriundos de diversas áreas da educação, garantindo a pluralidade de concepções e perspectivas teóricas e práticas (APP-Sindicato, 2022).

A resposta mais justificativa do que propriamente explica, essa representação de concepções é muito vaga e pouco contribui para explicar a negação ao sindicato das vagas pretendidas no CEE/PR. Veremos mais adiante que representantes do sindicato no CEE/PR, podem por vezes serem vozes discordantes e que alguns posicionamentos contrários podem enriquecer o debate público.

Em outro ofício, nº 126/2021, a APP Sindicato, reitera seu desejo de indicar dois representantes seus para compor o quadro dos conselheiros do CEE/PR, este novo ofício é endereçado ao Senador da República, o senhor Flávio Arns. Quem assina o ofício é o senhor Hermes Silva Leão, presidente do Sindicato dos Professores naquela ocasião.

Assim começa sendo redigido o ofício:

A representação dos trabalhadores da educação do Paraná nas três câmaras da educação, educação infantil e ensino fundamental, ensino médio e técnico, tem sido reconhecida em todos os governos do estado, inclusive nos regimes de exceção dos anos 60 a 80 (APP-Sindicato, 2021)

O texto fala em representação histórica do sindicato nas câmaras que compõem o CEE/PR. Hermes Silva Leão deixou bem explícito que dois de seus representantes nomeados em 2015 pelo decreto estadual nº 2522 estavam com seus mandatos findando. O presidente do sindicato também fala da pretensão do órgão em manter um titular e um suplente nessas vagas.

Há um relato no texto de que a APP-Sindicato foi informada, pelo chefe da Casa Civil do governador Ratinho Junior, de que as vagas ocupadas por representantes da APP-Sindicato, Taís Maria Mendes (titular) e José Manoel de Souza (suplente), estariam se encerrando em outubro de 2021 e que essas vagas seriam destinadas para indicação do Senador da República, Flávio Arns.

Este ofício é endereçado ao senador e pede-lhe por compreensão e reconsideração no que foi exposto, isto é, a sua intenção de indicar dois novos membros ao CEE/PR a seu critério. O senador Flávio Arns ocupa a cadeira no senado brasileiro pela segunda vez e também já ocupou o cargo de secretário de educação no estado do Paraná em outro momento. Não tivemos acesso a nenhum documento de retorno do senador ao pedido da APP-Sindicato.

O último ofício (nº 38/2022) endereçado ao governador do estado do Paraná pelo APP-Sindicato é de 9 de maio de 2022 e assinado por Walquiria Olegário Mazeto, presidente do sindicato. Este documento endereçado a Ratinho Junior e traz cópia de leitura ao secretário de educação, Renato Feder, e ao presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Paraná, Hussein Bakri. Nele, são novamente encaminhados os nomes de representantes do sindicato a duas cadeiras no CEE/PR, um titular e um suplente³⁰.

Assim argumenta a senhora Walquiria sobre a reconsideração do pedido: "salientamos a importância da pluralidade de representação de diversos segmentos na composição do

³⁰ Taís Maria Mendes (titular) e seu suplente José Manoel de Souza (suplente).

Conselho Estadual de Educação, pois traz a diversidade de experiências e enriquecimento das práticas pedagógicas por uma escola de qualidade para todos e todas" (APP-Sindicato, 2022).

A resposta assinada eletronicamente pelo secretário de educação Renato Feder é sucinta em dizer que quatro vagas têm indicações prevista em lei. Conforme descrevemos acima, duas vagas são indicações de municípios e duas da Assembleia Legislativa do Paraná. As demais que compõem as outras 15 vagas ficam sob a responsabilidade do senhor governador.

O sindicato, desde outubro de 2021, perdeu o direito de indicar representantes seus ao conselho. Os arranjos ficam entre os poderes executivo e legislativo do Estado. Portanto, o conselho ficou bem aparelhado pelo poder do Estado, alinhando matérias do seu interesse ao julgamento do CEE.

3.2 DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

A democracia representativa, para Paul Hirst, sociólogo inglês, tem seus limites. Para o autor, democracias combinadas com partidos políticos hierarquicamente controlados e um governo centralizador tendem a ser um campo de negação ao processo mais amplo do pluralismo e da influência popular, além de legitimarem a pretensão do monopólio do poder político (Hirst, 1992, p. 14). Ao que parece, é dessa maneira que está sendo conduzida a nomeação dos conselheiros ligados ao CEE/PR.

Se formos relacionar o problema da monopolização do CEE/PR à luz do texto de Paul Hirst, teremos um Estado centralizador que não discute com a sociedade civil. Ao contrário das respostas dadas ao sindicato sobre os motivos da sua não participação na composição do conselho, o pluralismo não é real, mas a negação disso, um modo de disfarce para controlar a burocracia. Hirst afirma que o pluralismo é a base social da democracia.

O que é o pluralismo para Hirst? Em poucas palavras, o autor defende a participação da sociedade organizada em categorias específicas que representem o cidadão em processos decisórios que façam uma ligação entre órgãos públicos e sociedade civil (Hirst, 1992, p. 15). Negando essa participação, a função social do Estado fica inibida. Acaba que o governo tem o controle do conselho das decisões, direta ou indiretamente.

O ordenamento jurídico formulado nas respostas da Secretaria de Educação não tem como princípio uma função reguladora. O governo democrático, em tese, não poderia usurpar o poder de autoridades funcionais (sindicato), sejam elas territorialmente regionais ou locais.

Em geral, as democracias representativas substituem as vontades dos representados pelas dos representantes (Hirst, 1992, p. 19). Temos aí um problema na forma: o Governo

controla a substituição dos membros do conselho e isso produz efeitos nas tomadas de decisões, provavelmente mais pró-Governo. A designação dos representantes do CEE/PR deveria funcionar como proteção ao sistema centralizador, a competição aberta deixaria de existir e os grupos plurais de influência em relação aos grupos de interesse ficariam à margem do processo — isso tudo dentro da legalidade.

A ideia que Hirst traz para as democracias representativas de bases territoriais (voto) altamente centralizadas chama-se corporativismo, que basicamente é a participação de segmentos da sociedade organizada em processos decisórios. O autor afirma que "o corporativismo deveria complementar a democracia representativa, não suplantá-la" (Hirst, 1992, p. 23). A ideia da voz discordante no processo decisório do conselho e a inclusão de segmentos sociais organizados deveria ser altamente produtiva.

Observamos nas propostas protocoladas pelo APP-Sindicato e nas repostas emitidas pela SEED que ambos se valem da expressão "pluralismo" para defender seus argumentos. Existe aí uma questão: como usar a argumentação na forma de proteção das ideias? Paul Hirst propõe uma mediação para assuntos correlatos a esse: o Estado pluralista é um Estado que regula a sociedade plural e, o sindicato, nesse contexto, é uma associação que reivindica espaço de representação. Por outro lado, o Estado age em sua defesa e proteção. "O Estado plural e uma sociedade pluralista exige um consenso social mínimo e ampla adesão a certos valores básicos como respeito ao direito dos outros" (Hirst, 1992, p. 23).

O pluralismo deve ser mediado pelo Estado; está sob sua tutela o dever de conversar com associações que desejam ser representadas no debate social — o que não parece ser o caso aqui. Na prática, o sindicato tenta uma das 18 vagas entre os titulares do Conselho Estadual de Educação. O sindicato não está tentando controlar as ações do conselho, mas busca participar dele. "Caberia ao Estado pluralista proteger os direitos das associações e dos indivíduos" (Hirst, 1992, p. 24).

Em fevereiro de 2021, o Conselho Estadual de Educação reuniu seus conselheiros para tratar das escolas cívico-militares no estado do Paraná. Temos como fonte documental três atas disponíveis no *site* do CEE/PR à disposição de qualquer pessoa que se interesse pelo assunto (CEE/PR, c2024).

Como suporte teórico e metodológico para ancorar nossas análises e desafios face a esses documentos, recorreremos ao trabalho de Ferreira e Lowenkron (2020). As autoras apresentam textos com importantes questões relacionadas à etnografia documental. Os textos abordam pesquisas em torno de organizações estatais. Diferentemente da pesquisa

desenvolvido pelas autoras, nosso trabalho consiste em analisar documentos sem que estivéssemos presentes no momento do acontecimento das reuniões.

Atas foram documentos basilares para entendermos a disputa de poder em torno da adoção de escolas militarizadas pelo Governo do estado do Paraná. "Documentos não só registram realidades pré-existentes, mas também são tecnologias centrais na produção e fabricação de realidades que governam, sejam elas corpos, territórios, relações" (Ferreira; Lowenkron, 2020). As atas são produzidas por agentes e entre agentes de Estado, que manipulam as ideias que têm sobre as coisas. Nesse caso, são corpos de Estado falando a respeito de uma temática elaborada pelo governo Ratinho Junior, em que o conselho se manifesta e poderes são mobilizados.

Em se tratando de uma agência coletiva, vozes são silenciadas ou inviabilizadas. Ferreira e Lowenkron (2020) alertam sobre pesquisas documentais e sua base de análises, salientando a importância de se subverter a ordem, buscar explicar as relações de poder que atravessam a produção desses documentos. "Documentos são meios privilegiados de dispersão de responsabilidades e de produção de uma agência coletiva" (Ferreira; Lowenkron, 2020).

A primeira ata do CEE/PR data do dia 22 de fevereiro de 2021, às 8 h 30 min. Trata-se da primeira reunião ordinária e primeira sessão plenária. Essa reunião foi realizada à distância segundo o decreto estadual nº 4.258 do mês de março de 2020. Isso ocorreu devido ao enfrentamento da pandemia do coronavírus (Covid-19). Nesse mesmo período, a educação pública nos estabelecimentos escolares também teve suas aulas presenciais suspensas. O trabalho realizado pelos conselheiros ficava denominado de teletrabalho.

Nessa ocasião, a presidente do CEE/PR era Maria das Graças Figueiredo Saad. Ela recepcionou os conselheiros e, após algumas considerações, pediu "saúde, discernimento, equilíbrio, harmonia entre os conselheiros e funcionários e respeito nas decisões e discussões que envolvem a educação" (CEE/PR, 2021).

Na ocasião da primeira sessão plenária, entre as linhas 29 e 84, foram feitas referências ao novo conselheiro Cícero Bezerra da Silva, que entrava na vaga de Rita de Cassia Moraes, da qual era suplente. Na continuidade, a presidente do conselho pediu à senhora Marcia Helena Kovalhuk, sua secretária, que fizesse a leitura do currículo do novo conselheiro. Foram apresentados aos outros conselheiros um vasto currículo: bacharel e Teologia, mestre em Teologia, doutor em Teologia pela PUC-Rio, participação em diversos eventos, com trabalhos em diferentes entidades de ensino e autor de 42 livros, segundo o que consta na ata.

Algumas particularidades chamam a atenção sobre atividades comunitárias e participações políticas de Cícero Bezerra da Silva. Segundo o que consta no documento, ele

mobiliza pessoas, "participa da organização do movimento marcha para Jesus também na cidade de Curitiba, que conta com a presença de aproximadamente 300 (trezentas mil pessoas)" (CEE/PR, 2021). Seu currículo, apresentado aos demais conselheiros, também diz que "possui experiência de mais de 10 anos em articulação política e mobilização para campanhas eleitorais" (CEE/PR, 2021). Em seguida, é concedida a ele o cargo de conselheiro pela presidente. Lendo o documento sob uma perspectiva da contracorrente dos dados (Ferreira, Lowenkron 2020), temos aí um cidadão com capacidade de aglutinar milhares de pessoas em torno de uma causa. Um currículo bem conservador.

Entre as linhas 85 e 184 da mesma ata, são apresentados aos conselheiros diversas questões envolvendo a participação do CEE/PR, entre as mais frequentes estão: respostas de ofícios, pedidos de análise envolvendo o conselho, criação de novos cursos superiores e carga horária envolvendo o Novo Ensino Médio.

Na sequência, a assessora administrativa e pedagógica, Marcia Helena Kovalhuk Pereira, informou à presidente do conselho sobre a presença de duas representantes da Secretaria Estadual de Educação, Isabel Mota e Cristiane de Jesus Jakymiu, que explicariam aos conselheiros o funcionamento das escolas cívico-militares no estado do Paraná. A presidente fez a recepção e as convidadas passaram a ter a palavra.

A primeira solicitação da presidente do CEE/PR às representantes da SEED-PR foi para que explicassem a diferença entre colégio militar, colégio cívico-militar e colégio da Polícia Militar "tendo em vista os processos que estão chegando para análise no CEE/PR" (CEE/PR, 2021). Isabel Mota explicou assim:

Os Colégios da Polícia Militar são os colégios que são administrados pelo Governo Federal. O Colégio Militar é federal e tem também administração federal. O Programa dos colégios Cívico-Militares pertence a nós e eles são administrados pelos diretores pedagógicos, diretores gerais, que são nossos diretores, os pertencentes ao quadro próprio do magistério (QPM). Também estamos fazendo a seleção do corpo de militares inativos voluntária (CEMEIV), dos militares estaduais inativos voluntários (MEIV) serão divididos entre diretores militares e monitores, assim será gerenciada pelo diretor geral que faz parte do QPM, o diretor cívico-militar e o diretor militar, que faz parte do MEIV, que são policiais que estão inativos e irão passar por uma seleção realizada pela Secretaria Estadual de Segurança Pública (SESP), e depois dessa seleção será realizada uma entrevista com os membros dos Núcleos Regionais de Educação e os membros da Secretaria Estadual de Educação e do Esporte para validar seu credenciamento (CEE/PR, 2021).

Na fala de Isabel Mota, fica evidente uma certa confusão entre quais são os responsáveis pelas administrações dos colégios da Polícia Militar e do colégio militar. No Capítulo II, fizemos um apanhado dessas diferenças entre quem na federação é responsável por

diferentes categorias das escolas militares espalhadas pelo Brasil. Também chama a atenção a forma de recrutamento dos policiais da reserva para atuarem nas escolas militarizadas pelo Governo paranaense. Primeiro, uma seleção pela Secretaria de Segurança e, posteriormente, pela Secretaria de Educação. A prioridade fica a critério do setor de seguranças e não de critérios a partir da necessidade pedagógica escolar.

A palavra foi passada ao conselheiro Flavio Vendelino Scherer, que mencionou a aceitação positiva dos colégios cívico-militares na cidade de Toledo, localizada no interior do estado do Paraná. Posteriormente, o conselheiro fez algumas considerações que seriam respondidas novamente pela representante. As considerações foram as seguintes: questionou-se se o aluno terá acesso ao projeto político-pedagógico do colégio; se o fundo rotativo (repasso de dinheiro) seria diferenciado para as escolas militarizadas; se os professores irão comprar seu próprio uniforme; se professores podem ser removidos; se os estudantes podem ser transferidos caso não se adaptem ao novo sistema; como ficaria a questão do transporte escolar; e se professores nesses colégios terão formação diferenciada. Com a palavra, Isabel Mota responde:

a Senhora Isabel Mota explicou que o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares é uma iniciativa do Ministério da Educação, em parceria com o Ministério da Defesa, que apresenta um conceito de gestão nas áreas educacional, didático pedagógica e administrativa, com a participação do corpo docente da escola e apoio dos militares. Declarou que os Colégios Cívico-militares do Estado do Paraná apresentam um conceito de gestão compartilhada, onde o Diretor Militar e o Diretor-geral atuam de maneira colaborativa na gestão administrativa e didático-pedagógica do colégio. O diálogo entre eles deve ser permanente, buscando sempre ações conjuntas que possam aprimorar as práticas educativas da escola na formação integral do aluno. Também expôs que a implantação do modelo será de escolha da comunidade escolar, por meio de Consulta Pública. Explicou que o Fundo Rotativo será o mesmo, sendo gerenciado pelo Diretor-geral, auxiliado pelo Diretor militar, pois há uma preocupação de que este Fundo seja gerenciado por alguém do Quadro Próprio do Magistério. Esclareceu que os professores podem solicitar transferência para uma escola do ensino regular, caso não se adaptem com as escolas Cívico-militares e os alunos, igualmente, podem pedir transferência para uma escola de ensino regular. Quanto aos uniformes, afirmou que os estudantes irão receber e a aquisição está em processo de licitação. Explicou que no início, até que os uniformes fiquem prontos, os estudantes irão usar o mesmo uniforme da escola. A respeito do horário, esclareceu que estão previstas seis aulas. Os estudantes deverão iniciar um pouco antes e sair um pouco depois, haja vista que haverá pequena cerimônia antes das aulas para cantar o Hino Nacional e o Hino à Bandeira. Sobre o transporte escolar, declarou que estão verificando com os municípios, pois são eles que fazem o gerenciamento. Referente à formação docente, explicou que a mesma terá como orientação a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – o Currículo é o mesmo. De modo geral, disse que a formação docente é a mesma, com alguma exceção referente a aspectos Cívico-Militares. Em relação aos subsídios para a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), declarou que estão sendo elaborados e os Núcleos Regionais de Educação (NRE) ficarão responsáveis pela orientação da elaboração (CEE/PR, 2021).

Uma questão respondida pela representante da SEED, Isabel Mota, relacionada ao aumento de carga horária nas escolas militarizadas tem gerado até os dias de hoje um grande

problema em relação ao transporte escolar. Em muitos municípios, áreas consideradas rurais, os alunos da rede pública são transportados pela prefeitura local, a quem legalmente cabe essa tarefa. O aumento da carga horária em escolas militarizadas em áreas com necessidade de transporte tem se transformado em problemas entre prefeituras e Estado. Segundo o que se sabe, as prefeituras alegam mais despesas para efetuar esse serviço. Os horários de entrada e saída dos alunos não batem, e segundo algumas prefeituras isso geraria despesa extra, pois haveria necessidade da criação de mais uma linha.

Na linha 255 da ata, uma voz discordante pede a palavra. Taís Maria Mendes, questionou a SEED sobre algumas questões, uma delas relacionada ao ensino noturno. Disse que a APP-Sindicato, constatou que mais de 100 escolas relacionadas para serem militarizadas possuem ensino noturno e que, pela lei estadual nº 20.338 de 6 de outubro de 2020, elas não poderiam ser militarizadas. Também questionou alguns regramentos dessas escolas como, corte de cabelo e acessórios proibidos, afirmando que os pais devem ter acesso ao regimento interno da escola. Taís Mari Mendes encerrou sua fala apontando a estranheza de a consulta já ter sido realizada nas comunidades escolares enquanto o processo ainda está em andamento. Ela afirmou que a SEED passa para a comunidade a ideia de que haverá melhoria na qualidade da educação, mas que não é procedente. Consta em nosso texto que o grande promotor dessas escolas militarizadas é o governador Ratinho Junior — quem atribui maior qualidade no ensino em escolas dessa categoria é o próprio chefe de Estado.

A presidente do CEE/PR pediu a palavra, dizendo que, se o colegiado achasse pertinente, ela convidaria a diretora da SEED-PR, Adriana Kampa³¹, e o então Diretor Roni Miranda e participarem da sessão que aconteceria no dia 26 de fevereiro de 2021 para esclarecerem dúvidas sobre as escolas militarizadas no estado do Paraná. O colegiado acolheu positivamente sua sugestão.

Pouco antes do encerramento dessa sessão, a conselheira Sandra Terezinha da Silva questionou o fato de que escolas a serem militarizadas eram únicas em seus municípios e que isso seria um problema para alunos que não desejassem estudar em colégios cívico-militares: onde estudariam? A conselheira Taís Maria Mendes endossou essa mesma preocupação em relação a pequenos municípios, enquanto a presidente do conselho ponderou sobre existirem

³¹ Graduação, bacharelado e licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1996). Pós-graduação em Ensino Superior e mestrado em Ciências da Educação. Servidora pública (concurada como docente). Vasta experiência como docente da disciplina de Geografia. Gestora pública de entre 2009 até e agosto de 2019 na direção do Colégio Estadual Yvone Pimentel. De 16/08/2019. Chefe do Núcleo Regional de Educação de Curitiba (responsável por 163 colégios estaduais de Curitiba).

muitas dúvidas sobre o processo de implantação dessas escolas no estado, agradecendo às convidadas da SEED e encerrando a sessão.

A sessão do dia 22 de fevereiro de 2021 ocorreu a primeira reunião ordinária e segunda sessão plenária do CEE/PR às 10 h 30 min. Nesse momento, a presidência do órgão estava sob responsabilidade da senhora Maria da Graça Figueiredo Saad. Sua primeira intervenção foi realizar a chamada dos conselheiros. Em seguida, ela acusou o recebimento pelo CEE/PR de um ofício vindo do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), pedindo que o conselho se manifeste em relação ao programa de colégios cívico-militares no estado do Paraná. A partir da linha 21 até a linha 74, foram lidos outros ofícios enviados de diferentes órgãos ao CEE/PR para sua manifestação. Esses assuntos não estão relacionados com nosso objeto de pesquisa; portanto, quando assim ocorrer, não iremos mencionar seu conteúdo.

A presidente manifestou em forma de leitura dos ofícios nº 15 e nº 16/2021 que o CEE convidou Adriana Kampa e o Diretor Roni Miranda Vieira, ambos membros de diretorias importantes da SEED-PR naquele período, para se fazerem presentes em reunião ordinária do conselho no dia 22 de fevereiro de 2021 e explicarem assuntos relacionados às escolas cívico-militares no estado do Paraná. Essa reunião só ocorreu no dia 26 de fevereiro 2021.

Roni Miranda Vieira atualmente ocupa o cargo de secretário estadual de educação, mas, na ocasião da reunião do conselho, o cargo máximo da SEED/PR, estava sob a responsabilidade do então secretário Renato Feder. Estes são agentes de Estado aqui denominados como representantes da Secretaria Estadual de Educação.

Não identificamos nos textos a presença de representantes da Secretaria de Segurança Pública para prestarem esclarecimentos sobre as escolas cívico-militares no estado do Paraná. Inicialmente, este Programa quando ganhou forma em 2019 no governo do presidente Jair Bolsonaro, que estabelecia parceria entre secretarias.

A reunião seguinte foi realizada no dia 26 de fevereiro de 2021 às 9 h. Trata-se da primeira reunião ordinária em sua terceira sessão plenária — isso quer dizer que todos os representantes do conselho deveriam se fazer presentes. Inicialmente, essas reuniões seguem um rito bem próprio da burocracia que representam: antes do início das sessões, essa e outras formalidades de cumprimento anteriores citadas aqui são realizadas.

Naquele dia, a presidente do CEE/PR, Maria das Graças Figueiredo Saad, sugeriu uma inversão da pauta previamente estabelecida em razão da presença de Adriana Kampa, diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação e Esporte, para fazer esclarecimentos aos membros do CEE/PR sobre o funcionamento das escolas cívico-militares no estado do Paraná. Roni Miranda, que também foi convidado a participar desta reunião, não

estava presente. Assim falou Adriana Kampa a respeito do programa implementado no estado do Paraná:

Bom dia a todos, é um prazer imenso estar falando com esse grupo. Nossas conversas, nossas divergências, no sentido da Educação só proporcionam o crescimento. Realmente nós vamos amadurecendo toda essa ideia. Peço desculpas a todos(as) porque na segunda-feira eu não pude estar presente, estava organizado, mas tivemos uma reunião de emergência, e infelizmente eu tive que me ausentar. Mas quero deixar claro que estarei à disposição quantas vezes forem necessárias para auxiliá-los, no sentido de informar e dar mais orientações sobre os programas que nós já implantamos, aqueles que implantamos em 2020 e estamos dando continuidade em 2021. Gostaria de contar um pouquinho sobre a minha trajetória. Sou professora de Geografia, com 40 horas no Estado, tenho 25 anos de magistério e sempre trabalhei com os estudantes e faz três gestões que eu assumi, desde 2009, a direção de um Colégio. Eu venho de uma realidade do chão da escola e tenho acompanhado de forma muito inquieta todas as mudanças que já aconteceram, de todos os governos, de tudo o que já foi feito na Educação. Temos realidades distintas no Estado do Paraná, cada região tem a sua peculiaridade, é um desafio muito grande. Acredito que todos que já passaram pela Seed, pelas direções de escola, sabem do grande desafio que é, mas também é algo motivador, porque a Educação transforma, e sabemos que isso é fundamental para o crescimento, para estar atualizando e, principalmente, acompanhando essa nova geração. Dessa forma, coloco-me à disposição, agradeço a todos pela recepção e quero estar sempre acompanhando, informando, tirando dúvidas e realmente debatendo os assuntos da Seed, enquanto estiver aqui na Diretoria de Planejamento, mais especificamente falando sobre o Programa dos Colégios Cívico-Militares aqui no Estado do Paraná. Nós iniciamos em 2019, com o Programa das Escolas Cívico-Militares Federais, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), em dois modelos: recurso e pessoal. No modelo pessoal, utiliza-se nas Escolas Cívico-Militares um contingente bem maior de servidores, servidores esses inativos, que são do Ministério da Defesa, são os militares federais inativos que atuam nessas escolas. Geralmente, neste modelo Cívico-Militar do MEC, nós temos uma média de 18 militares na Escola, eles não ministram aulas, são militares que ajudam e acompanham apenas a questão do comportamento, organizando todos os momentos cívicos junto ao Colégio. Também temos nessa composição dos monitores, dois diretores, que são o Diretor Cívico-Militar, o outro Diretor, também Cívico-Militar, que auxilia no pedagógico, portanto, temos dois Diretores Cívico-Militares na composição do MEC; e ainda o Diretor Civil, o nosso Diretor, que é da rede, mais os Diretores Auxiliares, com a equipe pedagógica, que fazem todo esse trabalho nas escolas. Hoje temos no Estado do Paraná, seis escolas que já atuam nesse modelo federal, e algumas delas, no caso são duas, nas quais trabalhamos com o modelo federal, porém o Termo de Convênio é com a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná (SESP), onde o Governo Federal subsidia com o valor de 1 milhão por escola, por ano, para aquisição de material, e a SSP entra com os militares, ou melhor, o Corpo de Militares Estaduais Inativos Voluntários (CEMEIV), instituído pela Lei 19.130/2017. Eles podem, a partir de 2017, atuar em programas diferentes da Secretaria de Segurança Pública ou da Educação. Quando iniciamos essa proposta dos Colégios Cívico-Militares no Estado do Paraná, nós tivemos uma procura imensa de todos os municípios e essa foi uma das dificuldades que encontramos porque, primeiramente, a Secretaria de Segurança Pública do Estado disponibilizou para nós, em setembro, o nome dos municípios e a quantidade de voluntários, de inativos, militares da Secretaria de Segurança Pública que cada município tinha. Vejam, esse número é para saber se determinada cidade, tendo um Colégio Cívico-Militar, teria condições de atender. Claro que nenhum militar é obrigado, isso é uma inscrição, ele faz e verifica. Mas, a função dessa primeira análise que a Secretaria de Segurança Pública nos passou foi justamente para que não fizéssemos a indicação, nem a consulta com a comunidade em locais que não haviam inativos. Esses militares têm como prioridade ter participado do Batalhão da Patrulha Escolar Comunitária (BPEC). Sabemos que o BPEC vem atuando há muitos anos nas escolas e tem auxiliado muito. Há, também,

um trabalho efetivo, tanto do Programa de enfrentamento a questão das drogas e da violência (PROERD), quanto a presença desses militares que participam nas escolas, em muitas cidades do Estado do Paraná, auxiliando os diretores principalmente em situações que precisam de uma ação mais efetiva ou até mesmo mais ostensiva. Esses são alguns dos fundamentos que levaram escolas e municípios a serem indicados (CEE/PR, 2021).

Uma informação diferente da que foi relatada pela outra representante da SEED-PR, Isabel Mota, para os conselheiros foi o repasse de verbas de forma diferenciada a algumas escolas que aderiram ao programa. A senhora Adriana Kampa, nessa primeira parte que separamos, falou em 1 milhão de reais por ano para as escolas públicas que tiveram convênios assinados pelo Governo Federal e pela Secretaria Estadual de Segurança Pública do Paraná. Ela mencionou haverem até aquele momento duas escolas contempladas, trazendo uma fala mais detalhada do que sua antecessora, pois conhece algumas leis e a forma como se dão as escolhas de municípios e escolas que irão abrigar o programa das escolas cívico-militar no estado. Essa primeira parte da fala estão entre as linhas 26 e 84 da ata. Adriana Kampa, em determinado momento, diz que muitos municípios procuraram a SEED para abrigarem as escolas cívico-militares, leia-se então que a ideia foi atender a demandas de prefeitos interessados no programa. Na continuação:

Num segundo momento, em 2019, iniciamos também com a cooperação da SSP, e também com esse Corpo de Inativos, o Programa Escola Segura, que teve uma adesão muito boa, mas acima de tudo, o resultado foi muito bom. Temos dois militares que foram elencados, 106 colégios e neles há dois militares que ficam e fazem o trabalho de acompanhamento do dia a dia daquela escola. Às 7 horas da manhã, esse militar entra e permanece até as 15 horas; e, o outro, das 15 horas às 23 horas, para acompanhar a entrada da escola, a entrada dos alunos e também a saída no último turno, que é depois das 22h30min, hora de fechar a escola, acompanhando, organizando, não no sentido pedagógico, mas no sentido de realmente acompanhar o cotidiano, dando segurança, garantindo e também reportando as situações que acontecem na escola e trabalhando junto com a equipe pedagógica e direção. Esse policial militar, estará fardado na escola nos três turnos. A indicação do Programa Escola Segura se dava para escolas com maior índice de violência e de vulnerabilidade social, mas, acima de tudo, muito relacionado com a questão da drogadição. Esses resultados que colhemos em 2019 foram muito interessantes e extremamente produtivos, inclusive, quando do início da pandemia, em março, muitos deles foram remanejados para atender outras demandas da SESP, pois todos os diretores dos 106 colégios relataram dificuldades, e reconheceram o quão importante é a presença desse militar e também a relação de pertencimento. Dessa forma, não é a Educação que está sendo militarizada, como há muitos comentários, mas sim uma junção da Educação e da Segurança Pública em prol do nosso estudante. Com o Programa Escola Segura, nós percebemos o quão importante foi essa relação, mesmo não sendo direta, no sentido de trabalhar a questão da disciplina em sala de aula. Foi e é um Programa que tem uma adesão muito boa e resultados excelentes. Todos os colégios que têm a Escola Segura, automaticamente já fazem parte do Programa. Quando foi anunciado o Programa das Escolas Cívico-Militares, tomamos o cuidado para que a mesma escola não tivesse os dois programas e outras ficassem sem esse atendimento. Tivemos escolas, sim, que foi aberta consulta para a comunidade e que tinha a Escola Segura e a comunidade, mesmo assim, optou pelo Colégio Cívico-Militar. Dentro dessa opção,

remanejamos o Escola Segura para outra escola, assim conseguimos atender a mais escolas nos programas, que são diferentes. Concomitantemente a essa ação, também continuamos com a Patrulha Escolar. Agora, na Patrulha Escolar, tivemos a troca de comando, agora temos o Coronel Marcelo Toniolo, que está acompanhando, a partir de 2020, e todo esse efetivo, que aí sim já é um pouco diferente, porque esse efetivo é de policiais que estão na ativa e são especializados para atender às escolas e está presente no Paraná como um todo, dando esse suporte para as direções. É importante ressaltar, na parceria Secretaria Estadual de Educação/Secretaria Estadual de Segurança Pública, que há três grandes programas: primeiro a Patrulha Escolar Comunitária, que são os militares da ativa; depois temos, dentro da Patrulha Escolar, o PROERD, que é um trabalho maravilhoso, que tem ajudado também muitos jovens que conseguiram sair do mundo das drogas e isso para nós não tem preço, é algo que realmente nos deixa muito felizes, porque o jovem volta para a comunidade e deixa de ser refém do mundo das drogas. Temos também a Escola Segura, que já trabalhamos neste Programa com o Corpo de Voluntário Inativos, a partir da Lei n.º 19.130/2017, e agora com os Colégios Cívico-Militares que contam não só com militares que entraram na reserva até 2017, mas com militares que entraram na reserva, na educação, até 31/12/2020. Todo o Programa teve início com 200 Colégios Cívico-Militares, desses, tivemos, primeiramente, 268 colégios que foram indicados e, nessas indicações, um número muito grande de protocolos que chega diariamente na caixa da DPGE, onde comunidades, diretores e também prefeitos solicitam o Colégio Cívico-Militar na sua região. Para que isso realmente se efetivasse, a primeira análise seria fazer esse comparativo, ter essa informação da SSP, ou seja, saber quais municípios realmente tinham efetivos inativos que poderiam se inscrever. De nada adianta colocarmos ou até fazer a consulta em municípios que não têm nenhum militar inativo. A proposta dos Colégios Cívico-Militares é de um Diretor Cívico-Militar e de 2 a 4 monitores, essa quantidade se dará pelo número de alunos, assim, em uma escola, dentro da sua realidade, ela teria, pelo número de alunos (1000, 1200), 5 militares, sendo que o Diretor Cívico-Militar de uma patente maior trabalhará a disciplina, a questão do comportamento, auxiliará a escola na parte administrativa e financeira também. Vejam, continuamos com o Diretor-Geral, que é um servidor da rede, com o Vice-Diretor, conforme o porte da escola, e temos o Diretor Cívico-Militar, que é esse militar inativo, que vai acompanhar, subsidiar e ajudar na organização da escola, lembrando que todas as ações são definidas nesse grupo, mas são validadas pelo Diretor-Geral. O mesmo será feito com o financeiro, todos os procedimentos, é uma gestão compartilhada, mas quem assina perante o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (FUNDEPAR), perante o Banco, quem tem que estar com tudo isso muito claro e também de maneira bem democrática para a Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) e Conselho Escolar é o Diretor Geral. Contudo, entendemos que a Direção-Geral, principalmente o servidor, precisa estar muito bem alinhada com o pedagógico da escola, o sucesso da escola está no pedagógico. É muito importante que o Diretor também acompanhe a parte pedagógica, com esse auxílio que ele tem do Diretor Cívico-Militar e dos Monitores para atender a questão disciplinar, comportamental. Nós temos o pedagógico, os pedagogos da escola, o Diretor e o Vice-Diretor muito mais alinhados para atender as demandas pedagógicas, acompanhar a qualidade do ensino, fazer propostas, intermediar ações para que o processo de ensino-aprendizagem aconteça da melhor forma possível. Quando foram realizadas as consultas, foi nesse intuito, primeiro verificar com a comunidade, aonde foram indicados os colégios, por que foram indicadas algumas escolas, alguns municípios e outros não, baseado nesse quantitativo que a SESP nos enviou de que nesses municípios havia, sim, militares que poderiam participar desse processo. A partir do momento que elencamos as escolas, foi informado e feita a consulta com a comunidade, observamos então a adesão, que foi muito grande, de muitos municípios e digo para vocês que nós temos aqui todos os relatos, a quantidade de solicitações de novas escolas, mas como trabalhamos em parceria, dependemos que a SESP também tenha efetivo para atender a essas demandas. Foi um Programa muito bem aceito por todos, que precisou sim de ajustes, principalmente na questão desse atendimento no turno da manhã e da tarde, que se deu porque as escolas, a comunidade em geral, solicitou, e declarou o desejo de ter esse modelo. Hoje, no Estado do Paraná como um todo, temos 197 colégios, já explico

por que não 199. Os 197 colégios que atuarão agora em 2020, com o modelo Cívico-Militar, nesse caso, os dois colégios que estamos falando não são mais desse modelo, são os que estavam, mas como o Governo Federal abriu esse ano mais duas vagas de Colégios Cívico-Militares no modelo federal, esses dois colégios foram indicados e serão atendidos pelo Programa Cívico-Militar do Ministério da Educação (MEC), e nesses dois colégios, não será trabalhado com contingente da SESP do Estado e sim com os servidores inativos do Ministério da Defesa. Quando iniciamos todo esse processo, esse trabalho e essa organização se dava em 3 frentes: a primeira frente que nós trabalhamos é não interferir, o militar não interfere no dia a dia pedagógico, ele vai auxiliar; a função desses militares que atuarão nas Escolas Cívico-Militares é organizar, acompanhar o dia a dia, a entrada dos alunos, o intervalo, observar, fazer as conversas, observar também o comportamento, a necessidade, principalmente de entender a importância do Hino Nacional, de se cantar o Hino, de se formar a fila, de ter esse acompanhamento. Os militares que estão atuando nessas escolas não vão ministrar aula, isso é muito importante frisar, a disciplina de Cidadania e Civismo não é ministrada pelo militar que está na escola do Programa das Escolas Cívico-Militares, ela é ministrada por professores. Assim, esse atendimento, esse acompanhamento que será feito pelo monitor e pelo Diretor Cívico-Militar é justamente para acompanhar, compartilhar e auxiliar no processo educacional daquela unidade de ensino, ele não tem outro motivo que não esse. As disciplinas continuam sendo ministradas pelos professores, a Direção Geral é exercida por um servidor da Secretaria Estadual de Educação e do Esporte (Seed), também os Diretores Auxiliares e equipe pedagógica. O segundo diferencial é que temos seis aulas diárias, aumentando a carga horária de algumas disciplinas. O modelo dos Colégios Cívico-Militares está atendendo a uma demanda da população de 10% do total das escolas em que a comunidade quer e gostaria que esse modelo fosse implantado nas suas escolas (CEE/PR, 2021).

Essa segunda parte da fala de Adriana Kampa consta na linha 84 até a 195. Algumas falas de conselheiros foram registradas após a exposição da representante da SEED Ana Seres Trento Comin³² (ex-secretária de educação), que pediu a palavra e teceu comentários a respeito do programa no estado de São Paulo, onde a parceria entre secretarias de educação e Segurança Pública é contínuo e valeria, por parte da SEED-PR, verificar. Taís Maria Mendes relatou que em nenhum outro estado da federação houve tanta adesão ao programa das escolas cívico-militares quanto no estado do Paraná. Em tom de ironia, disse não ser necessário "haver militares atuando nas escolas para que os alunos cantem o Hino Nacional e trabalhem civismo" (CEE/PR, 2021). Ela fez críticas ao programa defendido pela SEED/PR e mencionou a falta de infraestrutura das escolas, suas salas lotadas, transporte escolar, a não realização de eleições em escolas militarizadas, o ensino noturno e sua extinção nessas escolas.

³² Ana Seres Trento Comin é conselheira titular do CEE/PR, com formação acadêmica em Matemática pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Especialização em Pedagogia para o Ensino Religioso pela PUCPR. Especialização em Fundamentos de Matemática pela Faculdade de Ciências e Humanidades de Pato Branco (Funesp). Mestre em Educação pela Universidade Internacional de Lisboa. Experiência profissional: secretária de estado da educação do Paraná (2015-2018), superintendente de Estado da educação (2015), chefe do Núcleo Regional de Educação de Pato Branco (2001-2003 e 2011-2015), secretária municipal de educação, cultura, esporte e lazer em Pato Branco (1997- 2000), docente da Educação Básica na rede pública estadual de ensino do Paraná. Teve participações em bancas de defesa de trabalhos de monografias em cursos de pós-graduação do Centro Universitário Internacional. Possui experiência na área de Educação, com ênfase em Educação em Tempo Integral, com implantações de programas no Distrito Federal e nos estados do Paraná e Sergipe.

Em defesa, Adriana Kampa disse que o programa cívico-militar é um sucesso e que atende à escolha da comunidade escolar. Ela deixou claro que o combate à indisciplina tira o tempo de aula do professor, fazendo também uma diferenciação entre questões pedagógicas e comportamentais: o aluno precisa ter uma forma correta de se postar e em escolas militarizadas isso não aconteceria (indisciplina). Disse, ainda, que nunca houve na ouvidoria da secretaria reclamação sobre essas escolas e da intervenção militar. Taís Miranda Mendes rebateu o argumento da indisciplina, dizendo que esta tem origem em múltiplas causas e que deve ser entendida pelo viés pedagógico.

O conselheiro Oscar Alves disse ser totalmente favorável ao programa, deixando nas entrelinhas que quem define diretrizes é o CEE ou o Conselho Estadual; que as secretarias baixam as normas, mas quem executa são as escolas. Aqui cabe a lembrança de que o processo já havia sido implantado nas escolas sem terem suas normas vistas pelo CEE/PR. Na sequência, Adriana Kampa, em sua despedida da reunião, disse que ela e seus filhos estudaram em escola pública e que, por isso, acredita nela.

Na sua fala, ela defende a causa das escolas cívico-militares sem qualquer restrição ao modelo. Ela deu algumas informações a respeito de um programa anterior às ECIM, o Programa Escola Segura. Segundo seu relato, eram 106 colégios integrados a esse modelo, com policial fardado em três turnos trabalhando junto com a equipe pedagógica e direção escolar. A indicação de colégios participantes, segundo o relato de Adriana Kampa, ocorre de acordo com os índices de violência, vulnerabilidade social e drogadição. Por isso, mesmo indiretamente, o programa interferiria na disciplina em sala de aula.

Ao nosso ver, é uma fala de defesa de políticas públicas bem alinhada com um estado conservador. É uma ideia pronta sobre questões sociais importantes em que o próprio Estado se exime de revolver o problema na sua origem — ao invés disso, propõe a contenção através da força. Um fato que também não passou despercebido foi a servidora destacar que houve um grande número de protocolados junto à SEED pedindo a implantação de escolas cívico-militares em certas regiões e comunidades; diretores e prefeitos faziam as solicitações. Tomando como verdadeiras suas explicações, entendemos que essas escolas poderiam ser usadas como chamariz político em certas localidades. Também é recorrente na sua fala (Adriana) a ideia de disciplina nas unidades que aderiram ao modelo.

Em contrapartida, pesquisadores como a professora Catarina de Almeida Santos, da Universidade de Brasília no Distrito Federal, analisam as escolas cívico-militares de forma crítica e historicamente construída. Em recente participação no Eduquê Podcast, a cientista traz posicionamentos importantes sobre o tema. A pesquisadora inicia sua fala tecendo comentários

sobre o significado do termo "militarização das escolas públicas". Segundo ela, trata-se da entrega da gestão de escolas públicas para militares. Esse processo vai além da militarização das escolas e chega ao ponto da militarização da educação (Eduquê Podcast, 2023).

Em resposta sobre a militarização das escolas brasileiras, Santos (Eduquê Podcast, 2023) traz nas suas palavras uma distinção bem delineada sobre as escolas de corporações, como as da Polícia Militar, do exército ou bombeiros, e a escola pública com seus princípios universais.

CONCLUSÃO

Uma escola pública não pode funcionar na penumbra das leis constitucionais que embasam a educação brasileira. Historicamente, a entrega de escolas para essas corporações tem início nos anos 90, quando governadores de alguns estados brasileiros concedem aos militares o direito de gerir escolas denominadas de civis-públicas.

Os espaços ocupados por militares na educação brasileira, tendo o Estado como seu avalista, é descrito por Santos (Eduquê Podcast, 2023) como a hipermilitarização do Estado nacional — o que se amplia muito em função do *lobby* exercido por militares em diferentes esferas da política brasileira. Com a hipermilitarização do Estado, a lógica da militarização da educação passa por uma educação hierárquica, na vertical. De onde vem esse tipo de educação? Santos (Eduquê Podcast, 2023) responde que suas raízes estão fincadas em uma sociedade autoritária, escravocrata e desigual. A lógica autoritária nunca abandonou a sociedade brasileira.

A educação como um direito social, alerta Santos (Eduquê Podcast, 2023), é adquirida com a Constituição de 1988. Em tese, ela deveria apaziguar diferenças sociais históricas da sociedade brasileira, mas o que ocorre não é exatamente assim, dada a dimensão do alcance da escola pública. Ou seja, as elites e seus intermediários tendem a controlar esse espaço através de currículos, ou, como no caso dos militares, dos seus corpos. Controlar o espaço ocupado pela escola pública também é controlar a política nacional. E como fazem isso? Esvaziando o debate que constitucionalmente a escola pública deve fazer (Eduquê Podcast, 2023).

O tempo histórico das instituições cívico-militares é o tempo do bolsonarismo, e o conservadorismo é um fio condutor que leva à militarização dessas escolas. A ideologia bolsonarista, segundo Rocha (2023, p. 49), "é a encarnação do mal sem banalidade alguma". O pesquisador da UFRJ traça a obscuridade de certas ações do governo Bolsonaro. De nossa parte, usaremos exemplos mencionados pelo autor e os relacionaremos à atual situação vivida em mais de 200 escolas públicas no estado do Paraná.

A Operação Limpeza, deflagrada em 9 de abril de 1964, tinha como finalidade tirar de cena elementos esquerdistas das universidades (Rocha, 2023, p. 49).

A operação que promove escolas públicas civis á escolas cívico-militares nos dias atuais no estado do Paraná, parece uma operação destinada a controlar pedagogias discordantes do sistema social tão caro as camadas menos privilegiadas da sociedade brasileira. Não seriam essas escolas cívico-militares uma caricatura do Regime Militar de 1964, a própria criação dessa categoria de escola, aparece na fala ou na apreciação do CEE/PR com um repertório limitado das suas reais intenções (Rocha, 2023, p. 50).

"Mas se o bolsonarismo ao contrário do que gostaríamos de acreditar, não somente existir, como também tiver articulado uma visão bélica de mundo, a retórica do ódio e codificado em uma estrutura coesa" (Rocha, 2023, p. 54). Não temos notícia de que a mesma política de militarização em escolas públicas paranaenses tenha sido estendida à rede privada de educação nesse território.

Entre as diretrizes dos colégios cívico-militares apresentados pela Secretaria de Educação e pela DEDUC, são atribuídas como práticas pedagógicas o respeito e a disciplina, ambas como um valor moral intrínseco do ser humano. Segundo o manual, "os atributos indispensáveis para uma vida plena em sociedade" (Paraná, 2023, p. 8). Não consta no documento o quão contraditória e cara à sociedade brasileira e à sua história é o não respeito ou a ruptura dos direitos fundamentais dos seres humanos.

Cidadania e civismo são propostos pedagógicos colocados como fim último, sem uma estratégia que favoreça a construção da cidadania e participação ativa dos estudantes na sociedade da qual pertencem (Paraná, 2023, p. 9). É de se esperar que um jovem periférico, aluno de escola pública, perceba as brutais desigualdades que o rodeiam, de modo que a pedagogia desenvolvida nesses espaços tem, ou deveria ter, como requisitos mínimos apontar com clareza os debates sobre as causas que geram tantas desigualdades na sociedade brasileira.

Clichês bolsonaristas que exaltam a pátria, entre eles a ideia de que "nossa bandeira nunca será vermelha" (Rocha, 2023, p. 59), aparecem nas redes sociais como um mantra contra a ameaça comunista. Uma mentalidade destinada a combater a ameaça da esquerda. Como rotina escolar em escolas militarizadas no estado do Paraná, a instrução diária é prestar continência aos símbolos nacionais (bandeira e hino nacional). Além de continência individual às autoridades escolares, seria um sinal de respeito a hierarquia escolar.

A leitura do pesquisador Rocha (2023, p. 61) é um dos elementos da estrutura bolsonarista é o "analfabetismo ideológico". Mas é na inviabilização do debate que o espaço público se esvazia. Em paralelo, a escola pública não pode se abster de debater rotineiramente as causas das grandes desigualdades sociais da sociedade brasileira. Ela, enquanto escola, não pode cair na armadilha dessa inviabilização do debate público; é uma de suas tarefas.

Ao ingressar no colégio cívico-militar o estudante recebe 5,0 pontos de créditos referentes ao seu comportamento que pode variar no decorrer da sua vida escolar. Após a aplicação de um "fato observado", faz-se necessário a criação de uma "ação educativa" elaborada pelo militar e pela equipe pedagógica, referente ao motivo do decréscimo dos créditos. O foco é desenvolver os estudantes para um comportamento social positivo e saudável (Paraná, 2023, p. 26).

O militar ganha *status* de educador, legislador e executor. Caso o aluno venha a perder créditos referentes ao seu comportamento, o juízo de valores do militar pode determinar se o fato observado é de maior ou menor relevância. O fato de haver créditos já estabelecidos quando o aluno entra na escola cívico-militar nos leva a crer que ali todos entram com o máximo de pontos, e que são as qualidades individuais, ou a falta delas, que podem levar à perda desses créditos.

Vejam algumas questões relacionadas às diretrizes dos colégios cívico-militares do estado do Paraná em documento produzido pela Secretaria de Educação. Segundo registros, o objetivo dessas escolas militarizadas está no alinhamento e na melhoria de índices escolares. Que alinhamento é esse? Com quais valores? Com um Estado em que seus jovens obedeçam a um sistema de privilégios sem questionar a posição desfavorável em que se encontram?! Autores como Christian Laval e Francis Vegne (2003) discutem uma educação democrática em que as classes sociais e as desigualdades não podem ser negligenciadas.

Qualquer política de igualdade real deve objetar teorias que justifiquem, de uma maneira ou outra, a desigualdade educacional em nome de formas de inteligência, tradições culturais, gênero, liberdade das famílias etc. Conter os fenômenos inigualitários que hoje fraturam o sistema escolar, e igualizar as condições concretas de educação nas famílias e entre os estabelecimentos, são questões intimamente ligadas ao futuro da sociedade (Laval; Vegne, 2023, p. 74).

Segundo o autor, o destino do indivíduo é condicionado pela sua classe social de origem. A questão dos saberes escolares está relacionada à maneira como eles são lidos pelos estudantes na sua origem social, entre seus familiares e seus pares. “A realidade da pobreza afeta toda a escolaridade” (Laval; Vegne; 2023, p. 77). A partir da visão dos autores, poderíamos discutir a política educacional da militarização nas escolas no estado do Paraná pelo viés econômico, pelo reforço que o Estado promove na inserção desses alunos na empregabilidade do modo neoliberal de ver as coisas. Marilena Chauí, como já mencionamos, refere-se à violência invisível que sofre a população brasileira pelo clientelismo (Chauí, 2019, p. 262). O caráter positivo estabelecido nessa agenda só reforça isso.

Nada mais oportuno do que criar escolas militarizadas nas regiões periféricas do estado do Paraná: o objetivo é usar esse modelo como uma alegoria de sucesso de política pública para a educação. Ratinho Junior, ao contrário de Jango, é um estadista que conta com a simpatia das elites (Napolitano, 2021, p. 15). Eleito para dois mandatos, o Governo usa a máquina pública à sua disposição (CEE/PR). Seus membros, na ampla maioria funcionários médios na hierarquia

estatal, para não conduzirem uma discussão relacionada ao tema — usamos a expressão "não" porque o processo foi encaminhado ao CEE para ser aprovado e não foi discutido.

Esse modelo militarizado tende a gerar um disciplinamento das camadas populares, um discurso alinhado aos valores militares. O Brasil, na sua história recente, passou por um processo de ditadura por mais de 20 anos. A militarização escolar em nada contribui para o debate democrático. Laval e Vegne (2023) são bastante contundentes em relação às soluções para políticas escolares baseadas na segurança. Isso para ele é perverter a ordem e o sentido da palavra. Nosso entendimento com relação à educação militarizada neste contexto é que ela transmite a ideia de um modo repressivo dentro do espaço escolar, uma repressão de classes que já ocorre em torno das escolas periféricas. Vejamos uma pequena citação retirada de um documento oficial da SEED, mais especificamente das diretrizes estabelecidas para escolas cívico-militares, um verdadeiro reducionismo da influência do militarismo sobre crianças e adolescentes da rede pública da Educação Básica.

A modalidade de colégios cívico-militares apresenta um conjunto de ações que tem a finalidade de promover a melhoria da qualidade da educação, o desenvolvimento de um ambiente escolar adequado e seguro, e contribuir para o fortalecimento de uma cultura da paz e respeito, com a participação de docentes e o apoio dos militares (Paraná, 2022, p. 2).

No documento produzido pela SEED, as famílias têm sua participação limitada quando são chamadas ao espaço escolar apenas para tomarem ciência do desempenho do aluno ou para de algum ato de indisciplina intramuros. O que Laval propõe é um investimento nas famílias, nas suas condições materiais e na sua condição cognitiva também, pois a família é uma extensão da escola na forma de se relacionar com os saberes. Se a aproximação do poder e dos militares foi longa após o Golpe de 1964, a despeito do fantasma comunista ser extirpado da sociedade brasileira, (Napolitano, 2021, p. 33), a distância entre eles e o poder ficou mais próxima durante o governo Bolsonaro. A política usada pelo Governo Estadual no Paraná embarca nessa onda, toma contornos eleitoreiros e grotescos, mas não fora de contexto. O programa ECIM sinaliza para a presença de militares mais próximos da sociedade e, principalmente, para uma sociedade cercada por valores elitistas programada para consumir e conservar esses valores.

Entre as falas dos conselheiros do CEE/PR, aquela que poderia ter uma posição minimamente clara a respeito do programa das escolas cívico-militares (CEE/PR, 2021), Ana Tais Trento Comin, traz no seu currículo que foi uma professora de carreira pública no estado do Paraná e que ocupou o cargo de secretária de educação desse estado. Sua fala foi de ausência, de omissão. Como nos referimos anteriormente, os membros do conselho têm na sua maioria

funcionários de carreira do Estado. São carreiras médias do funcionalismo público — isso levando em consideração seu prestígio e salários. O debate quase nulo do órgão estatal também estará presente nas ditas audiências públicas promovidas pela SEED/PR para esclarecer as comunidades escolares a respeito do programa.

Distante cronologicamente do Golpe de 1964, mas próximo da capitulação de Dilma Rousseff, os movimentos da direita nacional a partir de 2013 foram se intensificando com uma onda conservadora que tomou parte das ruas brasileiras (Gohn, 2014, p. 34). De certa forma, os gritos raivosos nas ruas tomaram contornos antiesquerda em vários segmentos da sociedade e bateram forte também nas camadas menos privilegiadas. A consulta popular favoravelmente às escolas militarizadas no Paraná indica de alguma forma esse traço conservador da sociedade, um bloco de ideias que se revelam nas escolhas. Qualquer evento que mobilize e indique movimentos mais à direita, ao menos no momento em que este texto foi desenvolvido, parece ser o mais acolhido pela população paranaense, mesmo que isso signifique a presença de policiais no ambiente escolar.

Essa aparente normalidade da caracterização de escolas regulares da Educação Básica em escolas militarizadas no Paraná pode ser lida como expressão ideológica do bolsonarismo e da extrema-direita. Como Mészáros (2008, p. 57) argumenta, não qualificar o contraditório também é uma estratégia ideológica, e transformar eventos como esse em coisas dentro da normalidade também significa desviar suas reais intenções.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Allan de. Bolsonaro é o preferido em áreas de milícia no Rio. **Folha Piauí**, Piauí, 22 out. 2022. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/eleicoes-2022/bolsonaro-e-o-preferido-em-areas-de-milicia-no-rio/>. Acesso em: 30 out. 2024.
- ADORNO, Ludwig Theodor Wiesengrund. **Aspectos do novo radicalismo de direita**. São Paulo: Unesp, 2020.
- ALFANO, Bruno. Censo Escolar: Brasil tem quase 1,3 milhão de estudantes sem acesso a água potável nos colégios. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 fev. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/02/26/censo-escolar-brasil-tem-quase-13-milhao-de-estudantes-sem-acesso-a-agua-potavel-nos-colegios.ghtml>. Acesso em: 10 mar. 2024.
- ALUNOS hostilizam colegas por vitória de LULA em colégio particular de Curitiba. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 nov. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/11/alunos-hostilizam-colegas-por-vitoria-de-lula-em-colegio-particular-de-curitiba.shtml>. Acesso em: 20 out. 2023.
- ALVES, Miriam Fábila; SANTOS, Catarina de Almeida; BORDIN, Marcelo. Militarização das escolas públicas do Brasil: desmilitarizar as escolas para salvar a educação pública e a democracia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 17, n. 37, p. 13-24, jan./abr. 2023.
- AMORIM, Felipe; OLIVEIRA, Marcelo. STF decide que lei inspirada no Escola sem Partido é inconstitucional. **UOL**, Brasília, DF; São Paulo, 21 ago. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/08/21/stf-tem-maioria-contra-lei-de-alagoas-inspirada-no-escola-sem-partido.htm>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- APP-SINDICATO. **Indicação de membros para composição do Conselho Estadual de Educação**. 2022. Disponível em: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/entrada.do>. Acesso em: 10 out. 2023.
- APP-SINDICATO. **Lista de colégios com maior Ideb na rede estadual não tem nenhum cívico-militar**. 2023. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/lista-de-colegios-com-os-maiores-ideb-da-rede-estadual-nao-tem-nenhum-civico-militar/>. Acesso em: 07 abr. 2024.
- ARANTES, Paulo Eduardo. **1964, o ano que não terminou**. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o Golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**, [s. l.], n. esp., p. 1-63, e172129, 2017.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Discurso do(a) Deputado(a) em 17/04/2016**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016. Seção 091.2.55.O. Orador: Jair Bolsonaro, PSC-RJ.

<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=091.2.55.O&nuQuarto=3&nuOrador=1&nuInsercao=359&dtHorarioQuarto=14:04&sgFaseSessao=OD&Data=17/04/2016>. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Parecer nº 136, de 5 de junho de 1964**. Educação Moral e Cívica. [Rio de Janeiro]: CFE, 1964. Disponível em: https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/parecer_n._136-1964_emc.pdf. Acesso em: 29 out. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019**. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Brasília, DF: Presidência da República, 2019a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10004.htm. Acesso em: 4 nov. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 10.196, de 30 de dezembro de 2019**. Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Brasília, DF: Presidência da República, 2019b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10196.htm. Acesso em: 4 nov. 2024.

BRASIL. Decreto nº 10.202, de 9 de março de 1889. Aprova o Regulamento para o Imperial Collegio Militar. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, Brasília, DF, v. 1, p. 247, 1989. (Parte 2. Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10202-9-marco-1889-542443-norma-pe.html>. Acesso em: 4 nov. 2024.

BRASIL. Decreto nº 58.023, de 21 de março de 1966. Dispõe sobre a educação cívica em todo o país e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 mar. 1966. Seção 1, p. 3174.

BRASIL. Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 set. 1969. Seção 1, p. 7769.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: presidente da República, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 29 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991**. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Brasília, DF: presidente da República, 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm. Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Departamento de Educação e Cultura do Exército. Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial. **Projeto pedagógico (2021-2025)**: sistema colégio militar do Brasil. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 8 jul. 2021.

Disponível em: https://www.cmrj.eb.mil.br/images/divens/pp_edit.pdf. Acesso em: 16 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Projeto Rondon**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, c2024. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/projeto-rondon>. Acesso em: 4 nov. 2024.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 867, de 23 março de 2015**. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2015a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>. Acesso em: 4 nov. 2024.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição nº 141, de 2015**. Acrescenta § 3º ao art. 42 da Constituição Federal, que dispõe sobre os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 5 nov. 2015b.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serviço Social & Sociedade**, [s. l.], n. 128, p. 85-103, abr. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.095>. Acesso em: 29 out. 2024.

CAMPOI, Isabela Candeloro. A coluna política de Adalgisa Nery no Jornal Última Hora e a crise pré-1964 no Brasil. **Antíteses**, Paraná, v. 10, n. 19, p. 211-237, 28 jul. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/1984-3356.2017v10n19p211>. Acesso em: 28 out. 2024.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo. **Blog a terra é redonda**. [S. l.], 6 out. 2019. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é ideologia?**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; ARAUJO, Rhoberta Santana de. A ofensiva neoconservadora contra as universidades federais no Brasil. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 8, p. 1-17, 12 ago. 2022.

COLÉGIO cívico-militar no Paraná: 186 escolas aprovam novo modelo para 2021. **G1 PR: RPC Curitiba**, Curitiba, 5 nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/educacao/noticia/2020/11/05/balanco-final-da-seed-apontaque-186-escolas-aprovaram-o-modelo-civico-militar-no-parana.ghtml>. Acesso em: 3 nov. 2024.

CONHEÇA os militares no primeiro escalão do governo Bolsonaro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 fev. 2020. Disponível em: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1658451822830819-os-limitares-no-primeiro-escalao-do-governo-bolsonaro>. Acesso em: 30 out. 2024.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ (CEE/PR). **Competências do presidente**. Curitiba: CEE/PR, c2024. Disponível em: <https://www.cee.pr.gov.br/Pagina/Competencias-do-presidente>. Acesso em: 4 nov. 2024.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ (CEE/PR). **Atas**. Curitiba: CEE/PR, 2021. Disponível em: <https://www.cee.pr.gov.br/Pagina/2021-ATAS>. Acesso em: 7 abr. 2024.

CONSULTA pública de colégios cívico-militares do Paraná continua em 19 escolas; confira. **G1 PR**, Curitiba, 3 nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/educacao/noticia/2020/11/03/consulta-publica-de-colegios-civico-militares-do-parana-continua-em-seis-escolas-confira.ghtml>. Acesso em: 13 jan. 2024.

DEUS e o diabo na terra do sol. Direção: Glauber Rocha. São Paulo: Copacabana Filmes, 1964. *Streaming* (118 min).

DO VAL, Arthur. **Ocupação de Escola - PARTE 2 DENTRO DA ESCOLA** – Mamaefalei, 2016. 1 vídeo (12 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BQCBEI40qfQ&t>. Acesso em: 13 jan. 2016.

DUPLA ataca escola em Suzano, mata oito pessoas e se suicida. **G1 Mogi das Cruzes e Suzano**, Suzano, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2019/03/13/tiros-deixam-feridos-em-escola-de-suzano.ghtml>. Acesso em: 11 jul. 2024.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

EDUQUÊ PODCAST. **Eduquê #33 - Catarina de Almeida Santos - Militarização escolar no Brasil**. [S. l.]: Apple podcast, 2023. Disponível em: <https://podcasts.apple.com/fr/podcast/eduque%C3%AA-33-catarina-de-almeida-santos-militariza%C3%A7%C3%A3o/id1562869648?i=1000633326499>. Acesso em: 4 nov. 2024.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP). Módulo 3: controle social e cidadania I. *In*: **Controle social**. Brasília, DF: ENAP, 2015. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2717/1/MODULO%203_CONTROLE_SOCIAL.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

ESTADÃO. **Bolsonaro exalta Ustra na votação do impeachment em 2016** – Estadão, 2019. 1 vídeo (48 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xiAZn7bUC8A>. Acesso em: 18 jul. 2023.

ESTUDO revela que 429 militares e policiais devem disputar as eleições. **Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP)**, Brasília, DF, 27 jun. 2018.

FANTTI, Bruna. Cidades da Copa das Confederações devem ter feriados nos dias de jogos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 mar. 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2013/03/1245464-cidades-da-copa-das-confederacoes-devem-ter-feriados-nos-dias-de-jogos.shtml>. Acesso em: 18 jun. 2023.

FERRAZ, Lucas. **Dilma Rousseff: a primeira presidente da República**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2019. (Coleção Folha A República Brasileira: 130 anos; v. 27).

FERRAZ, Ricardo. Presença de militares em cargos civis dispara sob Bolsonaro, revela estudo. **Veja**, [s. l.], 31 maio 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/presenca-de-militares-em-cargos-civis-dispara-sob-bolsonaro-revela-estudo>. Acesso em: 18 jul. 2023.

FERREIRA, Letícia; LOWENKRON, Laura. **Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2020.

FRANÇA, Inácio. Live de lançamento de livro de poesias é atacada por milícia digital em Recife. **Marco Zero**, [s. l.], 3 set. 2020. Disponível em: <https://marcozero.org/live-de-lancamento-de-livro-de-poesias-e-atacada-por-milicia-digital-em-recife/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 10. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2022.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: Centauro, 1984.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola ‘sem’ partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.

GERMANO, Giseli Donadon. **Instrumento de avaliação metafonológica para caracterização de escolares com dislexia, transtorno e dificuldade de aprendizagem**. 219 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/83d01b2c-f142-4891-816a-ef915ae229ed/content>. Acesso em: 29 out. 2024.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GIDDENS, Anthony. **O mundo na era da globalização**. 9. ed. Lisboa: Presença, 2017.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip. **Conceitos essenciais da Sociologia**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praça dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

HERTT, Beto. **Colégio Militar de Curitiba - 57º Aniversário**. Beto Hertt, 2017. 1 vídeo (8 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZyEmNR_rZnQ. Acesso em 13 jan. 2024.

HIRST, Paul. **A democracia representativa e seus limites**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censos demográficos. [S. l.]: IBGE, c2024. Disponível em <https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/historico-dos-censos/censos-demograficos.html>. Acesso em: 10 set. 2023.

JOVEM PAN. **Gov. Ratinho júnior fala das escolas cívico-militares e dos demais projetos na educação estadual**. Jovem Pan União da Vitória 98,3, Paraná, 2020. 1 vídeo (13 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ltP5Pb6ufOs>. Acesso em: 5 nov. 2024.

KERVALT, Marcelo. Youtuber do Mamaefalei se envolve em tumulto em escola ocupada no Paraná. **Zero Hora**, [s. l.], 20 out. 2016. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2016/10/youtuber-do-mamaefalei-se-envolve-em-tumulto-em-escola-ocupada-no-parana-7863536.html>. Acesso em: 4 nov. 2024.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

LAVAL, Christian. VEGNE, Francis. **Educação democrática**: a revolução escolar iminente. Tradução: Fabio Creder. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

LOBATO, Eliane. Jango, golpe, Bolsonaro. **Brasil 247**, [s. l.], 1 abril 2019. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/jango-golpe-bolsonaro-9o8rxu6u>. Acesso em: 23 nov. 2023.

MANIFESTANTES e MBL tentam desocupar escolas e provocam tumulto. **Band News**, Curitiba, 28 out. 2016. Disponível em: <https://bandnewsfmc Curitiba.com/manifestantes-e-mbl-tentam-desocupar-escolas-e-provocam-tumulto>. Acesso em: 13 jan. 2024.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o Regime Militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2021.

NERY, Natuza; GRAGNANI, Juliana. O impeachment de Dilma: a história de um processo que dividiu o Brasil. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, [12 maio 2016]. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/especial/2015/brasil-em-crise/o-impeachment-de-dilma/>. Acesso em 29. jun.2023.

NOVO presidente da República, Bolsonaro tomará posse em 1º de janeiro. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 28 out. 2018. Política e Administração Pública. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias>. Acesso em: 10 set. 2023.

O PAGADOR de promessas. Direção: Anselmo Duarte. São Paulo: Companhia Produtora e Distribuidora de Filmes Nacionais, 1962. *Streaming* (96 min).

OTOBONI, Jéssica. **Quem é Eduardo Pazuello, o novo ministro efetivo da Saúde**. CNN, São Paulo, 15 nov. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/quem-e-eduardo-pazuello-que-sera-efetivado-como-ministro-da-saude>. Acesso em: 15 set. 2023.

PAIVA, Edil Vasconcellos de (coord.); PAIXÃO, Léa Pinheiro. **O Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar PABAE**. *Série documental*: relatos de pesquisa, n. 34, p. 111-118, jul. 1995. Disponível em: <http://relatos.inep.gov.br/ojs3/index.php/relatos/article/view/4071/3617>. Acesso em: 3 jan. 2024.

PARANÁ. **Decreto nº 5.499, de 3 de agosto de 2012.** Regimento do conselho estadual de educação - CEE/PR. Curitiba: governador do Paraná, 2012. Disponível em: https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/documento/2021-01/reg_int_novo.pdf. Acesso em: 4 nov. 2024.

PARANÁ. **Lei ordinária nº 12.904, de 31 de julho de 2000.** Autoriza o poder executivo a incluir 02 membros no conselho estadual de educação, conforme especifica. Paraná: governador do Estado, 2000. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-12904-2000-parana-autoriza-o-poder-executivo-a-incluir-02-membros-no-conselho-estadual-de-educacao-conforme-especifica>. Acesso em: 4 nov. 2024.

PARANÁ. **Lei ordinária nº 20.338, de 06 de outubro de 2020.** Institui o Programa Colégios Cívico-Militares no Estado do Paraná e dá outras providências. Paraná: governador do Estado, 2020a. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-20338-2020-parana-institui-o-programa-colegios-civico-militares-no-estado-do-parana-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 3 nov. 2024.

PARANÁ. **Manual dos colégios cívico-militares.** 3. ed. Curitiba: Secretaria da Educação, 2023. Disponível em: http://www.mgaduquedecaxias.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/19/1530/107/arquivos/File/Manual_do_Colegio_Civico_Militar.pdf. Acesso em: 4 nov. 2024.

PARANÁ. Secretaria de estado da educação e do esporte. Diretoria de educação. Diretoria de planejamento e gestão escolar. **Instrução normativa conjunta nº 002, de 17 de janeiro de 2020b.** Dispõe sobre matriz curricular dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio das escolas cívico militares da rede pública estadual de ensino do Paraná. Curitiba, Paraná: SEED: DEDUC: DPGE, 2020. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-01/instrucao_0022020_deducdpge.pdf. Acesso em: 4 nov. 2024.

PENNA, Fernando. “Escola sem Partido” como ameaça à Educação Democrática: fabricando o ódio aos professores e destruindo o potencial educacional da escola. *In*: MACHADO, Andre Roberto; TOLEDO, Maria Rita de Almeida (org.) **Golpes na história e na escola: o Brasil e a América Latina nos séculos XX e XXI.** São Paulo: Cortez: ANPUH SP, 2017.

PERUCCHI, Luciane. **Saberes sociológicos nas escolas de nível médio sob a Ditadura Militar: os livros didáticos de OSPB.** 2009. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Curso de Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

PICHETTI, Lucian. Hussein Bakri fala de desafios e metas a frente da liderança do Governo na Alep. **CBN Curitiba 95,1 FM,** Curitiba, 2 fev. 2023. Disponível em: <https://cbncuritiba.com.br/materias/hussein-bakri-fala-de-desafios-e-metas-a-frente-da-lideranca-do-governo-na-alep/>. Acesso em: 13 jan. 2024.

POPULAÇÃO ocupa a ocupação e enxota MBL de escola em Curitiba. **Revista Fórum,** [s. l.], 30 out. 2016. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/populacao-ocupa-a-ocupacao-e-enxota-mbl-de-escola-em-curitiba-9688/>. Acesso em: 4 nov. 2024.

RATINHO Junior pede autorização para criar até 200 colégios cívico-militares no Paraná. **RIC.com.br**, [s. l.], 14 set. 2020. Disponível em: <https://ric.com.br/rn24h/politica/colegios-civico-militares-no-parana/>. Acesso em: 7 abr. 2023.

RELEMBRE a polêmica criada pelo governo e por bolsonaristas sobre a Lei Rouanet. **G1 Brasília**, Brasília, DF, 3 jul. 2022. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/07/03/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. **A aliança para o progresso e as relações Brasil-Estados Unidos**. 2006. 375 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico: retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

SALLAS, Ana Luísa; GROPPPO, Luís Antonio. Ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016: sujeitos e trajetórias. **Revista Brasileira de Educação: sujeitos e trajetórias**, [s. l.], v. 27, n. 00, p. 1-27, mar. 2022.

SAVIANI, Dermeval. **Ensino público e algumas falas sobre universidade**. São Paulo: Cortez, 1984.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ (SEED/PR). **Colégios cívico-militares**. Paraná: SEED/PR, 2022. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/colegios_civico_militares. Acesso em: 29 out. 2024.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ (SEED/PR). **Núcleo Regional de Educação**. Paraná: SEED, c2024. Disponível em: <http://www.comunidade.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=112>. Acesso em: 7 abr. 2024.

SENADO aprova PEC que permite acúmulo de cargos por militares estaduais. **Agência Senado**, Brasília, DF: Senado Federal, 3 abr. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/04/03/senado-aprova-pec-que-permite-acumulo-de-cargos-por-militares-estaduais>. Acesso em: 7 abr. 2024.

SILVA, Ileizi Fiorelli. **A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina**. Texto apresentado no XII Congresso Brasileiro de Sociologia, organizado pela Sociedade Brasileira de Sociologia, em Belo Horizonte, MG, 2005, na Sessão Especial de Ensino de Sociologia em Questão.

SILVA, Joselita Romualdo da. Pedagogia do quartel: formação de corpos dóceis nos colégios cívico-militares no estado do Paraná. **Retratos da Escola**, [s. l.], v. 17, n. 37, p. 83-101, 2023. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/issue/view/47>. Acesso em: 4 nov. 2024.

SUDRÉ, Lu. **Bolsonaro ataca sindicatos e tenta impedir organização popular contra suas políticas**. Brasil de fato, [s. l.], 6 mar. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/06/bolsonaro-ataca-sindicatos-e-tenta-impedir-organizacao-popular-contra-suas-politicas>. Acesso em: 10 nov. 2023.

TAPAJÓS, Michelle Costa; SILVA, José Bittencourt da. Escola cívico-militar em Belém/PA. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 17, n. 31, p. 161-181, jan. 2023.

TEIXEIRA, Anísio. Editorial. **Educação e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, set. 1960. Disponível em: <http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/fran/artigos/editorial.html>. Acesso em: 28 jul. 2022.

TEIXEIRA, Anísio. A educação e a constituição de 1946. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 33, n. 77, p. 68-82, jan./mar. 1964.

TOKARNIA, Mariana. Mais de mil escolas do país estão ocupadas em protesto; entenda o movimento. **Agência Brasil**, Brasília, DF; Rio de Janeiro; São Paulo, 25 out. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-10/mais-de-mil-escolas-do-pais-estao-ocupadas-em-protesto-entenda-o-movimento>. Acesso em: 28 jul. 2022.

TV CULTURA. **Bolsonaro repete ofensa à deputada Maria do Rosário** — Jornalismo TV Cultura, 2014. 1 vídeo. (2 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vzNva866hiw>. Acesso em: 18 jul. 2023.

UBES divulga lista de escolas ocupadas e pautas das mobilizações. **União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES)**, [s. l.], 11 out. 2016. Disponível em: <https://www.ubes.org.br/2016/ubes-divulga-lista-de-escolas-ocupadas-e-pautas-das-mobilizacoes/>. Acesso em: 4 nov. 2024.